

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

WAGNER DA SILVA DIAS

A ideia de América Latina nos livros didáticos de geografia

São Paulo

2009

WAGNER DA SILVA DIAS

**A ideia de América Latina nos livros didáticos de
geografia**

**Dissertação apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Geografia Humana.**

**Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria
Vanzella Castellar**

São Paulo

2009

Nome: DIAS, Wagner da Silva

Título: A ideia de América Latina nos livros didáticos de geografia

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meus pais

AGRADECIMENTOS

A meus pais, exemplos de sabedoria e dignidade, que sempre mostraram que o caminho dos estudos vale a pena ser trilhado.

A Márcia Gil, pessoa iluminada e companheira, pelo incentivo, compreensão e cumplicidade em todos os momentos.

À professora Sônia Castellar pela orientação paciente e dedicada, e pelo aprendizado proporcionado durante a realização deste trabalho.

Aos professores Élvio Rodrigues Martins e Manoel Fernandes de Sousa Neto, pela contribuição no exame de qualificação, através de orientações e sugestões que tornaram possível a finalização deste trabalho.

Ao camarada Augusto Monteiro Ozório, pela troca de ideias, pelas críticas e pela amizade consolidada desde a graduação.

Aos amigos e amigas, que souberam entender minhas ausências em vários momentos no decorrer dos últimos três anos.

RESUMO

DIAS, Wagner da Silva. **A ideia de América Latina nos livros didáticos de geografia**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A América Latina é um conteúdo trabalhado geralmente no oitavo ano do ensino fundamental, quando a geografia escolar aborda a regionalização do espaço mundial. Os livros didáticos apresentam uma abordagem simplória e generalizante desse conteúdo, distanciando-se de uma proposta mais próxima da realidade, e favorecendo a criação de estereótipos. É marcante, nesses livros, a ausência de uma discussão mais aprofundada acerca do conteúdo América Latina, justificada através de uma pretensa unidade latino-americana, com base em contexto histórico e dados estatísticos. Os livros didáticos analisados invariavelmente situam a América Latina no Sul subdesenvolvido, apresentam determinadas características dessa condição e assumem como principais causas dela a colonização de exploração e o domínio externo. Um conjunto de 33 países estaria rotulado com o gentílico latino-americano, que se tornaria sinônimo das citadas características. Procuramos analisar em nosso trabalho o conteúdo referente à América Latina em três livros didáticos, além de suas referências e bases teóricas. O resultado comprovou que há um esforço para justificar uma determinada ideia de América Latina, apesar da grande quantidade de exceções para cada argumento assumido como verdadeiro e da simplificação dispensada nas justificativas. Verificamos ainda que, exatamente por se buscarem elementos unificadores para toda a região, estão ausentes discussões como: as origens do termo “América Latina”, a proposta inicial de sua formação e a pertinência dessa região para o conjunto de países que a integram, tendo em vista a diversidade – aspectos físico-geográficos, níveis de desenvolvimento socioeconômico, nacionalidades e identidades étnicas – que eles apresentam. Dessa forma, o presente trabalho constatou a necessidade de uma reformulação do conteúdo, menos simplificadora e mais questionadora da “realidade latino-americana”. Assim, ao contrário de continuar a busca por elementos que justifiquem a existência de uma região chamada América Latina, esperamos que se

busquem outros critérios para uma regionalização menos generalizante, inclusive questionando se América Latina seria um recorte adequado para os estudos da geografia escolar.

Palavras-chave: Geografia escolar. Livro didático. América Latina.

ABSTRACT

DIAS, Wagner da Silva. **The idea of Latin America in the geography's textbook.** 2009. 129 f. Thesis (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Latin America is a content generally worked in the eighth year of middle school when the school geography deal the regionalization of the global space. Regarding the study of Latin America, the textbooks have a simplified and generalized, hold off a proposal closer to reality and favoring the creation of stereotypes. The absence of further discussion in the textbook of the content is marked, despite attempts to justify the claim of Latin American unity in the historical context and based on statistical data. The textbooks examined invariably located Latin America in southern underdeveloped, have certain characteristics for this condition and take as the main cause of exploration and colonization to the external field. A set of thirty-three countries will be labeled with the ethnic Latin American, which became synonymous with these characteristics. We analyze the content in our work on Latin America in three textbooks, their references and theoretical bases. The result showed that there is an effort to justify an idea of Latin America, despite the large number of exceptions for each argument given as real and simplifying the reasons given. We note that, just search for unifying elements for the whole region, there is the absence of discussions such as: the origins of the term Latin America, the initial proposal for its formation and relevance of this region for all the countries belonging to it in order to diversity - physical and geographical aspects, levels of socioeconomic development, ethnic identities and nationalities – that they have. Thus, this paper noted the need for a reformulation of content, less simplified and more questioning of the "Latin American reality." So, unlike continue to search for evidence to justify the existence of a region called Latin America, we hope that other search criteria for a regional less generalized, even to question whether Latin America would be a suitable crop for the study of school geography.

Keywords: School geography. Textbook. Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) dos países da América Latina, por paridade de poder de compra (PPP).....	65
Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América.....	69
Tabela 3 – Igualdade de renda nos países da América, de acordo com o Índice Gini.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do conteúdo sobre América Latina nos livros didáticos analisados.....	113
--	-----

LISTA DE SIGLAS

Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Caricom	Mercado Comum e Comunidade do Caribe
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Nafta	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD/ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	paridade do poder de compra

SUMÁRIO

<u>Apresentação.....</u>	<u>12</u>
<u>1 Introdução.....</u>	<u>16</u>
<u>2 A ideia de América Latina.....</u>	<u>23</u>
2.1 América Latina e região.....	23
2.2 Por que “latina”?.....	27
2.3 Como “surgiu” a América Latina: a invenção e a reinvenção.....	33
2.4 O arielismo.....	44
2.5 A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).....	49
<u>3 Possibilidades para a unidade da América Latina.....</u>	<u>55</u>
3.1 A dimensão cultural da unidade latino-americana.....	56
3.2 Critérios físico-geográficos.....	59
3.3 Critérios socioeconômicos.....	63
3.3.1 Produto Interno Bruto (PIB).....	64
3.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	67
3.3.3 Distribuição de riqueza.....	71
3.3.4 Desenvolvimento e dependência.....	74
<u>4 O lugar da América Latina na produção didática.....</u>	<u>86</u>
4.1 O livro didático de geografia.....	86
4.2 A América Latina nos livros didáticos.....	91
4.2.1 Geografia: o mundo subdesenvolvido, de Melhem Adas.....	92
4.2.2 Projeto Araribá – Geografia.....	98
4.2.3 Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido, de José W. Vesentini e Vânia Vlach.....	103
4.3 Considerações sobre os livros didáticos analisados.....	111
<u>5 Considerações finais.....</u>	<u>116</u>
<u>Referências.....</u>	<u>121</u>

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho surge como resultado das reflexões cotidianas acerca do magistério no ensino fundamental. O leque de possibilidades de relações entre geografia e educação é muito variado, e a prática docente nos coloca em contato direto com variados temas – cada um com sua peculiaridade, sua curiosidade, que desperta interesses e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. A experiência mostra que os mais controversos deles são geralmente os que apresentam uma grande lacuna entre a discussão acadêmica, o senso comum e a prática em sala de aula; também são aqueles em relação aos quais os livros didáticos “precisam” assumir um determinado ponto de vista, eximindo-se da responsabilidade de uma discussão mais aprofundada. América Latina é um destes temas controversos. As publicações em geral tratam-no a partir de três aspectos: a) origens do termo “América Latina”, ou seja, a partir de quando ele é usado e com qual propósito; b) a latinidade e suas particularidades, investigando-se uma possível identidade ou unidade latino-americana; c) a América Latina como entidade ontológica e geopolítica, em uma determinada ordem mundial.

Para tratar do primeiro aspecto, os autores invariavelmente remontam a meados do século XIX, buscando citações, artigos ou trabalhos acadêmicos que usem o termo “América Latina”. A preocupação nem sempre é buscar significados, mas talvez identificar o momento em que há uma ruptura no continente entre latinos e anglo-saxões. Dá-se a impressão de que, a partir da apropriação do nome do continente – América – para designar apenas um país – Estados Unidos da América – e da conseqüente identificação apenas dos cidadãos deste país como americanos, criou-se um sério problema de identidade para o restante da América; ao mesmo tempo, a adição da palavra “latina” marginalizou as populações indígenas e afrodescendentes.

Já em relação ao segundo aspecto, verificamos que a busca por uma cultura de herança ibérica mesclada com a diversidade étnica foi a grande preocupação dos países recém-independentes. A busca pela identidade nacional, ao mesmo tempo em que se desenvolviam os movimentos ligados ao monroísmo, ao bolivarianismo e ao panlatinismo, como discutiremos mais adiante, engendrou uma prolífica produção

acadêmica inclusive fora da América, sobre questões como a latinidade e a mestiçagem. Não é sem propósito que, na época, fossem comuns estudos hierarquizando as raças e línguas, fazendo desse tema uma preocupação central dos novos países.

Enfim, no que diz respeito ao terceiro e último aspecto, encontramos a América Latina como um corpo geopolítico já pronto, dotado de características socioeconômicas bastantes evidentes e que abarca uma série de análises normalmente generalizantes. Os estudos baseados nesse prisma versam geralmente sobre as questões de desenvolvimento e pobreza, pois há uma vasta bibliografia que remonta ao passado colonial para estabelecer relações de causa e efeito que são projetadas até os dias atuais, passando-se pelas diferentes “metrópoles” que se substituem de acordo com cada momento histórico. Vale frisar que utilizamos estudos, nesse campo, de alinhamento ideológico tanto *à esquerda* como *à direita*, que, exatamente por exercerem um contraponto entre si, foram muito enriquecedores.

Na bibliografia consultada, o emprego do termo América Latina ainda se dá de variadas formas. Como região geográfica, a América Latina é citada como qualquer outro continente ou parte de continente, porém, dependendo da interpretação, o significado poderá ser algo como “algum lugar nos limites da América Latina” ou “algum lugar na América Latina” (FERES Jr., 2005, p. 16). Esse tratamento também é generalizante e reflete mais uma vez a dificuldade de localização, delimitação e definição acerca do que é “América Latina”.

Nas obras relativas ao tema, os aspectos citados podem aparecer sobrepostos ou em nível de complementaridade, o que tornou árduo o levantamento bibliográfico, inclusive com a seleção de obras adequadas a este trabalho, dado que, apesar dos esforços de pesquisa dos autores selecionados, ainda não há consenso de que a expressão “América Latina” seja dotada de um significado preciso. O que se dirá acerca da unidade latino-americana, tanto pelo viés cultural como pelo econômico? Certamente, não responderemos a essa questão, pois este trabalho não será o foro adequado, mas passaremos por ela várias outras vezes, principalmente na análise dos livros didáticos.

A escolha de livros didáticos para a discussão do tema justifica-se pelo fato de que eles se constituem, por vários motivos, como a única fonte confiável acessível a

professores e alunos, e por isso os seus conteúdos são tratados como verdades irrefutáveis. Em outras palavras, os livros didáticos constituem-se como divulgadores de conteúdos com longo raio de alcance, sendo que seus autores assumem como verdade aquilo que nem sempre está claro ou que possui diferentes formas de tratamento e fontes diversas. É evidente que não se busca a verdade como sinônimo de imparcialidade, mas a carência de criticidade no tratamento de determinados conteúdos, ou pelo menos do levantamento de uma discussão mais aprofundada, é patente. Dessa forma, os livros dão a impressão de que algumas coisas “são e sempre foram assim”, principalmente para a massa de professores e alunos que têm acesso a eles.

Para aprofundar as questões apresentadas, a seção que se segue à Introdução dá espaço à discussão sobre por que o adjetivo “latina” é usado para se referir ao espaço da América colonizado por espanhóis, portugueses e franceses, mas também ingleses e holandeses. O latim, língua da qual teriam surgido o português, o espanhol e o francês, deu origem à designação “latina”. Mas como então incluir na América Latina povos linguisticamente de origem não-latina? Dada a fragilidade do argumento de que a América Latina foi colonizada por povos linguisticamente latinos, cabe discutir que outros argumentos incluiriam não só europeus não-latinos, mas indígenas e afrodescendentes, principalmente.

Em seguida, investigaremos o “batismo” da América Latina através de como e em que contexto teria surgido o termo. Desde as ideias panlatinistas, surgidas na França, até sua institucionalização com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a noção de América Latina assumiu vários significados, abrangeu diferentes configurações territoriais (inclusive quando o Brasil era excluído das discussões identitárias latino-americanas) e foi justificativa para a criação de uma unidade regional. Cabem ainda algumas observações sobre o uso da palavra “América” para designar apenas os Estados Unidos, obrigando o restante do continente a criar uma outra identidade continental. Na terceira seção do trabalho, para relativizar as questões sobre o subdesenvolvimento dos países integrantes da América Latina, e até mesmo a generalização que se faz quanto à qualidade de vida e poder econômico, apresentaremos e analisaremos alguns dados socioeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a distribuição de renda de acordo com o Coeficiente Gini.

Incluiremos algumas interpretações acerca do desenvolvimento e dependência dos países da América Latina através de autores selecionados. Lembramos, mais uma vez, que não é nosso objetivo desenvolver neste trabalho uma análise mais profunda sobre os problemas socioeconômicos latino-americanos, mas confrontar algumas análises estabelecidas com os conteúdos dos livros didáticos.

Na quarta seção, trabalharemos com a análise dos livros didáticos acerca do conteúdo América Latina e dos conceitos envolvidos, o mais importante deles sendo o de região. A escolha do livro didático, em detrimento de outros instrumentos do processo de ensino-aprendizagem, deu-se por ser ele o instrumento atinge a maior parte dos alunos, ou seja, a popularização de um tema se dá sobretudo pelo livro didático – ainda mais pela forma como ele é “eleito” a única fonte de informações no cotidiano escolar. Portanto analisaremos a América Latina como conteúdo do ensino fundamental, quais os conceitos envolvidos com o conteúdo, os argumentos acerca da possível unidade ou diversidade latino-americana, entre outras questões envolvendo a apresentação do tema, como ao espaço dedicado a ele nos livros, os exercícios e atividades propostos e a eventual orientação no manual do professor.

Além disso, partimos do pressuposto de que a geografia é o saber escolar que estabelece relações com o mundo, para conhecê-lo, obter informações a seu respeito e formar cidadãos (CALLAI, 1999). A ideia de América Latina desenvolvida pela geografia escolar estabelecerá um tipo de relação dos alunos com essa região do planeta, que certamente eles assumirão como verdadeira e levarão adiante. O livro didático aparece, assim, com uma grande contribuição para a formação de opinião acerca dos conteúdos, e isso não é diferente no caso da América Latina. No caso deste tema em particular, constatamos um tratamento carente de criticidade, oferecendo um inventário de características que se assemelham a uma espécie de “receita” que pretende unificar e fazer desaparecer os diferentes contextos: a América Latina é uma questão “dada”, e existe tal como é.

1 INTRODUÇÃO

Há um vasto material que trata sobre a América Latina, desde o senso comum até as obras acadêmicas: as manchetes de jornais, os livros dos mais variados assuntos, a produção musical e os ritmos “latinos”, os canais de televisão – cada um deles apresentando uma visão, um recorte, um estereótipo da América Latina. São muitas as tentativas de tratar essa parte do mundo como um todo, dando a impressão de que, de alguma forma, tentam nos empurrar essa identidade regional sem fazer a crítica de sua pertinência.

O presente trabalho é um estudo documental, e utilizará dois tipos de fontes. Apesar da quantidade de matéria produzida acerca do tema, nos limitaremos à produção acadêmica sobre a origem e usos do nome América Latina, sua condição socioeconômica e à literatura crítica sobre estes temas, bem como à discussão do conceito de região, tudo isso configurando nossas fontes secundárias. Como fontes primárias utilizaremos os livros didáticos e dados estatísticos, como o PIB, o IDH, entre outros, que serão consultados a partir das instituições e autores que os elaboraram.

Como objetivo principal, propomos analisar e discutir as abordagens sobre a América Latina nos livros didáticos de geografia e os conceitos a ela relacionados, que estruturam ou deveriam estruturar a geografia escolar. A hipótese norteadora deste trabalho reside no fato de que os livros didáticos tentam justificar a ideia de uma América Latina homogênea. Normalmente, a questão é dada como resolvida: a América Latina é “latina” devido aos aspectos linguísticos dos colonizadores, passou por colonização de exploração (e aí se incluem as colônias de países linguisticamente não-latinos) e integra o grupo dos países do Sul subdesenvolvido, mesmo que tenhamos mais elementos para a diversidade que para a unidade. Dessa forma, em tais publicações, a “unidade latino-americana” revela-se como verdadeira, num todo regional de características internamente semelhantes.

No cotidiano, é possível acompanhar o tratamento dado à América Latina como região: o repórter especial, de qualquer emissora internacional, enviado para a “América Latina”; a existência da Cepal, vinculada à Organização das Nações Unidas ONU; a grande quantidade de empresas com representantes na “América

Latina”, entre outros, tentam nos induzir à percepção de que essa é uma região homogênea. Diriam que se trata do senso comum, porém o que não podemos fazer é assumir tal senso comum nos livros didáticos e nas aulas de geografia.

Para cumprirmos os objetivos citados, devemos elucidar as propostas metodológicas centradas em três aspectos: a ideia de América Latina e sua unidade/diversidade, o livro didático, e a apropriação do conceito de região. Para a discussão da sobre a América Latina, elencamos várias publicações, sobretudo de historiadores que se dedicaram à questão. Escolhemos como interlocutores autores que previamente realizaram um levantamento das fontes primárias acerca do tema e elaboraram, em ordem cronológica ou não, os trajetos para a criação e popularização do nome.

Dentre eles, citamos Hector Bruit (2000), em um artigo cujo título – “A invenção da América Latina” – é extremamente revelador, e trata de uma vasta quantidade de fontes e citações acerca de autores contemporâneos das ideias panlatinistas do século XIX. Alain Rouquié (1992), apesar do aspecto de “manual da América Latina” de sua obra, oferece um recorte de vários aspectos latino-americanos, resgatando parte de sua história e abrindo possibilidades para pensarmos e questionarmos os diferentes elementos que comporiam a América Latina. Walter Mignolo (2007), em uma outra linha, contribuiu para a reflexão sobre o que é ser latino e sobre a latinidade, numa visão geopolítica pós-colonial de onde teriam surgido as bases para a cunhagem do termo “América Latina”. Luis Cláudio V. G. Santos (2004) e João Feres Jr. (2005), apesar de terem escrito sobre outros temas, dedicaram longos trechos e até capítulos inteiros para a discussão do nome América Latina, seus usos e pertinência, além de terem sido interlocutores importantes e terem contribuído pontualmente com nosso trabalho. Eduardo Devés Valdes (2000) foi um interlocutor muito requisitado para o encerramento dessas discussões, exatamente por abordar o período em que se assume a rivalidade latino *versus* anglo-saxão, com a publicação de *Ariel*, de José Enrique Rodó, até a criação da Cepal, que teria institucionalizado o termo América Latina, popularizando-o de forma definitiva. Vários outros autores foram importantes para o estudo e elaboração desta parte do trabalho, mesmo que não tenham sido citados, como Abellán (1989), Bonfim (2005) e Chevalier (1999), que contribuíram no direcionamento para aspectos mais gerais da América Latina, abrindo o leque de possibilidades para

pensarmos a região.

A necessidade de investigar o desenvolvimento do termo “América Latina” ao longo da história reside no fato de que confrontaremos a concepção de América Latina dos livros didáticos e sua correspondência com a bibliografia consultada. Também estabeleceremos parâmetros para verificar as possibilidades de uma unidade latino-americana, seja através da identidade étnica, seja através de dados socioeconômicos ou mesmo pelos atributos físico-geográficos da região.

Nesse sentido, Gustavo Beyhaut (1994) analisa as possibilidades de integração cultural na América Latina, sintetizando suas considerações em vários aspectos, como a língua, a produção literária, os níveis de desenvolvimento, entre outros. Já sobre os aspectos físico-geográficos trabalhamos principalmente com três obras: Andrade (1991), Olic & Canepa (2004) e Gallup et al. (2007), todos autores que tentaram regionalizar a América Latina de acordo com fatores do meio natural, como relevo, bacias hidrográficas, configuração climatobotânica e até áreas dos países. Em outro aspecto, ao inserirmos dados socioeconômicos, utilizaremos informações de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a ONU.

De acordo com a bibliografia consultada, também foi motivo de controvérsia a localização, nos mapas, do conjunto regional conhecido como América Latina. Antes da popularização do termo, era recorrente o uso de Ibero-América, Hispano-América ou América do Sul e do Norte. O primeiro limita-se apenas às áreas colonizadas por Portugal e Espanha, normalmente associadas à ideia de uma ligação entre o passado colonial e a herança cultural¹; o segundo refere-se apenas às áreas de colonização espanhola, em países já independentes; o terceiro termo apropriava-se de uma divisão ainda hoje utilizada, considerando como América do Norte o conjunto de países formado por Estados Unidos, Canadá, México, países ístmicos e insulares da América Central – áreas de influência direta dos Estados Unidos –, enquanto a América do Sul permanecia como a que hoje vemos no mapa².

Em suma, qual parte da América é América Latina? Encontramos várias

1 Abellán & Monclús (1989) tratavam a concepção de Ibero-América como uma sociedade comunal, apresentando-a como alternativa ao capitalismo burguês e ao estatismo comunista.

2 Vários atlas, principalmente em língua inglesa, costumam dividir a América em apenas duas partes: América do Norte e América do Sul. A América Central, muito comum nos atlas brasileiros, aparece como parte da América do Norte, sendo o mar do Caribe uma espécie de “mar Mediterrâneo” dos Estados Unidos.

maneiras de delimitar a região, apesar de a maioria referir-se à América Latina como o conjunto de nações “ao sul do Rio Bravo”, com sérios problemas sociais e subdesenvolvimento crônico. A Cepal, por exemplo, indiretamente exclui o Caribe; outras interpretações excluem somente os países de língua inglesa e holandesa, tais como Jamaica e Suriname; há quem cite a Província de Quebec, no Canadá, como latina, inclusive utilizando-se disso para justificar o movimento separatista dessa região de maioria francófona; há uma publicação (CHEVALIER, 1999) em que aparecem na América Latina os estados mexicanos perdidos para os Estados Unidos da América em 1848, onde atualmente há uma grande parcela da população hispanófona; há dúvidas sobre se as possessões de países europeus – França, Países Baixos e Reino Unido – e dos Estados Unidos seriam parte integrante da América Latina. Chega-se a pensar que “a América Latina” não existe como tal, mas talvez “as Américas Latinas” ou as outras Américas inseridas no universo da chamada “latina”.

Além dos problemas com a delimitação, inclusão ou exclusão de territórios e países, investigaremos a origem e a pertinência do termo “América Latina” como uma unidade geopolítica ou uma região cujos países componentes apresentam características semelhantes. Bruit (2000, p. 10) discute o livro *Existe América Latina?*, escrito em 1945 pelo peruano Luis Alberto Sánchez, em que a questão do pertencimento à noção de latinidade é tratada com motivação especial:

América Latina existe, essa é a resposta de Sánchez, mas esta existência é ambígua porque ela está fundada em um elemento estranho à maioria da população, isto é, a latinidade. Por outro lado, a latinidade tem permitido à minoria branca pensar e até sentir que a América é europeia e que os indígenas, negros e mestiços sofreram um processo de branqueamento.

A partir da pertinência ou não do termo “latina” acompanhando o nome do continente, discutiremos seu uso ao longo da história e os diferentes significados que assumiu de acordo com o contexto. A questão envolve pensar aquilo que o termo inclui e/ou exclui como legitimamente “latino” ou pertencente à “América Latina”: os indígenas, afro-americanos e outros povos de origens diversas e reconhecidamente não-latinos (japoneses, eslavos, anglo-saxões, entre outros). Incluiremos outras propostas para a denominação dessa parte do continente, como Indo-América e Afro-América, além daqueles que defendem “as Américas Latinas”,

dada a pluralidade de interpretações do que se entende por América Latina. Nas palavras de Mignolo (2007, p. 149), quanto à discussão acerca da “ideia” de América Latina e suas diferentes formas de interpretação, há a citação de dois momentos em que esta ideia não é questionada:

Para instituciones como el Banco Mundial o la CIA, no hay motivo para poner em cuestión la “idea” de América Latina. Para quienes habitan en países sudamericanos de habla hispana o portuguesa y se sientem identificados com el *ethos* criollo o “latinoamericano”, tampoco hay motivos, aunque su “idéia” de América Latina no sea la misma que la del Banco Mundial o la CIA. [...] ¿Por qué esos grupos habrían de compartir una misma idea si “América Latina” no es una entidad objetiva sino un proyecto político ideado por europeos de origen latino, en el que los indios y los afrocaribeños – excepción hecha de los que viven en Haiti y Martinica – no tuvieron participación alguna?

Na citação acima, bem como na bibliografia consultada, há uma convergência para a origem europeia, e mais precisamente francesa, da ideia de uma latinidade que incluía a América hispânica, portuguesa e francesa, mas excluiria povos autóctones e de outras origens, principalmente africana. Vale destacar que será recorrente em diversos autores, como na citação anterior, o uso do termo América Latina entre aspas – e mesmo a ideia de América Latina – dada a imprecisão territorial, cultural, identitária que o termo gera.

Foi, portanto, necessário levar em conta essas diferentes formas de regionalização ao longo da história, inclusive para entender a visão que se tinha desse conjunto de países. Como formas variantes, encontramos também aqueles que se referiam à América ainda como Novo Mundo, e também nos deparamos com a ideia de Indo-América para reivindicar as raças aborígenes e resolver as questões epistemológicas acerca da “latinidade” da América.

As incertezas levantadas diante das possibilidades de se definir o que é, onde está, quem faz parte da América Latina são vivenciadas diariamente por alunos e professores. No cotidiano, deparamos-nos com esses conflitos, e convivemos com eles, através da reprodução apaziguada dessa questão pelos livros didáticos de geografia – como diz Choppin (2004, p. 557): “toda controvérsia é deliberadamente eliminada da literatura escolar”. E não é diferente nos livros didáticos de geografia.

Das dezenove obras selecionadas pelo MEC (2007) através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), escolhemos três livros didáticos para análise

neste trabalho:

- ADAS, Melhem. *Geografia: o mundo subdesenvolvido, 8º ano*. São Paulo: Moderna, 2006.

- PROJETO ARARIBÁ. *Geografia, 8º ano*. São Paulo: Moderna, 2007.

- VESENTINI, José W. & VLACH, Vânia. *Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido, 8º ano*. São Paulo: Ática, 2009.

A escolha dessas obras justifica-se por sua ampla tiragem, figurando entre os livros didáticos mais vendidos do país, possuindo assim um alcance maior do que outras coleções e difundindo mais sua proposta de ensino de geografia. A simples adoção destes livros nas escolas estabeleceria uma relação dos alunos e professores com determinada visão e encadeamento dos conteúdos.

Como interlocutores para a análise dos livros didáticos, citamos Alain Choppin (2004), que se posiciona acerca da compreensão histórica da função do livro didático. Especificamente sobre os livros de geografia, selecionamos autores que se dedicaram aos estudos relacionados à educação geográfica, dando grandes contribuições sobre o tema. Dentre os principais, podemos citar Sonia Castellar (2009), Helena Callai (1999), Lana Cavalcanti (1998), João Rua (1992).

Apesar de o objetivo central desta pesquisa não ser o estudo específico da América Latina, mas sim como ela aparece nos livros didáticos, não poderemos esquivar-nos da categoria de análise que ela implica. A categoria *região* será muito útil e norteadora para a discussão deste trabalho, sendo retomada com certa frequência. A América Latina será estudada como uma região, com recorte espacial definido, mas que dependerá de critérios definidos ao longo do processo de investigação. Como o conceito de região será recorrente no desenrolar do trabalho, citamos Correa (2003, p. 23) para introduzir o conceito:

o termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de *diferenciação de área*, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.

O autor considera que a região deve ser vista como “um conceito intelectualmente produzido”, captando “a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região”, e admite que todos os conceitos possíveis de região “podem ser

utilizados pelos geógrafos” (Correa, 2003, p. 23-24). Na próxima seção, discutiremos os principais conceitos de região apresentados pelo autor: região natural, geográfica, região como classe de área e como instrumento de ação e controle dentro de uma sociedade de classes. Além de Correa, a discussão estará apoiada principalmente no trabalho de Lencioni (1997).

Investigar o que é a América Latina, inclusive questionar se ela realmente existe com essa pretensa unidade, tornou-se um trabalho extremamente intrigante e, por isso, motivador. Trabalhar com as principais variáveis desse vasto conjunto de possibilidades e encontrá-las nos livros didáticos foi também muito esclarecedor, de forma que pretendemos nos inserir no conjunto de contribuições práticas e teóricas para o ensino de geografia.

2 A IDEIA DE AMÉRICA LATINA

2.1 AMÉRICA LATINA E REGIÃO

A América Latina é quase sempre apresentada como uma região homogênea. No entanto, o que a define como uma região? Quais foram os critérios adotados para delimitá-la? Quando pensamos na América Latina, a que tipo de região estamos nos referindo? Nesta parte do trabalho apresentaremos as principais interpretações acerca do conceito de região e sua relação com a América Latina.

A partir do enfoque do determinismo ambiental, temos o conceito de região natural. O contexto da expansão imperialista na virada do século XIX para o XX contribuiu diretamente para o desenvolvimento dessa corrente de pensamento. Nas palavras de Correa (2003, p. 23):

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes.

Difícilmente encontraremos uma interpretação da América Latina a partir do conceito de região natural. A diversidade de ambientes naturais dessa parte do continente não permitiria uma generalização desse porte, apesar de não negarmos a possibilidade de surgimento de sub-regiões com base no conceito de região natural, de acordo com sua formação climatobotânica ou relevo, por exemplo.

Como contraponto ao determinismo ambiental, a corrente de pensamento conhecida como possibilismo insere o elemento humano, formatando a região geográfica. A questão central da diferença entre região natural e região geográfica está nas bases empíricas: o objeto de estudo dos possibilistas não é a região natural e sua influência sobre a sociedade, mas sim a região humana. Assim, o possibilismo considera que a natureza não determinaria a evolução da sociedade, mas sofreria modificações humanas, de acordo com as necessidades. Nas palavras de Correa (2003, p. 27-28):

Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra.

E ainda,

A região geográfica assim concebida é considerada uma entidade concreta, palpável, uma dado com vida, supondo portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio. Neste raciocínio, chegar-se-ia à conclusão de que a região poderia desaparecer. Sendo assim, o papel do geógrafo é o de reconhecê-la, descrevê-la e explicá-la, isto é, tornar claros seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução. (p. 29)

Muitas interpretações históricas acerca do surgimento e evolução da ideia de América Latina seguem essa linha de raciocínio, ao delimitar e investigar a região. Apesar de ser uma corrente tradicional para a interpretação da região, ela ainda é largamente utilizada nos estudos sobre a América Latina. As atividades agropecuárias desenvolvidas nesses territórios e sua conexão com o clima, por exemplo, são interpretações possibilistas, inclusive quando se determina a utilização de mão-de-obra escrava ou não de acordo com o tipo climático e seu respectivo cultivo.

Em outra corrente, fundamentada no positivismo lógico, a Nova Geografia redefine o conceito de região, opondo-se aos conceitos anteriores do determinismo ambiental e do possibilismo. A região é determinada através de técnicas estatísticas de mensuração. Correa (2003, p. 32) define região, no contexto do positivismo lógico,

Como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. [...] Neste sentido, definir regiões passa a ser um problema de aplicação eficiente de estatística [...].

No presente trabalho, apresentaremos uma das possibilidades de tratar uma região com base em dados estatísticos. Quando se tentam agrupar países de acordo com médias, como o PIB e o IDH, estamos trabalhando, *grosso modo*, com a ideia de positivismo lógico. Os dados estatísticos seriam suficientes para uma

regionalização “precisa”, no entanto utilizaremos este tipo de análise apenas para desconstruir certas “verdades” e relativizar certos pontos de vista, sempre acompanhados de argumentos que extrapolam o conceito de região sob o positivismo lógico.

Na década de 1970, com o advento da geografia crítica e com os questionamentos à geografia tradicional e à Nova Geografia, o conceito de região recebe outro entendimento, reforçando sua existência sob o capitalismo. Apesar de alguns autores defenderem o fim da região, dada a tendência homogeneizadora do capitalismo (OLIVEIRA³, apud CAVALCANTI, 1998, p. 103; DUARTE⁴, apud CORREA, 2003, p. 41), caberia a análise regional a partir do processo de desenvolvimento capitalista como um desenvolvimento desigual e combinado (CAVALCANTI, 1998, p. 103). Correa defende que

É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XV (CORREA, 2003, p. 44).

O autor ainda cita em que contextos se dá essa acentuação da regionalização: Divisão Internacional do Trabalho (DIT); ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente; ampla articulação entre as regiões criadas ou transformadas *pelo* e *para* o capital; e associação de relações de produção distintas.

Essa é a interpretação mais comum acerca da América Latina. Ao resgatar a história colonial, o papel dos países latino-americanos inseridos na DIT, e relacionar exploradores e explorados, estamos acentuando o caráter ideológico acerca da interpretação da América Latina como região.

Cavalcanti (1998) destaca ainda o conceito de região na perspectiva humanística. A proximidade dos conceitos de região e lugar, nessa perspectiva, apresenta a região como a relação entre homens e lugares num espaço. Gomes⁵ (apud CAVALCANTI, 1998, p. 103), destaca essa concepção da seguinte forma:

3 OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

4 DUARTE, Aluizio. Regionalização: considerações metodológicas. Boletim de geografia teórica, 10 (20), 1980.

5 GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, I. E. (org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido.

Portanto, nessa concepção de região, aparece com muita ênfase a afetividade, a dimensão psicológica, e outros componentes históricos, ecológicos e econômicos, mas sobretudo a ideia de espaço vivido como revelador das realidades regionais. Há evidentes dificuldades para estudarmos a América Latina a partir dessa perspectiva, sobretudo pela diversidade de “realidades regionais” que inviabilizam compreendê-la como um todo.

Lencioni (1997, p. 2) alerta para o fato de que a palavra região, diferentemente de outros conceitos na Geografia, “é de uso fluido e tem dificuldades em se estabelecer como um conceito”. De fato, no cotidiano nos deparamos com o uso do termo região em outros campos do conhecimento e das atividades humanas, inclusive no senso comum. Assim, temos a região do corpo, para a anatomia; as regiões militares, os Tribunais Regionais, as Regiões Metropolitanas e as regiões administrativas e geoeconômicas de cunho territorial; ou então expressões comuns na linguagem corrente como “região onde nasci” ou “região perigosa” (LENCIONI, 1997, p. 3).

No entanto, Gomes⁶ (apud CAVALCANTI, 1998, p. 104), diante das possibilidades que o conceito abarca, afirma o seguinte para a compreensão da região na atualidade:

Essa região é definida a partir de recortes múltiplos, complexos e mutáveis, mas destacando-se, nesses recortes, elementos fundamentais, como a relação de pertencimento e identidade entre os homens e seu território, o jogo político no estabelecimento de regiões autônomas ante um poder central, a questão do controle e da gestão de um território.

Portanto, na região definida por Gomes, intenta-se abarcar vários elementos que serviriam de critérios para uma regionalização, como o sentimento de pertencimento, governos, controle e gestão, porém não individualmente, mas considerando a ênfase em cada um desses elementos, estabelecendo parâmetros para a delimitação de regiões, dentro dos recortes citados pelo autor.

Certamente a definição de uma região chamada América Latina se justificará

6 Ibidem.

dentre as possibilidades acima. O discurso regionalista e reivindicações de uma identidade regional latino-americana, principalmente na linguagem comum, criaria o mito de que é possível uma unidade através de elementos culturais e econômicos, principalmente. Na geografia, mesmo que a concepção mais comum seja o conceito de região apoiado na geografia crítica, analisaremos outras formas de regionalização e sub-regionalização da América Latina, inclusive para questionar a coerência e a validade dessa região.

2.2 POR QUE “LATINA”?

Não há consenso sobre o uso da palavra “latina” para designar parte da América. Muitas são as tentativas de investigar a partir de quando esse qualificativo passou a ser atrelado ao nome América, pois antes era possível determinar duas partes distintas da América: uma formada pelos Estados Unidos e a outra ao sul do rio Bravo. Também não há consenso sobre se o termo teria aparecido primeiro em espanhol ou em francês, mas sabe-se que em inglês a primeira ocorrência data de 1890. O *Oxford English Dictionary* aponta para um documento intitulado *Reciprocity Treats with Latin America*, de autoria do presidente norte-americano Benjamin Harrison. Feres Jr. (2005) concorda que o termo em língua inglesa foi importado do francês – *Amérique Latine* – ou do espanhol – *América Latina* –, pois nessa época seu uso já era disseminado nas línguas citadas. Então, como surgiu essa diferenciação no continente, entre “latinos” e “não-latinos”?

Baseado nessa dicotomia, Hegel⁷ (1928, apud MORENO, 1979, p. XV, e BANDEIRA, 2005, p. 1) escreveu que “[...] em tempos futuros se evidenciará sua importância histórica, quem sabe na luta entre América do Norte e América do Sul”. Como sabemos, ao norte está o país mais poderoso do planeta, enquanto que ao sul tomamos a liberdade de atualizar a citação para América Latina. O autor não especificou o tipo de luta, alegando que “como porvir a América não interessa, pois o filósofo não faz profecias” (HEGEL⁸ apud MORENO, 1979, p. XV). No entanto, a

7 HEGEL, G. W. F. Lecciones sobre la filosofia de la historia universal, Madri: Revista de Occidente, 1928, t. I.

8 Idem.

ideia de “luta” e confronto será retomada outras vezes neste trabalho e será determinante para a compreensão do surgimento do termo América Latina, no contexto de uma oposição entre latinos e anglo-saxões. Antes analisaremos o rótulo “latina” adicionado ao nome do continente.

O modelo comumente encontrado para a justificativa do termo “América Latina” refere-se à colonização de exploração, principalmente por portugueses e espanhóis, e em menor escala por franceses, portanto países linguisticamente latinos. Segundo Moreno (1979, p. XVI),

toda latinidade começou no Lácio [...] e foi crescendo em círculos concêntricos ao longo da história: primeiro ao abarcar o conjunto da atual Itália, ampliando-se logo até a parte da Europa colonizada pelo Império Romano, restringindo-se depois aos países e zonas que falaram línguas derivadas do latim, e transportando-se por fim ao continente americano que esses europeus descobriram e colonizaram. Deste modo, a América Latina viria a ser o quarto anel desta prodigiosa expansão.

Nos dias atuais, essa ideia de latinidade na América baseada apenas em aspectos linguísticos cria alguns equívocos, uma vez que a composição da América Latina geográfica vai muito além. Podemos considerar latinos o Suriname, a Jamaica, Belize, Bahamas, entre outros, de língua inglesa ou holandesa? E por que não considerar latinas algumas regiões dos Estados Unidos ou a província de Quebec, no Canadá? Moreno (1979, p. XVII) prossegue em sua análise, acentuando que

é algo mais complexo do que o simples esquema que subsistia até meados do século. Subsiste o conjunto original de vinte e um países [...]. Todavia, Porto Rico é um Estado Livre Associado aos Estados Unidos e os porto-riquenhos têm até cidadania estadunidense. Depois de 1960 criaram-se quatro novos países: Jamaica, Barbados, Trinidad e Tobago e Guiana, de língua predominantemente inglesa, que formam parte do *British Commonwealth of Nations*.

Ainda cabe destacar a presença de grupos radicalmente não-latinos: os africanos e afro-descendentes e os grupos indígenas estariam excluídos da latinidade dessa parte da América. As populações negras chegaram aos milhões, trazidos pelos fluxos do tráfico de escravos, ocupando várias porções do continente no norte, no centro e no sul. Segundo Moreno (1979, p. XVIII) essa característica do povoamento escravo é a liga que une as partes do continente, independentemente

da divisão latina/anglo-saxônica, ocupando majoritariamente um espaço de transição no Caribe onde não estão claramente definidos os aspectos anglo-saxões ou latinos. E completa, dizendo que essa América africana

faz-se sentir fortemente, não só nesta zona média, mas em suas fronteiras com as outras, ou seja, o norte da América do Sul e o sul da América do Norte. Assim sendo, esta interposição constitui ao mesmo tempo uma barreira e um caminho e, em todos os casos, um enriquecimento do esquema clássico de que surgiu o próprio conceito de América: as duas Américas divergentes convergem para um terceira cultura até formar, em conjunto, uma só *afro-américa*, uma tenaz que tende a unir as três américas geográficas.

A concepção de Moreno coincide com as áreas onde as *plantations* foram largamente utilizadas como forma de exploração do solo, e a utilização de mão de obra escrava era disseminada, acarretando a presença de uma grande parcela de população negra nos países que surgiram nessas localidades. Atualmente encontramos um debate mais profundo acerca dos direitos e do reconhecimento da população afro-americana, principalmente naqueles países para onde se direcionava a maior parte do tráfico de escravos. Acreditamos que a intenção do autor tenha sido dialogar com outras etnias presentes na América e nunca foram contempladas pelas regionalizações e “criações” das identidades nacionais⁹. Na Argentina, por exemplo, havia quem se orgulhasse de pertencer ao único país branco ao sul do Canadá (ROUQUIÉ, 1992, p. 35), para não falar das políticas de branqueamento da sociedade de vários países americanos, incentivando a imigração de mão de obra europeia “branca” para ocupar postos de trabalhos assalariados, marginalizando as populações africanas e afro-descendentes. Encontramos o termo “afro-américa” em outras publicações, como Cardoso (1982) e Azevedo & Monteiro (1996), mas com um enfoque histórico e sem preocupações com a regionalização ou o pertencimento à ideia de latinidade.

Ainda em relação a dessa questão, observamos uma atenção maior no que concerne às populações indígenas, como nas proposições de Haya de la Torre em seu livro de 1928, *¿A donde va Indoamerica?*. Nessa obra, o autor, além de reivindicar as raças aborígenes, tem a intenção de iniciar um movimento político-

9 O Haiti destoa desta afirmação, pois sua revolução, influenciada pela Revolução Francesa, é considerada a única revolta de escravos bem-sucedida na América, iniciando-se em 1791 e só terminando com a independência do país, em 1804. Ela se tornou símbolo da abolição da escravidão e provocou certo temor em outros Estados escravocratas.

ideológico de alcance continental. De acordo com Bruit (2000), Haya de la Torre considerava a América Latina como a América republicana do século XIX, e a Ibero-América corresponderia à América colonial. Para ele, o nome Indo-América designaria a “nova América” do século XX, como explica no trecho abaixo:

Los vanguardistas, los apristas, los antiimperialistas de América, inclinados a la interpretación económica de la historia, hemos adoptado la denominación *Indoamérica* como expresión fundamental (HAYA DE LA TORRE¹⁰ apud Bruit, 2000, p. 8).¹¹

Bruit (2000) acredita que essa proposta não vingou por várias razões, entre elas o preconceito contra o indígena e a naturalização da ideia de América Latina na consciência dos americanos. De acordo com Rouquié (1992, p. 23), a Indo-América terá menos êxito que o indigenismo literário no qual se inscreve, e conclui que

o índio não tem cartaz na América junto às classes dirigentes. Marginalizado e excluído da sociedade nacional, ele é minoritário culturalmente em todos os grandes Estados e mesmo nos de velhas civilizações pré-colombianas e de forte presença indígena.

Assim, percebemos que a influência indígena no rumo dos acontecimentos políticos dos países é nula, mesmo nos Estados em que constituem uma grande parcela da população. Huntington vai mais além ao destacar a presença indígena na América Latina, em comparação com a América Anglo-Saxônica e Europa Ocidental, dentro da discussão sobre o que é e quem faz parte do Ocidente, da seguinte forma:

A América Latina, entretanto, evolui por um caminho bastante diferente dos da Europa e da América do Norte. Um produto da civilização européia, ela também incorpora, em graus variados, elementos de civilizações indígenas americanas que não se encontram na América do Norte e na Europa [...]. A civilização latino-americana incorpora culturas indígenas, que não existiram na Europa, foram *efetivamente* eliminadas na América do Norte e que variam de importância no México, América Central, Peru e Bolívia, de um lado, até a Argentina e o Chile, de outro” (Huntington, 1997, p. 52, grifo nosso).

Desta forma, e por causa da presença indígena, a América Latina deveria ser considerada uma civilização distinta da ocidental, pois assim o autor seria mais

10 HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *A donde va Indo américa?* Santiago: Ercilla, 1936.

11 O termo “aprista” vem de Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), movimento fundado por Haya de la Torre, de orientação esquerdista democrática latino-americana e social-democracia mundial. O principal herdeiro desse movimento é o Partido Aprista Peruano.

apropriado e útil. Mignolo (2007, p. 154) rebate dizendo que a “América Latina es una región en la que los pueblos indígenas no fueron 'eliminados com eficacia’¹², como se observa em los Andes, Guatemala y México”, mas curiosamente se celebra a mestiçagem como “*rasgo fundamental*” da homogeneidade nacional, coisa que nos Estado Unidos seria um projeto inválido.

Nemo (2005) também situa a América Latina próxima ao Ocidente, mas “sem estar integrada a ele”. O autor defende a estruturação do mundo ocidental com base em cinco acontecimentos essenciais:

1. A invenção, pelos gregos, da Cidade, da liberdade sob a lei, da ciência e da escola.
2. A invenção, por Roma, do direito, da propriedade privada, da noção de 'pessoa' e do humanismo.
3. A revolução ética e escatológica da Bíblia: a caridade prevalece sobre a justiça, e o tempo linear, o tempo da História, é posto sobre tensão escatológica.
4. A 'Revolução Papal', do século XI ao XIII, que preferiu utilizar a razão sob duas configurações – ciência grega e direito romano – para inscrever a ética e a escatologia bíblicas na História, realizando assim a primeira síntese verdadeira entre Atenas, Roma e Jerusalém.
5. A promoção da democracia liberal consumada pelo que se convencionou designar como as grandes revoluções democráticas (Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, França e, depois, sob diferentes formas, todos os outros países da Europa Ocidental). Como o pluralismo – nos três campos: ciência, política e economia – é mais eficaz do que uma ordem natural ou artificial, este último acontecimento conferiu ao Ocidente uma dinâmica de desenvolvimento sem precedentes, permitindo-lhe engendrar a modernidade (Nemo, 2005, p.9-10).¹³

O autor revela que a América Latina passou por quatro dos cinco acontecimentos. Além das mudanças e revoluções na direção de uma democracia liberal “com desfechos desconexos”, a presença das populações indígenas é um fator excludente do mundo ocidental, pois a cultura aborígine permanece pouco alterada em várias regiões da América Latina, acarretando movimentos reivindicatórios de reconhecimento de identidades. Sendo assim, mais uma vez a presença do elemento indígena exclui a região do que se espera que seja a cultura ocidental, permanecendo nas suas proximidades, na mesma categoria dos países

12 Este trecho do livro de Huntington foi traduzido para o português como “efetivamente eliminados”, enquanto na versão em espanhol utilizada por Mignolo temos a tradução “eliminados com eficacia”. No *Minidiccionario espanhol-português*, da Editora Ática, *efectivo* é traduzido para “1. efetivo, eficaz, positivo. 2. efetivo, autêntico, verdadeiro” entre outras traduções. Segundo o *Nuevo diccionario básico de la lengua española*, da Editora Santillana, *efectivo* é sinônimo de *eficaz*.

13 O autor alerta, a partir dos critérios estabelecidos, que entende o Ocidente como uma cultura constituída por vários povos, e não apenas como “o povo ocidental”.

da Europa Central, do mundo ortodoxo (Rússia e Balcãs) e Israel, segundo sua classificação.

Estranhamente, o autor acrescenta no Ocidente territórios administrados por países ocidentais (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), como as possessões no Caribe. Imaginam-se então, de acordo com as classificações de Nemo, a Guiana Francesa, as ilhas caribenhas de Aruba, Curaçao e Bonaire, bem como Martinica, Anguilla e San Martin, “mais ocidentais” que o Brasil ou a Argentina, por exemplo. Certamente, este é mais um caso de generalização no contexto da América Latina e mais uma tentativa de encontrar traços comuns que a definam. O fato é que a presença indígena, para Nemo e Huntington, configuraria um outro tipo de sociedade, cuja cultura não é a Ocidental.

Assim, podemos observar que, mesmo nos países com predomínio de população branca, a questão indígena e africana não estará totalmente ausente, participando claramente da conformação da fisionomia nacional. Essa América só é latina por força das oligarquias e “seus poderosos” que, como vimos, marginalizam as populações não-latinas e fazem a cultura francesa reinar absoluta¹⁴. Rouquié (1992, p. 22) provoca, questionando se “a sociedade da Guatemala, onde 50% da população descendem dos maias e falam línguas indígenas, é latina”, ou ainda “se o guarani no Paraguai, os galeses da Patagônia, os alemães em Santa Catarina ou no sul do Chile” são latinos.

Mignolo (2007, p. 81-82) explica que, contraditoriamente,

la “idea” de América Latina es la triste celebración por parte de las élites criollas de su inclusión en la modernidad, cuando en realidad se hundieron cada vez más en la lógica de la colonialidad. La idea de “América Latina” que se forjó en la segunda mitad del siglo XIX dependió de otra idea, la de “latinidad” [...], surgida en Francia.

O autor reafirma a ideia de uma “latinidade” adotada pelas elites locais na América Latina por influência externa europeia, marginalizando as populações indígenas e de origem africana, o que constitui uma visão muito comum nos recortes analíticos da bibliografia específica e nos livros didáticos. Não ignoraremos seus limites e ambiguidades, uma vez que nossa intenção até aqui foi relativizar o

14 Como veremos, a França teve um papel importante na criação de uma latinidade baseado no panlatinismo. No entanto é mais significativo o fato de que as elites “criollas” estavam voltadas para as letras francesas e seus autores.

conceito de América Latina e questionar sua própria existência. Nas palavras de Rouquié (1992, p. 24),

Estas observações visam apenas sublinhar que esse conceito de América Latina não é nem plenamente cultural nem apenas geográfico. [...] A América Latina existe apenas por oposição e de fora. O que significa que os “latino-americanos”, enquanto categoria, não representam nenhuma realidade tangível além de vagas extrapolações ou de generalizações inconsistentes. O que significa igualmente que o termo possui uma dimensão oculta que lhe completa a aceção.

Apesar dessas imprecisões, muitos acreditariam em uma identidade subcontinental muito forte, entrelaçada por uma solidariedade cultural ou outros laços de qualquer natureza. Se examinassem a própria diversidade, as nações latino-americanas refutariam tal justificativa. A história, a geografia, as fracas relações econômicas e culturais fizeram as nações dessa região procurarem mais a Europa e os Estados Unidos que seus vizinhos, desfavorecendo uma consciência unitária de pertencimento.

2.3 COMO “SURTIU” A AMÉRICA LATINA: A INVENÇÃO E A REINVENÇÃO

O artigo “A invenção da América Latina”, publicado em 2000 por Hector Bruit, é tão revelador quanto o próprio título. Ao contextualizar o uso do conceito de América Latina ao longo da história, ele nos dá os caminhos – através da investigação de autores que adotaram o termo “América Latina” em meados do século XIX – para compreender os pretextos e intenções que generalizaram um conjunto de Estados sob o mesmo nome. Da mesma forma, Santos (2004) busca, no capítulo “Nacionalismo e interamericanismo”, o desenvolvimento da ideia de América Latina e sua separação dentro dos conceitos de “Novo Mundo” e “Hemisfério Ocidental”, mas principalmente sua distinção em relação à América Anglo-Saxônica. Mignolo (2007, p. 15-16), ao longo de todo o seu livro, desenvolve os temas e argumentos que giram em torno de como nasceu a “ideia” de América Latina e não “de una entidad denominada 'América Latina'”, afirmando que pretende “tratar de separar el nombre del subcontinente de la imagen cartográfica que

tenemos de él”. Muitos outros autores colocaram-se o problema da dimensão unitária da denominação e das identidades que ela encerra, em face da pluralidade das sociedades da América dita latina (ROUQUIÉ, 1992). Feres Jr. (2005) acompanha a tradução para “*Latin America*” nos Estados Unidos e sua evolução para os “*latin american studies*”, carregados de conotações raciais e – por que não? – racistas, que deixam nítida a separação entre as duas Américas – latina e anglo-saxônica. Esses e outros autores nos pautarão nesta breve investigação sobre o tema.

Começaremos com o batismo da América: o famoso mapa de Martin Waldseemüller – o *Universalis Cosmographia*¹⁵, de 1507 – é o primeiro em que figura o nome “América”, para designar o até então denominado “Novo Mundo”, aparecendo na parte sul do novo continente. O texto que acompanha o mapa, e o globo terrestre, é o “*Cosmographiae introductio*” que explica, entre outras coisas, a razão da atribuição do nome de América ao continente, tendo como apêndice uma tradução latina das quatro jornadas do navegador florentino Américo Vespúcio.

Porém o bem-sucedido nome – América – viria a designar, ainda no século XIX, um único país: os Estados Unidos da América. Segundo Bruit (2000, p. 1), o nome “foi arrebatado pelo único país que ainda não tinha nome”. Santos (2004, p. 66) complementa que, para evitar a ambiguidade do gentílico “americano”, que poderia se referir aos Estados Unidos ou a todo o continente, foram sugeridos para discussão nomes alternativos: United States of Columbia, Appalachia, Alleghania, Freedonia. Mas o autor esclarece que “não se alcançou [...] suficiente consenso para essa mudança”.

Santos nos alerta, no entanto, para interpretações equivocadas que associam o grande poder geopolítico dos Estados Unidos à apropriação do gentílico “americano”, sem considerar o processo de formação identitária de outras partes da América.

A apropriação da identidade comum de todos os povos da América pelos estadunidenses não deve ser atribuída apenas à grande diferença de poder, inclusive de difusão cultural, entre os Estados Unidos e os demais países do continente. A trajetória seguida pela construção das diversas identidades nacionais deve também ser levada em conta (Santos, 2004, p. 65).

15 O nome completo do mapa é *Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque Iustrationes*. Visualização disponível em versão eletrônica no sítio de The Library of Congress: <<http://www.loc.gov/rr/geogmap/waldexh.html>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

A identidade comum “americana” era relegada a um papel secundário, em prol de reais ou imaginárias diferenças históricas, geográficas, culturais e raciais. As tentativas de criar as distintas nacionalidades foram também um esforço de rejeição da identidade comum americana. Assim, os habitantes da América, inclusive os nascidos no novo continente, eram, acima de tudo, súditos da Coroa inglesa, espanhola, portuguesa, sempre se subordinando a condição de americano à identidade do súdito diante de seu respectivo soberano. Santos (2004) acrescenta que ainda estavam presentes sentimentos e laços com diversas pátrias locais, que normalmente terminavam em revoltas regionais e nativistas. Apesar disso, o autor garante que tais movimentos não foram precursores dos Estados que se constituíram após a ruptura dos laços coloniais.

Com a independência e a formação dos novos países, o gentílico “americano” não foi reivindicado por nenhuma nação, uma vez que estava em discussão a formação das identidades nacionais, que na verdade era mais pautada no território do que nos povos. O caso do Império Brasileiro era ainda mais curioso, pois ele se via como um representante europeu na América, em sua autoimagem e legitimidade. A ideia europeia de próspero e civilizado era oposta às “anárquicas e instáveis” novas repúblicas americanas, levando as elites nacionais a manifestar uma persistente resistência à ideia de pertencimento “americano” (SANTOS, 2004).

Somente após a Doutrina Monroe (1823) e, principalmente, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), com o fim da dicotomia entre a União e os Confederados e a criação da nação estadunidense, o termo disponível ainda era “americano”¹⁶. Naquele contexto, a ideia de América representava o “novo” e a ruptura com o estilo de vida e a sociedade europeia, portanto mais um atrativo que um empecilho. Nas palavras finais de Santos (2004, p. 68) sobre essa questão:

É fácil imaginar que, se o projeto de fazer da América espanhola uma única nação tivesse tido sucesso, ou se o americanismo brasileiro tivesse desabrochado antes, o título de americano teria tido competidores mais fortes. As identidades locais nos Estados Unidos desembocaram sem competição real na identidade comum, de “americano”, em um caminho inverso ao da construção das identidades nacionais latino-americanas.

¹⁶ É certo que o gentílico “americano” já era usado antes, ainda que de modo ambíguo, pois a identidade nos Estados Unidos era dada primordialmente pela condição de georgiano, virginiano etc., de acordo com o Estado de residência (SANTOS, 2004).

Dessa forma, a América passou a designar o país do norte, enquanto a América nomeada por Martin Waldseemüller, de Colombo, Cabral e Vespúcio, teria, desse momento em diante, um grande problema de identidade continental. Bruit (2000, p. 2) afirma que Humboldt¹⁷, em seu “Ensaio político sobre a ilha de Cuba”, publicado em 1826, já “alertava para a injustiça de chamar de americanos só os cidadãos dos Estados Unidos”. Como vimos, não se trata de questão de justiça, mas é claro que seria necessário rebatizar uma parte do continente que havia perdido seu nome de origem.

Contemporaneamente, nascia na França o panlatinismo, sob o governo de Napoleão III¹⁸. A bibliografia consultada converge para Michel Chevalier¹⁹, que teria sido o principal articulador das ideias do panlatinismo e conselheiro do imperador. Chevalier faz uso da expressão *race latine* tornando concebível, mais tarde, o uso do nome América Latina.

O panlatinismo comportava um conjunto de ideias que propunham a restauração da raça latina, sob a liderança da França. Sobre as origens das ideias de Chevalier, vale destacar dois parágrafos de Mignolo (2007, p. 100):

Para Chevalier [...] a Europa tenía un doble origen: latino (romano) y teutón (germánico). El primero comprendía los países y los pueblos del norte, incluida Inglaterra. La Europa latina es católica; la Europa teutona es protestante. Proyectando esa separación en América, Chevalier observa: las dos ramas, la latina y la germánica, se han reproducido em el Nuevo Mundo. Al igual que la Europa meridional, América del Sur es latina y católica; América do Norte, en cambio, tiene una población protestante y anglo-sajona.

No comentário de Mignolo sobre as ideias de Chevalier, percebemos uma espécie de “choque de civilizações” entre latinos e anglo-saxões, no século XIX, tanto na Europa quanto na América. Chevalier interessava-se particularmente pelo papel que desempenhariam a França e os países de “semente latina” nesse contexto. Assim ele desenvolveu a ideia de que a França era a herdeira das nações católicas, considerando que a Itália e principalmente Portugal e Espanha eram

17 HUMBOLDT, Alexander von. *Essai Politique sur l'île de Cuba*. Paris, 1826.

18 Louis Napoleon, sobrinho de Napoleão Bonaparte, tornou-se presidente da Segunda República em 1848, proclamou-se imperador em 1852, e permaneceu no trono até 1871.

19 Chevalier viajou aos Estados Unidos em 1833, regressando à França em 1835. No ano seguinte, publicou, em dois volumes, a correspondência escrita durante sua estada nos Estados Unidos, sob o título de *Lettres sur l'Amérique du Nord*. Essa publicação é considerada o marco inicial das ideias panlatinistas.

nações decadentes. Restava à França defender os “princípios” das raças latinas, já que ela era a única nação católica que poderia deter o expansionismo protestante e anglo-saxão. Segundo o próprio Chevalier²⁰ (apud MIGNOLO, 2007, p. 102),

Francia es el guardián de los destinos de todas las naciones latinas de los continentes. Es la única que puede evitar que toda esta familia de pueblos sucumba ante el avance simultáneo de los germanos o sajones y de los eslavos.

Portanto Chevalier reserva à França o papel de vanguarda da raça latina para resgatar um papel de proeminência na história da civilização humana que fora perdido para povos germânicos e anglo-saxões. Contudo essa ideologia não conduziria a um projeto nacional ou à consolidação de uma identidade latina propriamente dita, principalmente porque se tratava de um projeto imperialista. O objetivo era a submissão das ex-colônias ibéricas aos domínios e influências franceses. Com base nas ideias de Chevalier e no projeto imperialista de Napoleão III, a França preparava-se para invadir o México²¹ – país rico em recursos naturais e estrategicamente posicionado, tanto para conter o avanço territorial estadunidense quanto para servir de base para o domínio francês no continente (FERES Jr, 2005). Dessa forma, a finalidade da conquista era basicamente econômica, e a panlatinidade era apenas um pretexto (BRUIT, 2000)²². Funes (1996, p. 45) transcreve trecho de uma correspondência de Napoleão III, no qual fica explícita sua intenção expansionista:

Tenemos interés en que la Republica de Estados Unidos sea poderosa y próspera, pero no tenemos ninguno en que se apodere del golfo de México, y desde allí domine las Antillas y América del Sur. [...] si México conserva su independencia y mantiene la integridad de su territorio, si, con el apoyo de Francia, se consolida en él en gobierno estable, habremos devuelto a la raza latina del otro lado del océano su fuerza y su prestigio [...] se nos impone el deber de intervenir en México y plantar allí nuestra bandera [...]²³

20 CHEVALIER, citado por ARDAO, Arturo. Génesis de la idea y el nombre de América Latina. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos, 1993, p. 165.

21 Em 1861, Napoleão III ordenou a invasão do México e, depois da conquista, instituiu o regime monárquico no território mexicano, conduzindo Maximiliano, da Casa dos Habsburgo, ao trono imperial. A iniciativa não obteve o apoio esperado do povo mexicano e, em 1867, a ocupação francesa foi derrotada pelas forças republicanas mexicanas.

22 Além da iniciativa no México, o governo de Napoleão III, sob a agenda do panlatinismo, tentou formar o Reino dos Andes e previa a construção de um canal interoceânico na Nicarágua (FERES JR, 2005).

23 Carta de Napoleão III ao general Forey, em 3 de julho de 1862.

Apesar da difusão do panlatinismo, o termo “América Latina” ainda não era empregado nas obras e correspondências de Chevalier e seus contemporâneos, e não foi possível aferir se tal termo tinha alguma divulgação na França e mesmo na Europa Ocidental, no século XIX. Para denominar as regiões americanas, era mais comum usar América do Sul, Antilhas, Caribe, Estados Unidos e Novo Mundo. Bruit (2000, p. 3) afirma que, apesar da publicação periódica da *Revue des Races Latines*, não é possível verificar em todos os números se o termo era usado:

Nos dois números que temos podido consultar, de 1858, nos permitem afirmar que a revista era mensal e dedicava um extenso capítulo a “les hommes de la race latine”. No número de julho, esse homem era José de San Martín; no número de agosto se fala sobre o general espanhol Leopoldo O’Donnell. Tinha uma outra sessão dedicada à correspondência italiana, espanhola, belga e a correspondência da América do Sul. Esta sessão tinha um conteúdo econômico, mas também há estudos sobre as cidades italianas, espanholas, etc.

A citação leva a crer que não havia uma preocupação exacerbada com a identidade panlatina, muito menos com a ideia de América Latina, mesmo que alguns números utilizassem esse termo. O autor revela que ela trazia um conteúdo mais genérico acerca do mundo latino – americanos e europeus –, com temas variados, não se tratando de uma publicação panfletária. Do lado da intelectualidade americana também não havia citações acerca da latinidade ou da América Latina até a primeira metade do século XIX (ABELLÁN, 1972). Por isso, e apesar da iniciativa panlatinista, não existiram na consciência político-cultural dos intelectuais do continente a ideia de latinidade e de América Latina até essa época.

O chileno Francisco Bilbao²⁴ e o colombiano Torres Caicedo²⁵ teriam sido os primeiros a utilizarem o termo “América Latina”, afastando as controvérsias entre datas, fatos e citações. Bilbao fez um pronunciamento em junho de 1856, em Paris,

24 Francisco Bilbao (1823-1865) foi um escritor e político chileno, conhecido como Apóstolo da Liberdade por suas ideias liberais.

25 Torres Caicedo (1830-1889) foi um escritor colombiano que viveu praticamente toda sua vida adulta em Paris, porém cultivava fortes laços com seu país de origem. Podemos inferir que, pela proximidade com a corte de Napoleão III e sendo uma figura pública em Paris, o tema do panlatinismo não lhe era estranho, e nesse contexto formulou o conceito de América Latina. Feres Jr. (2005) afirma que a relação entre o panlatinismo e a noção de América Latina é inequívoca, mas consta que o autor raramente tratava de questões internas da política francesa. Quase a totalidade de seus textos foi redigida e publicada em espanhol, isto é, sua atividade intelectual era dedicada aos debates nas comunidades de língua espanhola.

por ocasião do congresso “Iniciativa da América: ideia de um congresso federal das repúblicas”, em que utiliza várias vezes os termos “América Latina” e “latino-americano”²⁶. Torres Caicedo²⁷ (apud MIGNOLO, 2007, p. 103) também utiliza “América Latina” pela primeira vez numa publicação: trata-se do poema *Las dos Américas*, publicado em Veneza, em 1856, que se configura como o primeiro registro escrito de utilização do termo:

La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.

Ainda na mesma década, outro autor influente se apropriaria do termo “América Latina” para colocá-lo pela primeira vez num trabalho acadêmico. Trata-se do uruguaio radicado na Argentina Carlos Calvo²⁸, um importante jurista na área do direito internacional, que publicou em Paris a obra *Recueil complet des traités, conventions, capitulations, armistices et autres actes diplomatiques de tous les Etats de l'Amérique latine compris entre le golfe du Mexique et le Cap Horn depuis l'année 1493 jusqu'à nos jours*, com a finalidade de mostrar, em 20 volumes, que essa porção da América não era hostil, nociva e sufocante, caracterização comum no imaginário da Europa Ocidental. Calvo ainda destacou, em sua dedicatória à Napoleão III, que a obra “era um reconhecimento e gratidão da raça latina à inteligência superior do imperador” (BRUIT, 2000, p. 2).

Torres Caicedo, jornalista, poeta e crítico, pregava a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas para, sobretudo, resistir aos avanços e agressões dos Estados Unidos. O projeto de união latino-americana defendido por ele previa, além disso, um tratado regional de livre-comércio e a aceitação por todos os países-membros de direitos políticos e civis universais (FERES Jr, 2005). A base dessas propostas foi publicada no livro *Unión Latinoamericana*, em 1865, onde o

26 Todas as citações estão disponíveis em: <<http://www.franciscobilbao.cl/1909/article-81874.html>>. O sítio traz a íntegra do discurso. Acesso em: 2 mar. 2009.

27 Poema disponível na íntegra no sítio: <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

28 Carlos Calvo formulou o princípio de que nenhum governo deveria reclamar dívidas em outros países através de ações bélicas. Suas ideias ficaram famosas em 1902, pois foram invocadas quando a Venezuela sofreu um bloqueio naval da Alemanha e do Reino Unido pelo não-pagamento de dívidas de empréstimos.

autor explicitava as fundações dessa união na herança latina dos povos, que incluíam a língua espanhola e o catolicismo, além do republicanismo e do fim da sociedade escravocrata.

As propostas de união latino americana defendidas por Torres Caicedo leva a crer que o Brasil não atendia aos pré-requisitos dessa América Latina, sobretudo por ser uma monarquia e pela manutenção da escravidão. Tal delimitação da região latino-americana estabeleceu critérios diferentes daqueles utilizados nos dias de hoje, de cunho mais socioeconômico (SANTOS, 2004; FERES Jr. 2005). Bruit (2000, p. 2), no entanto, cita um trecho que Torres Caicedo teria escrito em 1861, incluindo o Brasil, mesmo que indiretamente: “hay una América sajona, danesa, holandesa, etc. y hay una española, francesa, portuguesa e a este grupo que denominación científica darle sino el de latina?”

Feres Jr. (2005) acrescenta que o vizinho luso-brasileiro é frequentemente esquecido nas discussões sobre a América Latina, principalmente na época do nascimento do termo, usado então como sinônimo de hispano-américa. Nessa época as relações comerciais entre esses países eram insignificantes. As relações e objetivos do antigo Império da monarquia brasileira e das repúblicas hispano-americanas recém-independentes eram divergentes, por isso acreditamos que a América Latina era estritamente um sinônimo de América Hispânica. Como vimos, o Império Brasileiro achava-se parte da Europa “civilizada”, enquanto considerava as repúblicas americanas anárquicas e instáveis – chegando-se mesmo a se temer uma aliança antibrasileira na América:

Na clivagem entre América e Europa, o Império sentia-se solidário com esta última em vista das próprias bases de sua auto-imagem e legitimidade. Como posicionar-se em favor da América, anárquica e instável, se o Império se via como próspero, civilizado e, portanto, “europeu”? (SANTOS, 2004, p. 142)²⁹.

Desde o Congresso do Panamá (1826), várias conferências de caráter interamericano foram convocadas: o Congresso de Lima (1847-1848), os Congressos de Santiago e de Washington (ambos de 1856), o segundo Congresso de Lima (1864-1865) e a Conferência de Washington (1889-1890), sendo esta a

29 Santos ainda cita outras breves monarquias na América: além do já citado México, também houve uma experiência no Haiti. O diferenciado sistema político brasileiro levou as elites nacionais a manifestarem uma persistente resistência ao “americanismo”.

única com presença brasileira. A Conferência de Washington (1889-1890) lançou as bases do atual sistema interamericano, a Organização dos Estados Americanos (OEA), que sucedeu a União Panamericana de 1910.

Discutia-se a pertinência da participação brasileira nesses congressos e conferências interamericanos, tendo em vista o não-alinhamento com as propostas de unidade, uma vez que o país ficava isolado como único defensor do princípio monárquico e do que acreditava ser um bastião da civilização europeia no continente, por isso, sentia-se desvinculado dos países vizinhos. Percebemos um distanciamento inicial apontando um desinteresse mútuo entre o Brasil e os Estados hispano-americanos: se de um lado eles excluía o Brasil dos debates acerca da identidade latino-americana, o Brasil por sua vez não fazia questão de ser “latino-americano”, como evidenciamos anteriormente.

Como exemplo, citaremos, a partir dos textos produzidos em cinco conferências (Panamá, 1826; Lima, 1848; Santiago, 1856; Washington, 1856; Lima, 1865), alguns temas recorrentes, que formaram a essência das propostas interamericanas produzidas pelas repúblicas hispânicas, conforme enumera Santos (2004, p. 100 e 141):

- I – a proposta de união ou de confederação entre os Estados americanos;
- II – a necessidade de criação de um organismo permanente de coordenação entre os Estados americanos, por meio de uma assembléia de plenipotenciários que exerceria a autoridade suprema da confederação;
- III – o princípio da solução pacífica das controvérsias entre os Estados americanos, mediante o recurso da arbitragem das eventuais divergências;
- e
- IV – a defesa coletiva contra agressões externas.

Observa-se que nenhum dos quatro princípios citados atraía a atenção da política externa e interna do Império Brasileiro, principalmente porque, ao concordar com eles, mesmo no plano retórico, a ideia de representante da civilização europeia na América cairia por terra, arranhando sua autoimagem. Santos (2004, p. 101-102) ainda afirma que

nem mesmo o princípio da defesa coletiva contra agressões externas parecia interessante no caso brasileiro. Nossa ex-metrópole não se apresentava ameaçadora. Ao contrário do México e da América Central, poderíamos eventualmente até estar longe de Deus, mas, pelo menos, também estávamos longe dos Estados Unidos. Contra as improváveis agressões das potências européias, o apoio de nossos vizinhos, além de

duvidoso, parecia de pouca valia.

A primeira proposta de unidade latino-americana que incorporou uma discussão sistemática sobre a inclusão do Brasil foi a exposta por Ugarte (1987), logo no começo do século XX, modificando o âmbito geográfico da questão para além da América Hispânica. Ugarte sustentava que a América Latina era uma região do mundo possuía uma única nacionalidade, a “Pátria Grande”.

Ainda dentro das discussões acerca da união latino-americana, Torres Caicedo tentava transformar suas ideias em projetos políticos, com a expressa exclusão dos Estados Unidos, sendo um veemente opositor do pan-americanismo desenvolvido por este país. Já em seu poema *Las dos Américas* reaparece a ideia de unificação em um contexto explicitado no trecho abaixo:

La paz es santa; mas si mueve guerra
Un pueblo audaz a un pueblo inofensivo,
La guerra es un deber – es correctivo,
Y tras ella la paz se afirmará.
¡UNIÓN! ¡UNIÓN que ya la lucha empieza,
Y están nuestros hogares invadidos!
¡Pueblos del Sur, valientes, decididos,
El mundo vuestra ALIANZA cantará!...³⁰

O contexto em que esses versos foram escritos aparece sobretudo em “*y están nuestros hogares invadidos*”. Os temores e essa percepção de “raças” opostas – anglo-saxões e latinos – têm um marco bem definido: a política expansionista dos Estados Unidos sobre a América Central (QUIJADA, 1998). William Walker, citado na bibliografia consultada como um pirata, aventureiro e até mesmo delinquente, interveio na Nicarágua entre 1855 e 1860, com o objetivo de incorporar outras nações centro-americanas à esfera de domínio estadunidense. Assim, tomou o controle do país e ocupou o governo em pouco tempo, recebendo o apoio público e explícito do presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, que o reconheceu como governante máximo da Nicarágua, inclusive enviando um representante diplomático para Manágua (QUIJADA, 1998).

As intenções de Washington estavam evidentes, despertando temor, em princípio, nas elites centro-americanas, depois em vários políticos e intelectuais hispano-americanos, fazendo-os reivindicar a filiação *latina* em oposição aos anglo-

30 Última estrofe do poema, disponível em: <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

saxões do norte. Ainda estavam abertas as feridas da ocupação do Texas e a consequente ocupação de vasto território mexicano, seguida da intervenção na Nicarágua. Quijada (1998, p. 605) afirma que

la expansión de los norteamericanos sobre el país mas septentrional de la América española había consternado a los americanos de sur; y muchos se preguntaban, al verles actuar en Centro-america, si esa política expansionista no continuaría hasta el Cabo de Hornos.

Além do já citado livro *Unión Latinoamericana*, de 1865, Torres Caicedo criou a *Sociedad Latinoamericana Científico-Literaria*, em 1868, e a *Sociedad de la Unión Latinoamericana*, em 1879, tentando estabelecer as bases da união da América Latina para além da retórica e dos meios acadêmicos, em uma tentativa de criar bases institucionais que levassem adiante as propostas de unidade. No entanto nenhuma das sociedades frutificou, e ambas tiveram vida curta, pois não acarretaram nenhum desenvolvimento institucional importante. Torres Caicedo faleceu em Paris, em 1889, sem que suas iniciativas tivessem surtido o efeito desejado ou mesmo deixado a semente para o desenvolvimento institucional de suas ideias.

Se o ideal de unificação da América Latina ficaria abandonada dos discursos políticos por décadas, a ideia de América Latina, contudo, criava uma identidade regional em oposição aos “americanos” dos Estados Unidos da América.

Funes (1996, p. 58) explica que:

aunque símbolo semántico del panlatinismo, la expression América Latina sobrevivió al fracaso de la expedición francesa y, si originalmente nace como forma de identidad antisajona, los mismos Estados Unidos terminan aceptando el vocablo. Woodrow Wilson fue el primero em utilizarlo oficialmente, cuando ya se habían borrado los recuerdos de su origen.

Apesar das observações de Funes, o *Oxford English Dictionary* reconhece o uso em inglês do termo *Latin America* já em 1890, em um documento oficial dos Estados Unidos da América. O governo de Woodrow Wilson, que exerceu a presidência de 1913 até 1921, pode não ser lembrado como o primeiro a utilizar o termo, mas certamente está na história pela sequência de intervenções militares nos países latino-americanos, como Nicarágua, México, Panamá e Haiti.

Nas versões originais do uso do termo, em francês ou espanhol, Feres Jr.

(2005, p. 55) destaca uma importante distinção entre os significados atribuídos a ele em cada língua, como no trecho abaixo:

[...] o termo em questão constituiu o centro de ideologias diretamente ligadas a projetos políticos imperialistas. A versão espanhola serviu, pelos menos no plano discursivo, de bandeira contra a expansão imperialista americana, enquanto na França e expressão simbolizava as pretensões imperialistas do Estado monárquico francês restaurado. Em ambos os casos, a percepção das diferenças entre Latino e Anglo-Saxão era fundamental, sendo que na versão francesa o conceito de raça desempenhou um papel marcante nesta diferenciação.

Após esse breve histórico acerca da origem do termo “América Latina”, reconhecemos um grande debate de conotações raciais e imperialistas ou anti-imperialistas. Em nenhum momento, na bibliografia consultada, a discussão sobre a condição subalterna em relação à América Anglo-Saxônica foi colocada em questão. Até aqui pouco se falou sobre as questões econômicas, as relações de dependência na DIT ou de explorados e exploradores. Atualmente, quando se regionaliza um grupo de países sob a denominação de América Latina, observamos que as discussões acerca da origem do nome se perdem e deixam de fazer sentido, forçando a busca de outros elementos unificadores e generalizantes. Essas questões aparecerão mais tarde e trataremos o tema mais adiante.

2.4 O ARIELISMO

A relevância das obras de José Enrique Rodó³¹, e particularmente da publicação de *Ariel*, consiste na abertura de caminho para uma discussão social do pensamento latino-americano, tornando-se um clássico, uma obra fundamental, e inaugurando seu delineamento cultural latino-americano no século XX. Deves Valdez (2000) observa que Rodó considerava ter chegado a tempo de fazer a literatura e o pensamento latino-americano manifestarem-se energicamente em torno da consciência de sua função social.

O *ariélismo*, derivado da obra de Rodó, expressa uma visão idealista da

31 José Enrique Rodó (1872-1917) foi um escritor uruguaio. Seus ensaios, sempre marcados pelas críticas à cultura estadunidense, obtiveram grande difusão, principalmente após a publicação de *Ariel*.

cultura ibérica na América como modelo de nobreza e elevação espiritual, sempre em contraposição à cultura materialista e positivista dos Estados Unidos da América, qualificada por Rodó como grosserias contra o ser humano. No entanto, além de excluir as populações indígenas e afrodescendentes, suas ideias fundam-se em uma concepção elitista, na qual uma minoria mais qualificada deveria servir de guia da sociedade, seguindo um ideal desinteressado, o que acarretaria na progressiva unidade das nações ibero-americanas. Rodó acreditava que um país isolado teria pouca tradição cultural e que a América Latina – ou Ibero-américa – teria a totalidade de vasta e profunda tradição, descobrindo que entre essas nações preexistia uma unidade cultural supranacional, acima das diferenças que as separavam.

Assim, a publicação de *Ariel*, em 1900, marcou mudanças no pensamento latino-americano na virada do século, em vários sentidos. Devés Valdez (2000, p. 29) enumera esses sentidos:

[...] en el nivel de las ideas establece una demarcación tajante entre aquello que retrata (caricaturiza) como filosofía de fin de siglo y la que sostiene como opción. En el nivel de las sensibilidades, *Ariel* es un manifiesto antiutilitarista que apunta a la cultura, a la razón y al sentimiento por sobre un “canibalismo” positivista y norteamericano que achataría a los seres humanos. En el nivel etario, es claramente un llamado a la juventud para transformar-se en protagonista de una cruzada que envuelva y supere el afán “positivista”: porque la humanidad va renovando de generación en generación su activa esperanza y una ansiosa fe en un ideal, correspondiendo al espíritu juvenil la iniciativa audaz y la genialidad innovadora.

Em *Ariel*, a formulação de um modelo identitário de reivindicação e exaltação de uma maneira própria de ser – a latina –, através de valores e da cultura, aparece com maior força. Apesar de Rodó utilizar a expressão “América Latina” duas vezes, em *Ariel*, ela aparece apenas com sentido literário e “sem conotações ideológicas que a vinculem com a latinidade” (BRUIT, 2000, p. 6). A questão era opor-se aos anglo-saxões, especialmente em sua versão estadunidense, que conquistava as mentes dos dirigentes com a admiração da grandeza desse país que, conforme as palavras de Devés Valdez (2000, p. 30) “de admirarla se pasa por una transición facilísima a imitarla”. Bruit (2000, p. 4-5) e Santos (2004, p. 63) citam Domingo Faustino Sarmiento³² a respeito de seu pensamento sobre a cisão entre latinos e

32 SARMIENTO, Domingo Faustino. “Conflicto y harmonia de las razas en América (Conclusiones)”, in *Ideas en torno de Latinoamérica*. México, UNAM, 1986, vol. 1, pp. 384-393. Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi presidente da Argentina, entre 1868 e 1874, sendo considerado um dos maiores

anglo-saxões.

Lleguemos a enderezar las vías tortuosas en que la civilización europea vino a extraviarse en las soledades de esta América. Reconozcamos el árbol por sus frutos: son malos, amargos a veces, escasos siempre. La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos en su marcha: es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a Estados Unidos, seamos la América, como el mar es el océano. Seamos Estados Unidos.

Não resta dúvida acerca do posicionamento do ex-presidente argentino sobre as relações entre latinos e estadunidenses. Santos (2004, p. 63) afirma que, se a “expansão e o progresso dos Estados Unidos causavam temor, também causavam admiração”, surgindo, para Sarmiento, como modelo a ser seguido pelas nações latino-americanas. Acreditamos que essa admiração pelos Estados Unidos não era um ponto de vista isolado na época, pois havia uma preocupação de Rodó, e outros autores de seu círculo, com a “nordomanía”. Tais autores não viam, como viu Sarmiento, “la gloria ni el propósito de desnaturalizar el carácter de los pueblos [...] para imponerles la identificación con un modelo extraño” (RODÓ, 1984, p. 34). Assim, Rodó defendia a herança cultural ibérica dos povos ibero-americanos diante do utilitarismo da “nordomanía”, que consistia na busca a todo custo por assemelhar-se aos valores pragmáticos e materialistas dos Estados Unidos, perdendo conseqüentemente os valores do espírito.

Outras duas obras de Rodó serviram a essa crítica: *Motivos de Proteo* (1909) e *El Mirador de Prospero* (1913). Ele próprio utilizou mais uma vez o termo América Latina, em *El Mirador de Prospero*, porém para descartá-la, como no trecho abaixo:

No necesitamos los sudamericanos, cuando se trata de abonar esta unidad de raza, hablar de una América Latina; no necesitamos llamarnos latino-americanos para levantarnos un nombre general que nos comprenda a todos, porque podemos llamarnos algo que signifique un unidad mucho más íntima y concreta: podemos llamarnos “iberoamericanos”, nietos de la heroica y civilizadora raza que sólo políticamente se ha fragmentado en dos naciones europeas (RODÓ³³ apud BRUIT, 2000, p. 6).

Nesse trecho fica evidente a filiação europeia da identidade latino-americana

expoentes do romantismo argentino. No artigo citado, o autor se aproxima do positivismo, tendo sido alvo de muitas críticas por parte dos intelectuais então favoráveis à união latino-americana e à resistência à expansão estadunidense.

33 RODÓ, Jose Henrique. *Obras Completas*. Compilación y Prólogo por Alberto J. Vaccaro. Buenos Aires: Ed. Antonio Zamora, 1956.

– ibero-americana – proposta por Rodó. Longe de ser um contraponto à “nordomanía”, ela é a reafirmação de uma unidade de raça, nos termos do autor, mais íntima e concreta. Ao considerar toda a população latino-americana descendentes de europeus, Rodó revela a submissão dos povos indígenas e dos afrodescendentes, dominados pela “heroica e civilizadora raça”, tornando mais restrita a ideia de latinidade. Tampouco o autor considera a fragmentação política dentro da América, observando a fragmentação apenas na Península Ibérica, da qual, segundo o autor, origina-se a população dessa porção da América, sobrepondo-se à ideia mais ampla de pertencimento “latino-americano”.

Quando pensamos o papel do Brasil nessa unidade, a partir das concepções de Rodó, vemos a ampliação da noção de hispano-americano por parte do autor, como no trecho abaixo:

[...] y aun podríamos ir más allá y decir que el mismo nombre de hispanoamericanos conviene también a los nativos de Brasil; y yo lo confirmo con la autoridad de Almeida Garrett, porque siendo el nombre de España, en su sentido original y propio, un nombre geográfico, un nombre de región, y no un nombre político o de nacionalidad, el Portugal de hoy tiene, en rigor, tan cumplido derecho a participar de ese nombre geográfico de España como dos pares de la península que constituyen la actual nacionalidad española, por lo cual Almeida Garrett, el poeta por excelencia del sentimiento nacional lusitano, afirmaba que los portugueses podían, sin menoscabo de su ser independiente, llamarse también, y con entera propiedad, españoles (RODÓ³⁴ apud BRUIT, 2000, p. 6).

Dessa forma, Rodó resolveria o problema da diferenciação linguística do Brasil, de língua portuguesa, incluindo-o no mesmo conjunto que os hispano-americanos, ibero-americanos e definitivamente latino-americanos. O conceito arielista de integração e unidade cultural latino-americana provavelmente foi a contribuição mais importante de seu legado, apesar de elitista e de contribuir sobremaneira para a ideologia nacional burguesa de seu tempo. Ao combater a “nordomanía”, promovia a reivindicação do passado hispânico, privilegiando a minoria dominante.

Acerca dos debates sobre a unificação latino-americana até essa época, a bibliografia consultada aponta para dois caminhos principais: o bolivarianismo e o monroísmo. Ianni (1988, p. 23) assim distingue as duas correntes:

34 Ibid.

O bolivarismo tem origem no pensamento de Simón Bolívar (1783-1830), que propõe uma progressiva integração latino-americana a partir de dentro de cada sociedade, liderada pelos diferentes setores sociais que a compõem. O monroísmo propõe uma integração a partir de fora e de cima, impondo as necessidades nacionais, os interesses econômicos, políticos e geopolíticos das grandes potências.³⁵

Daí a novidade introduzida por *Ariel*, em uma unificação sem contornos imperialistas ou exclusivamente econômicas, e resgatando a herança cultural ibérica como modo de vida antagônico ao dos Estados Unidos. O *Dicionário de Filosofía Latinoamericana*³⁶ explica que o arielismo teve influência afirmativa e negativa:

En el aspecto afirmativo, contribuyó a valorizar el poder de los ideales y las ideas en la confirmación de la sociedad, que por extensión debían impulsar la teoría educativa y su reforma para gradualmente transformar la vida social y política de América Latina. Asimismo, el idealismo latinoamericanista proporcionó a la actuación de los intelectuales, mayor sentido del que podrían lograr los nacionalismos estrechos, capacitándolos a la vez para ver por encima de sus frustrantes y limitadoras situaciones regionales o nacionales, lo que fue una inspiración para pensadores como Manuel Ugarte (Argentina, 1878-1951) y José Vasconcelos (México, 1882-1959). En su aspecto negativo Ariel consolidó un mito maniqueo en el que la parte mala la llevaban los Estados Unidos, al considerar a ese país como carente de cultura y a su pueblo, poseído por la insana posesión materialista.³⁷

Assim, Rodó exerce grande influência sobre a nova geração de intelectuais no começo do século. Devés Valdez (2000) relaciona as comunicações de Rodó com vários autores influenciados por ele, entre os quais, além dos já mencionados no parágrafo anterior, constam Francisco García Calderón, Alcides Arguedas, Pedro Henriquez Ureña, entre outros, frequentemente citados nas obras sobre identidades e mestiçagem na América Latina e que contribuíram muito para a difusão das obras de Rodó. Mesmo os contemporâneos de Rodó, da fase pré-*Ariel*, contribuíram para a formação do circuito arielista, como o nicaraguense Ruben Darío – principal interlocutor de Rodó –; o guatemalteco Máximo Soto Hall; o franco-argentino Paul Groussac; o cubano José Martí, em sua obra *Nuestra América*; o brasileiro Eduardo

35 Santos (2004) lembra que as ideias interamericanas não se restringiram às propostas de Bolívar e Monroe, mas estas foram as mais concretas, pois resultaram na convocação de reuniões, congressos, levantando várias discussões acerca do tema.

36 Disponível no sítio da Universidade Nacional Autónoma de México (Unam): <<http://www.cialc.unam.mx/PensamientoyCultura/BibliotecaVirtual/Diccionario/arielismo.htm>>. Acesso em: 29 maio 2009.

37 Disponível em: <<http://www.cialc.unam.mx/PensamientoyCultura/BibliotecaVirtual/Diccionario/arielismo.htm>>. Acesso em: 29 maio 2009.

Prado; em *A ilusão Americana*, onde opunha ao projeto norte-americano a reivindicação do ibérico, entre outros que podemos encontrar na bibliografia sobre a América Latina.

Analisando o período, justifica-se a preocupação dos centro-americanos, e sua presença na academia e na literatura, diante da presença estadunidense na região, destacando seu poder militar e econômico nessa região. Daí a facilidade com que o mito maniqueísta, dos Estados Unidos representando o mal, assumiu um papel preponderante no ideário latino-americano.

2.5 A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)

A Cepal foi criada a partir do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1948, seguindo a ideia de instalação de instituições regionais, como na Europa e no Extremo Oriente, no pós-guerra. Criou-se inicialmente um comitê composto por Chile, China, Cuba, Estados Unidos, França, Líbano, Peru e Venezuela, que deveriam avaliar a proposta. Decidiu-se pela criação da Cepal em Santiago, no Chile, muito pelo impulso da iniciativa do delegado chileno Hernán Santa Cruz.

Desde o princípio, a Cepal realizou estudos para a promoção do desenvolvimento econômico e social e a cooperação entre países que contemplam as características particulares e os problemas específicos das nações da América Latina e do Caribe, todos membros da Cepal, junto com algumas nações desenvolvidas, tanto da América do Norte quanto da Europa, que mantêm fortes vínculos históricos, econômicos e culturais com a região³⁸. São 44 os Estados membros da comissão, somados a oito membros associados cuja condição jurídica foi acordada para alguns territórios não-independentes do Caribe³⁹.

38 Segundo o sítio do escritório da Cepal em Brasília: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

39 Os Estados membros são: Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São

Santos (2004) observa que, apesar de o nome “América Latina” ter sido inventado em meados do século XIX, ele só se tornaria corrente no século XX. Bruit (2000, p. 11) afirma que “o nome América Latina se estabelece definitivamente após a Grande Guerra. De fato, esse nome se consagra em 1948 quando se funda a Cepal [...]”. A partir desse momento, a América Latina é institucionalizada e passará a designar uma região geopolítica, produzindo-se novos paradigmas para pensá-la. Devés Valdez (2000, p. 290) comenta esse raciocínio:

Entre fines de los 30 y comienzos de los 40 se produce una mutación importante en el pensamiento latinoamericano: la decadencia manifiesta el paradigma identitario y el resurgimiento del modernizador. A fines de los 40 la Cepal representa la hegemonía de este nuevo paradigma, cuyo concepto clave es *industrialización*.

Tudo leva a uma coordenação entre esses países no âmbito econômico e – menos – no político, como se tentava fazer até então. Raúl Prebisch, economista argentino de grande prestígio e secretário executivo da Cepal de 1948 a 1963, entendeu que o elemento principal do diagnóstico sobre a realidade latino-americana é sua “condição periférica”. Como consequência, foi necessário questionar as ideias dominantes de Estados Unidos e Europa, cujo padrão de desenvolvimento era evidentemente distinto, e criar a possibilidade da emergência de uma visão nova acerca da realidade latino-americana. A política de desenvolvimento, discutida pela Cepal, formava um conjunto de ações com tendência a sair daquela condição periférica, “baseado na industrialização, no comércio exterior, na tecnologia e na acumulação de capitais” (Devés Valdez, 2000, p. 291).

Portanto, segundo a concepção da Cepal, a industrialização seria o único meio de que dispunham os países periféricos para o progresso técnico e a elevação do poder aquisitivo da população. Como síntese, podemos dizer que a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países da América Latina, que formam parte da periferia da economia mundial. Assim, a região passa a ser conhecida e entendida a partir de um novo enfoque, sobretudo ligado ao desenvolvimento econômico e problemas de infraestrutura.

Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Os países-membros associados são: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turks e Caicos.

Entretanto, e apesar dos esforços da Cepal, esta ideia de América Latina difunde-se, junto com seu nome, associada à estrutura fundiária concentrada, ao elevado crescimento demográfico, à dependência de investimentos e tecnologias dos Estados Unidos e ao subdesenvolvimento crônico e conseqüente instabilidade política. Para ilustrar, vale apresentar os resultados de uma pesquisa de opinião pública realizada nos Estados Unidos e publicada em 1940 (OFFICE OF PUBLIC OPINION RESEARCH apud FERES Jr, 2005, p. 75-76), portanto contemporânea da criação da CEPAL e da afirmação do nome América Latina, que apresentava uma lista de 19 adjetivos para que o público escolhesse aqueles que melhor representassem os habitantes da América Central e do Sul.⁴⁰

Vejamos os dez adjetivos mais votados: pele escura (80%); irascível (49%); emotivo (47%); religioso (45%); atrasado (44%); preguiçoso (41%); ignorante (34%); suspeito (32%); amigável (30%); sujo (28%). Ficaram no fim da lista adjetivos como “generoso”, “progressista” e “eficiente”. Feres Jr (2005) lembra que, com exceção de “amigável”, todas as outras características possuem conotação negativa ou são ligadas ao temperamento e à raça⁴¹. Acreditamos que essas características devem ser lidas como culturais, evidenciando a inferioridade racial dos latino-americanos do ponto de vista dos entrevistados nessa pesquisa, realizada nos Estados Unidos.

Vista de fora para dentro é a América Colonial que vai dando os contornos do que se entende por América Latina no século XX: o atraso, o não-desenvolvimento e a inferioridade de parte da população, principalmente os indígenas, afrodescendentes e mestiços. Basta observar a coleção, em vários volumes, organizada pelo historiador inglês Leslie Bethell, na qual consta um volume sobre a América Latina *Colonial* que, longe de ser “um ato de imprudência historiográfica”, constitui uma visão discriminatória com outros povos da América, bem como a associação da América Latina com as raízes de seu passado colonial, de onde não evoluiu muito. Como vimos, a América Latina é uma invenção do século XIX, sendo impraticável conceber esses termos já no século XVI. Concordando com Bruit (2000, p. 11),

40 Feres Jr. explica que a pesquisa foi publicada no livro de Thomas Skidmore e Peter H. Smith chamado *Modern Latin America*, de 1984. Nesse livro, os autores acrescentam que a falta de informação proporciona a “proliferação de estereótipos”, mesmo que “tenham algo de verdadeiro”.

41 O autor acredita que a característica “pele escura” não tenha uma conotação racial específica, mas apenas evidenciaria a qualidade de não ser branco (FERES Jr, 2005, p. 76).

o que queremos dizer é que a questão não é puramente semântica, nominativa. Pelo contrário, envolve realidades históricas concretas e específicas e estas pertencem ao século XX.

O nome de América Latina tornou-se tão popular nos últimos cinquenta anos, tão expressivo, que já serve não só para designar o difícil século XIX, mas para nomear a América Colonial.

Pensemos em quanto dessa visão do caos latino-americano penetrou em nossos debates sem qualquer crítica. Das visões forjadas no exterior para atender a interesses externos, o que exatamente foi produzido por “latino-americanos” vivendo a realidade da “América Latina”?

García Canclini (2008, p. 29) pergunta “a quem interessa ser latino-americano?”. E completa:

Governantes que alienam o patrimônio, empresários que expatriam seus investimentos; editoras e gravadoras que se vendem às *majors* da metrópole; cientistas, técnicos, profissionais e operários, comerciantes e empregadas domésticas respondem à pergunta emigrando” (García Canclini, 2008, p. 19).

O autor ainda acrescenta que várias obras sobre as questões latino-americanas pós-coloniais chegam às universidades e revistas da América Latina traduzidas do inglês, ou diretamente nessa língua. Além disso, boa parte das produções acadêmicas e literárias de “latino-americanos para a América Latina” foi produzida no exterior. García Canclini destaca a “experiência do estranhamento” para olhar o país de origem de um outro modo, fugindo das histórias mais ou menos comuns que se ensinavam nas escolas do continente: unidos por duas línguas latinas, a religião católica e o subdesenvolvimento, enquanto se ignoravam as línguas indígenas e afro-americanas, bem como suas crenças e práticas cotidianas, e os diferentes níveis de desenvolvimento e dependência.

O autor lista vários colegas que escreveram sobre seu país no exílio, inclusive utilizados neste trabalho, no espírito do guatemalteco Luis Cardoza y Aragón⁴² (1986, apud García Canclini, 2008, p. 29) – “descobri minha terra na Europa. Viajei milhares de quilômetros a fim de intuir quem eu era” –, além de nomes como Ricardo Güiraldes e Jorge Luis Borges, da Argentina; Gabriela Mistral, do Chile; entre outros. Mesmo nas artes plásticas o autor não poupou Diego Rivera, Antonio Berni e Torres García, dizendo que adquiriram uma visão mais ampla de seus países

42 CARDOZA Y ARAGÓN, Luis. El río. Novelas de caballería. México: FCE, 1986.

porque estavam “olhando-os da Europa”.

Ianni (2008, p. 6) acrescenta que “este é o enigma”, a respeito das origens da denominação da América Latina, dos interesses de grupos internos e externos, dos propósitos envolvidos, dos grupos que eram incluídos e que ficavam de fora na formação da identidade latino-americana: “um ente simultaneamente real, rebelde e fugaz, sempre transbordando deste ou daquele nome; evadindo-o”. O resultado é sempre uma lacuna entre o que se pensa que é América Latina e o que é a América Latina, inclusive sua pertinência. O autor completa essa discussão:

a América Latina se configura como uma realidade geo-histórica, político-econômica e sócio-cultural complexa, heterogênea, contraditória e errática. A despeito dos diferentes nomes que tem recebido, ou ostente, continua parecendo volátil, atravessada por situações e acontecimentos que não cabem neste ou naquele conceito, ou que o extrapolam: América Latina, Ibero-américa, Indo-américa, Afro-américa, Hemisfério Ocidental, *Nuestra América*; depois de ter sido Índia Ocidental, Novo Mundo, Paraíso, Eldorado, América (IANNI, 2008, p. 6).

Assim, a ideia de América Latina apresenta não só certa imprecisão na delimitação geográfica, mas também no sentido de uma identidade regional. Surpreende-nos que o nome da região continue sendo usado com muita naturalidade, apesar de dotado de um significado vago, impreciso. Ao questionarmos a existência de uma América “latina”, fica evidente a artificialidade com que o nome dessa região se propagou e ganhou uso corrente.

Apesar dos autores que criaram e adotaram o nome “América Latina”, seja na vertente francesa ou na espanhola, sua institucionalização com a Cepal foi que disseminou seu uso, também sem nenhuma criticidade em relação ao termo. Esse fato poderia ter sido adiantado, não fosse o fracasso da proposta de Torres Caicedo ao criar a *Sociedad Latinoamericana Científico-Literaria*, em 1868, provavelmente com um enfoque diferente daquele dado pela Cepal. Não só o nome, mas o estereótipo da América Latina e do latino-americano ganhou proporções mundiais, mesmo que nos países integrantes dessa região não houvesse sequer a clareza de uma identidade nacional, que dirá supranacional. A ideia de América Latina, para se manter com tal naturalidade, necessariamente invoca estereótipos e traços generalizantes na cultura, economia, sociedade etc.

Dentro das diferentes concepções de região, percebemos um emaranhado de critérios que nunca poderiam dar unidade a uma América Latina homogênea. Não há

critério que unifique, em torno de uma única região, mais de trinta países muito diferentes entre si em vários aspectos. Se tentássemos delimitar geograficamente a América Latina, cairíamos na questão de ser generalizante ou excludente, ao mesmo tempo em que, ao falarmos de uma América Latina sem presença definida no território do continente americano, podemos incorrer numa ideia muito mais conceitual, perdendo seu sentido geográfico regional.

Mesmo que o arielismo tenha surgido como uma oposição definitiva aos Estados Unidos, marcando o pensamento latino-americano e fornecendo bases para se pensar culturalmente a região, deparamo-nos com mais elementos dispersores para uma unidade latino-americana do que com a ideia simplificadora de assumirmos a América Latina como herdeiros dos povos ibéricos – “a heróica e civilizadora raça” –, nas ideias defendidas por Rodó.

3 POSSIBILIDADES PARA A UNIDADE DA AMÉRICA LATINA

Neste capítulo trataremos as possibilidades de unidade dentro da América Latina, uma vez que a região é sempre lembrada por sua pretensa homogeneidade. Usaremos, para tanto, indicadores socioeconômicos, como o PIB, a distribuição de renda de acordo com o Coeficiente Gini e o IDH, bem como dados da configuração físico-geográfica dos países latino-americanos e traremos uma discussão sobre sua unidade cultural. No caso dos dados estatísticos, apesar de serem baseados em médias nacionais, furtando-se da qualificação entre desníveis de desenvolvimento regional, gênero e etnia, usaremos tais indicadores com a única finalidade de expor a contradição da “unidade latino-americana”.

Investigaremos as possibilidades de generalizações para toda a região, seja em relação aos aspectos socioeconômicos, dados os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, seja pela configuração do meio natural, dada a dimensão dessa porção do continente, os quais tentaremos mostrar nesta parte do trabalho. Em outras palavras, a questão é: se a América Latina se diferencia da América Anglo-Saxônica nos aspectos econômico e social, será que a América Latina, segundo esses mesmos aspectos, não exigiria uma atenção maior para um reagrupamento que evidenciaria os contrastes internos da região?

Para efeito de apresentação das informações, consideraremos incluídos na América Latina: México, Estados independentes da América Central (parte continental e insular ou Caribe) e da América do Sul⁴³. Mesmo havendo exceções, poderíamos nos perguntar se as possessões e os departamentos ultramarinos poderiam ser considerados latino-americanos no sentido mais amplo, ou seja, além dos aspectos linguísticos? O que os diferenciariam do Suriname, do Haiti ou da

43 Portanto, para os efeitos deste trabalho fazem parte da América Latina os seguintes países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Porto Rico, com *status* de Estado Livre Associado aos Estados Unidos, não fará parte da América Latina neste trabalho, pois não é um Estado independente. Os Estados Unidos cuidam dos assuntos financeiros e de política exterior, mas, mesmo sendo considerado um estado da Federação, Porto Rico não possui representantes no Congresso estadunidense. O mesmo vale para outras possessões: as Ilhas Virgens Americanas (EUA); Guadalupe, Martinica, Saint-Martin e Guiana Francesa (FRA); Bonaire, Curaçao, Aruba e Saint Maarten (PBS); Ilhas Cayman, Turks e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat e Anguilla (RUN).

Jamaica? Deixaremos essas questões para reflexão sobre a complexidade que o Caribe apresenta em termos de pertencimento ou não à América Latina.

Além das possibilidades de unidade cultural, que serão discutidas nos próximos parágrafos, pretendemos analisar os indicadores socioeconômicos, para ter a noção da fronteira entre as duas Américas, dos ditos ricos do norte anglo-saxônico e dos pobres latino-americanos, bem como entre os países da América Latina. Lembramos que não é objeto de estudos deste trabalho estabelecer comparações entre esses dois grupos de países, mas questionaremos inclusive essa dicotomia entre “norte rico x sul pobre” na América.

3.1 A DIMENSÃO CULTURAL DA UNIDADE LATINO-AMERICANA

Há um sentimento de pertencimento cultural latino-americano? Na retórica da integração, tende-se para a criação de uma concepção nacionalista até à escala continental. No caso da América Latina, isso se coloca de maneira mais delicada, pois há dificuldades de relações identitárias sob os gentílicos nacionais. Historicamente, a criação das identidades nacionais esteve mais ligada ao território e menos às características culturais. Os diversos gentílicos – brasileiro, argentino, boliviano, mexicano etc. – podem englobar pessoas de diferentes grupos étnicos, em cada país. Como pensar então um gentílico para toda a região latino americana?

Beyhaut⁴⁴ (1994) relaciona os pontos em que se concentram as principais diferenças entre os países latino-americanos, e as dificuldades de integração: disparidades do Estado-nação; diferenças entre os modelos de desenvolvimento; diversidade de línguas; ressurgimento de formas de marginalização étnica; papel ambíguo das fronteiras, sob os pontos de vista político, econômico e sociocultural. Logo depois, sinaliza para as possibilidades de integração por meio da cultura, como na literatura, artes, arquitetura, música e nas ideias, mas também das manifestações de origem popular, considerando-as vitais para o aprofundamento da integração

44 Gustavo Beyhaut, historiador, é professor titular do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris III. De 17 de setembro a 17 de novembro de 1993, ocupou a Cátedra Simón Bolívar, implantada no Instituto de Estudos Avançados da USP, em abril de 1992, através de convênio firmado entre a USP e a Fundação Memorial da América Latina.

cultural. Trabalharemos com a ideia de integração do autor, aproveitando suas argumentações, mas com o enfoque na busca por uma unidade latino-americana, um traço comum identificador dentro da diversidade.

Segundo o autor, “na diversidade latino-americana prima um tipo de Estado-Nação que tenta imitar o modelo ocidental” (Beyhaut, 199, p. 186), embora nem sempre o modelo tenha se concretizado, pois apresentaram-se muitas variações. Nesse contexto, o autor apresenta a existência de: a) territórios que não alcançaram plena independência política, caso de algumas ilhas do Caribe e da Guiana Francesa; b) Estados-Nação bem constituídos, ressalvadas as limitações de soberania por “formas de dependência”; e c) Estados-Nação cuja unidade do território nacional apresenta problemas de fronteiras não resolvidos, seja com Estados vizinhos ou no interior de um território. Nas palavras do autor,

Assim, podemos adiantar que a diversidade de situações presentes e passadas torna difícil a coordenação de esforços para a integração política da América Latina. Dificuldade não significa impossibilidade. E muito provável que a integração seja facilitada, como em outras circunstâncias, pela crise nos grandes centros hegemônicos e pela necessidade de países da região adotarem medidas políticas que afetem a totalidade ou grande parte desse múltiplo conjunto (BEYHAUT, 1994, p. 188).

Em outra aspecto, a diversidade de línguas é entendida pelo autor, em princípio, como um obstáculo. Não tanto pelas diferenças entre as línguas espanhola e portuguesa, mas pela variedade de idiomas autóctones. Pontualmente, há os idiomas holandês, francês e inglês, que contribuiriam para a dificuldade de integração. Mas a diversidade é um obstáculo menor, se olharmos o exemplo da União Europeia, que possui 23 línguas oficiais⁴⁵, contando com o aparato de um grande número de tradutores que disponibilizam os documentos oficiais em todas elas, bem como participam das traduções simultâneas em eventos e encontros oficiais. Isso ocorre no nível institucional, diferente do que se dá na América Latina. Beyhaut sustenta que o idioma nunca foi um obstáculo para a troca de costumes, adoção de hábitos de consumo, formas de alimentação e maneiras de se vestir, por exemplo.

Quanto às formas de marginalização étnica, Beyhaut (1994, p. 190) sugere que “os valores étnicos são superpostos a formas de estratificação social rígidas”.

45 Disponível em: <http://europa.eu/abc/european_countries/languages/index_pt.htm>. Acesso em: 2 maio 2009.

Mesmo que esses processos ocorram em outras partes do mundo, o autor afirma que na América Latina é possível comprovar essas barreiras socioeconômicas através de “formas de discriminação encoberta no mercado de trabalho, dificuldades de instalação, alojamento, transporte etc.” (BEYHAUT, 1994, p. 190), implicando assim uma grande desvantagem para a integração de certos grupos étnico-culturais, tendo como consequências o surgimento dos movimentos de defesa – ou agressão –, a partir da constatação de tais barreiras.

Diante do exposto, e apesar dele, o autor argumenta que a integração se dá de fato por intermédio das manifestações culturais espontâneas. De acordo com o autor,

Se fizermos uma análise do que poderíamos considerar como elemento essencial do processo de identidade latino-americana, comprovaremos que o mesmo se dá sob forma muito mais espontânea do que planejada e pode ser direcionado. Uma observação objetiva da reaparição desta identidade faz surgir manifestações não-previstas, resultado de uma nova situação mundial e de peculiaridades próprias à região, que a diferenciam de outras regiões e podem no futuro facilitar um outro comportamento social, na busca de transformações (BEYHAUT, 1994, p. 191).

O autor observa verdadeiras manifestações de integração cultural a partir da música, literatura, artes e arquitetura, particularizando a produção da América Latina em relação à de outras regiões do planeta. Favorecendo esse tipo de integração, o autor destaca as correntes migratórias dentro da região e as trocas entre mentalidades, crenças, opiniões e comportamentos, inclusive por meio da mídia. Ao final, o autor lança a pergunta: “avançamos até uma verdadeira integração ou a uma crescente disparidade entre regiões e sub-regiões?” (BEYHAUT, 1994, p. 197).

Para efeito deste trabalho, reelaboraremos a pergunta: há possibilidade de algum tipo de unidade latino-americana, sob qualquer critério ou aspecto?”. Se entendermos que as manifestações culturais espontâneas, como sugere Beyhaut, são propícias à integração, deveremos encontrar o elo entre todas as manifestações. Diante de todos os empecilhos postos, desde diferentes formações de Estados-Nação até questões linguísticas, teríamos dificuldade de entender que tipo de integração ou unidade se pretende. Somamos a isso a facilidade com que costumes, alimentos, roupas, músicas, filmes, entre outros, produzidos nos Estados Unidos e na Europa, são absorvidos entre as diferentes camadas da população e incorporados ao cotidiano.

Como já observamos, se formos levados a elencar uma determinada característica ou aspecto comum entre os povos latino-americanos, certamente entraremos em um processo de inclusão/exclusão, ou seja, deveremos novamente questionar se a qualificação “latino” caberia para as manifestações culturais maias, astecas, quéchuas, aimaras, guaranis, tupis, ou para as manifestações afro-americanas, ou ainda para a presença das culturas eslavas, alemãs, japonesas, entre outras, com uma “roupagem americana” ou “latino-americana”.

3.2 CRITÉRIOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS

Observando o conjunto de países definidos como América Latina, encontramos diversas possibilidades de regionalização baseadas em critérios físico-geográficos.

Andrade (1989), no livro *O Brasil e a América Latina*, classifica os países de acordo com suas áreas territoriais, analisando suas diferenças e semelhanças de acordo com esse critério. Para tanto, classifica os países como: muito grandes, grandes, médios, pequenos e muito pequenos, além de apresentar uma seção para as dependências estrangeiras. Como países muito grandes o autor apresenta Brasil, México e Argentina; na categoria de países grandes, aparecem Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela e Chile; como países médios o autor inclui Paraguai, Equador, Guiana, Uruguai, Suriname, Nicarágua, Honduras, Cuba e Guatemala; os países pequenos são Panamá, Costa Rica, República Dominicana, Haiti, Belize, El Salvador, Bahamas, Jamaica e Trinidad e Tobago; e, por último, os países muito pequenos seriam compostos por Dominica, Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, Barbados, São Vicente e Granadinas, Granada e São Cristóvão e Névis.

Consideramos essa classificação baseada na superfície dos países uma solução de pouca eficácia em termos analíticos, uma vez que não há, além da área, outra possibilidade que permita a análise conjunta de cada um dos grupos apresentados. Duas exceções podem ser feitas: uma refere-se à possibilidade de traçar paralelos entre os três países classificados como muito grandes, no que diz respeito à industrialização, por exemplo – no entanto o autor não o faz, preferindo

analisá-los individualmente; a outra exceção se dá por conta do grupo das dependências estrangeiras, porém o autor analisa um grupo de possessões de acordo com cada país a que elas estão vinculadas (Estados Unidos, França, Reino Unido e Países Baixos), utilizando os termos “colônia” e “metrópole” mesmo quando se refere aos tempos atuais, e enfatizando pouco que várias destas possessões possuem certa autonomia.

Os grupos formados com base em sua superfície não trazem grande valor analítico para uma reflexão regional, já que o critério de regionalização é muito limitador e pouco revelador para uma análise mais profunda. Se fosse o caso de analisar individualmente cada território, não seria necessária a divisão a partir de suas áreas, sendo a divisão clássica suficiente⁴⁶.

Já Olic & Canepa (2004), no livro *Geopolítica da América Latina*, regionalizam da seguinte forma: América do Sul, México e América Central. A América do Sul, tratada no segundo capítulo, é dividida nas seguintes regiões: “à beira do Caribe”, para se referir à Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname (estes dois últimos apenas citados pelos autores); “do oceano à cordilheira”, para se referir ao Equador, Peru e Chile; “os países sem saída”, para se referir à Bolívia e ao Paraguai; “entre o rio e o mar”, para tratar da Argentina, Uruguai e Brasil.

O México é tratado em um capítulo à parte e exclusivo, sob o título de “um país entre dois mundos”. Em outro capítulo, temos a América Central analisada em duas partes, istmo e Antilhas (“o mundo das ilhas”), numa atenção especial para os conflitos e intervenções externas, bem como a situação política de Cuba. Apesar de todo o esforço para a análise geopolítica, o critério inicial foi a divisão físico-geográfica da América Latina. A presença da cordilheira dos Andes, da bacia do rio da Prata, a ausência de litoral, um istmo, entre outros acidentes geográficos, foram determinantes para a regionalização e análise dos países.

É comum encontrarmos uma regionalização semelhante à elaborada por Olic & Canepa, em que o México aparece à parte, sempre com destaque para o fato de tratar-se de um país latino-americano na América do Norte (geralmente associado ao “tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos”); a América Central é

46 Por “divisão clássica” entendemos a divisão feita da seguinte forma: México, América Central (istmo e Caribe) e América do Sul (Guianas, América Andina, América Platina e Brasil). Essa é a divisão mais recorrente em livros didáticos, e normalmente são apresentados no padrão N-H-E (natureza, homem e economia).

analisada de acordo com sua localização geográfica – istmo e Caribe, enquanto a América do Sul é subdividida entre Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa), América Andina (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile) e América Platina (Uruguai, Paraguai e Argentina). O Brasil normalmente é classificado separadamente, principalmente se for analisado em outro volume da coleção.

Algumas questões interessantes aparecem com o desenrolar dos conteúdos. Como no caso do México, que apesar de latino-americano é um país integrante do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta)⁴⁷, o que forçaria uma distinção entre a divisão físico-geográfica (América do Norte) e a “socioeconômica” (América Latina). No caso da Guiana e do Suriname, há uma outra contradição: são países situados na América do Sul, mas todas as suas relações comerciais se dão com o Caribe, inclusive por meio do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom)⁴⁸, estendendo a região caribenha até as fronteiras com o Brasil, em plena floresta amazônica, mesmo que os núcleos econômicos de Suriname e Guiana localizem-se no litoral e áreas próximas. Quando se trata da América Andina, ou seja, países que possuem parte de seu território em contato com a cordilheira dos Andes (exceto a Argentina, o que por si só põe em dúvida a coerência de tal região), o Chile constitui uma exceção quando são analisados os indicadores sociais e o poder econômico dos países. Aliás, a região andina do Chile não faz parte, economicamente, da vida cotidiana do país, uma vez que aí as densidades demográficas são muito baixas. Vejamos o caso do Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, por exemplo: trata-se de países que aparecem na América Andina, o que desconsidera as outras porções dos territórios, como a floresta amazônica e as planícies costeiras.

Talvez, sob critérios físico-geográficos, o Caribe seja a mais coerente regionalização, sobretudo sendo favorecido pelo fato de ser constituído por ilhas de formação geológica semelhante; o mesmo se dá com a América Central ístmica, formando outra sub-região. No entanto a diversidade de paisagens na América Latina é muito grande para definir uma única região e, mesmo internamente, há a

47 Ou *North American Free Trade Agreement*. O bloco conta com o Canadá e os Estados Unidos da América como membros, além do México.

48 O Caricom é um mercado comum e união econômica, criado em 1973. Fazem parte desse bloco econômico os seguintes países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, **Guiana**, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, **Suriname** e Trinidad e Tobago. Percebemos que tanto Guiana quanto Suriname são os únicos países continentais do bloco, fazendo-os mais caribenhos que sul-americanos.

dificuldade de estabelecer sub-regiões, porque os países também possuem uma enorme diversidade de ambientes. Estendendo-se das proximidades do paralelo 56°S, na Terra do Fogo, até as proximidades do paralelo 32°N, na fronteira do México com os Estados Unidos, a América Latina possui grande diversidade climatobotânica e geomorfológica, tornando árdua a missão de regionalizá-la através desses aspectos.

Gallup et al. (2007) vão mais além em sua obra, ao destacar a influência da geografia no desenvolvimento dos países. O estudo explora fatores como produtividade da terra, condições de saúde, frequência e intensidade dos desastres naturais e acesso ao mercado, para “ajudar a explicar as diferenças de desenvolvimento entre os países e em seu interior” (GALLUP et al., 2007, p. 18). Além disso, logo na introdução do livro já se questiona:

Após várias décadas de indiferença e desconfiança, economistas e outros cientistas sociais redescobriram a geografia. [...] Afinal, as evidências estão aí. Localização, clima e solo fazem, de fato, diferença. São eles os únicos fatores que importam para o desenvolvimento? Claro que não. Geografia é destino? Talvez, se sua importância for ignorada (GALLUP et al, 2007, p. 15).

Os autores se propõem a analisar até a que ponto a geografia é responsável pelas diferenças de desenvolvimento na América Latina, inclusive dentro de países como Bolívia, Brasil, Colômbia, México e Peru, analisando um recorte histórico das últimas quatro ou cinco décadas. Com base nos levantamentos, os autores propõem o que poderia ser feito para amenizar algumas “desvantagens geográficas”. Cabe esclarecer que, sobre geografia, Gallup et al. (2007, p. 16, grifo nosso) entendem o seguinte:

Geografia é um *conceito* que abarca várias dimensões, o que é o mesmo que dizer que a geografia afeta o desenvolvimento por meio de vários canais, não apenas de um. Este livro distingue canais físicos [...] e os canais humanos.

E mais adiante,

“A geografia afeta o desenvolvimento pela interação entre as características físicas da paisagem – como clima, topografia e qualidade do solo – e os padrões de assentamento das populações” (GALLUP et al., 2007, p. 21).

Portanto, os autores acreditam na geografia como conceito e na dicotomia geografia física/geografia humana, com tendências à interpretação de que a geografia física é determinante. Aliás, os autores afirmam que o “livro aceita o grau e o tipo de determinismo característico de qualquer pesquisa científica [...]” (GALLUP et al., 2007, p. 17). Afirmam também que alguns fatores geográficos representam uma restrição ao desenvolvimento – porém, ao compreendê-los e elaborarem-se políticas apropriadas para lidar com eles, pode-se ajudar os países a se libertar delas.

Assim se apresenta uma visão diferenciada do quadro físico-natural, com vistas ao desenvolvimento, e não somente para fins de classificação e compartimentação regional. Apesar das críticas que poderiam ser feitas a essa concepção de geografia, bem como a seu uso para relacionar quadro físico-natural com desenvolvimento, vamos nos limitar aos critérios de regionalização propostos pela obra.

Primeiro os autores regionalizaram a América Latina a partir da classificação climática de Köppen⁴⁹, adotando ecozonas baseadas nos dados de temperaturas e precipitação, bem como na altitude. Assim, identificaram as principais diferenças geográficas da região: “temperada *versus* tropical, montanhas *versus* planícies tropicais e seco *versus* parte temperada dos trópicos” (GALLUP et al., 2007, p. 23).

Dentro dessa divisão, os autores exploram alguns aspectos: fragmentação geográfica da população; fragmentação etnolinguística; ocorrência de escravidão durante o período colonial, e sua motivação em determinadas regiões; influência da latitude na produção agrícola, nas condições de saúde e proliferação de doenças; influência dos desastres naturais (terremoto, seca, furacão, avalanche, inundação e *tsunami*) e contabilização de atingidos e prejuízos; entre outros.

49 A classificação climática de Köppen-Geiger é baseada no pressuposto de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalecente. Assim, as fronteiras entre regiões climáticas foram selecionadas para corresponder, tanto quanto possível, às áreas de predominância de cada tipo de vegetação, razão pela qual a distribuição global dos tipos climáticos e a distribuição dos biomas apresentam elevada correlação. Na determinação dos tipos climáticos de Köppen-Geiger são considerados a sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e da precipitação.

3.3 CRITÉRIOS SOCIOECONÔMICOS

A América Latina sempre foi apontada como um dos principais bolsões de pobreza do mundo, apresentando ampla desigualdade social associada à péssima distribuição de renda, dependente de tecnologia e capitais externos e explorada pelas nações ricas desde o período colonial. Muitos estudos associam a condição atual dos países latino-americanos ao fato de que, no passado, tenha havido colonização de exploração nessas áreas.

No entanto Cardoso & Faletto (2004, p. 13-14) alertam para o seguinte fato:

O objetivo [...] é esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania. Por outro lado, procurou-se mostrar, implicitamente, que falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de consequências práticas perigosas.

Os autores destacam a impossibilidade de generalizações no aspecto econômico dos países latino-americanos, apesar de identificá-los como economias dependentes em relação aos pólos hegemônicos do sistema capitalista. Nosso objetivo neste trabalho, quanto às análises das razões para a condição econômica dos países latino-americanos, é um pouco mais modesto. Como temos feito, iremos focar apenas na diferenciação entre os países, para desconstruir a ideia de que há uma característica comum a todos e, pior, que resumiria todo o conjunto.

3.3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Utilizaremos o PIB para comparar a produção de riqueza nos países americanos devido a sua larga utilização na macroeconomia, ao possibilitar comparações do poder econômico entre países – embora esse indicador oculte as disparidades regionais internas a cada país. O indicador nos fornece a somatória de

todos os bens e serviços finais produzidos em cada país, permitindo assim mensurar a atividade econômica dos países do continente.

O objetivo principal da apresentação desses dados é demonstrar a diversidade de poder econômico dos países do continente, mais especificamente na América Latina, demonstrando a impossibilidade de generalizações neste aspecto. Escolhemos a classificação do PIB por paridade do poder de compra (PPP), pois ela permite saber a quantidade de moeda de que um país necessita para adquirir o mesmo que US\$ 1 poderia comprar nos Estados Unidos, superando assim os problemas de variação cambial e inflação.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) dos países da América Latina, por paridade de poder de compra (PPP)

Posição na América	Posição no mundo	País	PIB (milhões de US\$)
1	1	Estados Unidos	13.751.400
2	9	Brasil	1.832.983
3	11	México	1.484.919
4	14	Canadá	1.180.948
5	22	Argentina	522.949
6	27	Colômbia	377.707
7	31	Venezuela	334.091
8	44	Chile	230.341
9	48	Peru	218.598
10	61	Equador	99.368
11	72	República Dominicana	65.224
12	75	Guatemala	60.898
13	83	Costa Rica	48.380
14	86	Bolívia	40.034
15	87	El Salvador	39.777
16	90	Panamá	38.051
17	91	Uruguai	37.279
18	95	Trinidad e Tobago	31.336
19	101	Paraguai	27.133
20	102	Honduras	26.967
21	121	Jamaica	16.267
22	125	Nicarágua	14.401
23	134	Haiti	11.098
24	148	Barbados	4.950

25	151	Suriname	3.576
26	158	Guiana	2.055
27	159	Belize	2.047
28	161	Santa Lúcia	1.644
29	164	Antígua e Barbuda	1.563
30	167	São Vicente e Granadinas	925
31	172	Granada	776
32	175	São Cristóvão e Névis	706
33	176	Dominica	557
-	-	Bahamas ⁵⁰ e Cuba ⁵¹ não apresentaram dados	

Fonte: Banco Mundial. Organizado pelo autor.

Os dados acima mostram níveis bastantes diversos de volume da produção entre os países da América Latina. Destaca-se a liderança dos Estados Unidos no mundo. No entanto Brasil e México aparecem, respectivamente, como 2^a e 3^a maiores economias da América, à frente do Canadá. Esta constatação relativiza as afirmações de que os países da América Anglo-Saxônica são os mais ricos, questão dada como certa, enquanto os latino-americanos estão fadados ao fracasso por suas economias pouco desenvolvidas. Considerando esse indicador, temos dois países da América Latina entre os mais ricos do mundo. Deveríamos apresentar Brasil e México como parte do seletto grupo de países ricos do mundo? Poderíamos incluí-los na parte “rica” da América, além de Canadá e Estados Unidos? Talvez sim, mas apenas para efeito de desconstrução do senso comum, pois é claro que há outras questões que diferenciam esses dois grupos de países americanos além do valor dos respectivos valores do PIB.

No âmbito da América Latina, seria possível agrupar países de acordo com o PIB, criando uma regionalização baseada nesse indicador? Apenas para efeito de exercício, consideraremos os grupos abaixo:

- 1º grupo: Brasil e México, por apresentarem economias mais prósperas e por estarem entre as primeiras do mundo;
- 2º grupo: Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile e Peru, formando um segundo bloco somente com países da América do Sul, com PIB entre 200 e 600 bilhões de

50 O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima o PIB das Bahamas em US\$ 8.332.000 (2007), o que classificaria o país em 24º lugar na América.

51 O *CIA World Factbook* 2008 estima o PIB de Cuba em US\$ 125.500.000, o que classificaria o país em 10º lugar na América.

dólares;

- 3º grupo: Equador, República Dominicana, Guatemala, Costa Rica, Bolívia, El Salvador, Panamá, Uruguai, Trinidad e Tobago, formando um grupo intermediário na América Latina, mas ainda entre as cem maiores economias mundiais, de acordo com o PIB. Percebemos que apenas aqui aparecem as economias da América Central dividindo o grupo com dois sul-americanos. A Bolívia, por exemplo, que sempre merece destaques negativos quando ao seu desenvolvimento econômico, apresenta a 14ª colocação;

- 4º grupo: Paraguai, Honduras, Jamaica, Nicarágua e Haiti, bloco formado por países sempre lembrados como “os mais pobres da América”, principalmente no caso do Haiti, e que aqui, considerando o PIB, não aparecem nas últimas colocações;

- 5º grupo: Barbados, Suriname, Guiana, Belize, Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Granada, São Cristóvão e Névis e Dominica, formado em sua maioria por países caribenhos⁵², com economias de pouca expressão baseadas no turismo e na agricultura, principalmente.

Esse levantamento bastante simplificado mostra que não é necessária uma continuidade territorial para definirmos conjunto de países, como normalmente aparece nos livros didáticos e paradidáticos. Poderíamos ainda nos aprofundar, delineando as causas que colocariam os países citados nos grupos sugeridos: parque industrial diversificado, economias semi-industrializadas, países com pouca ou nenhuma industrialização, economias dependentes do setor primário, economias dependentes da atividade turística, entre outras. Por enquanto, podemos concluir que, a partir do indicador escolhido, não surge uma possibilidade de caracterização homogênea para os países americanos, ao contrário, ele expressa diversos estágios de desenvolvimento econômico e diversificação das atividades. Interessamos agora correlacionar essas informações com outras, que seguem.

52 Como vimos anteriormente, Guiana e Suriname possuem relações comerciais voltadas para o Caribe, comportando-se como países caribenhos, embora estejam localizando-se na América do Sul. A constatação de que suas economias se comparam com a dos países caribenhos só corrobora essa observação.

3.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH⁵³ é um estudo publicado anualmente pela ONU, avaliando a qualidade de vida nos países membros, que engloba três aspectos: educação, longevidade e renda *per capita*. Para avaliar a educação, o cálculo do IDH considera dois fatores: a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos de idade ou mais, e a somatória de pessoas matriculadas nos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, independente da idade. Quanto à longevidade, é considerada a esperança de vida ao nascer – implicitamente, portanto, ela engloba o acesso à rede médico-hospitalar e um ambiente salubre dotado de rede eficiente de saneamento básico. A renda *per capita* tem por base a divisão do PIB ou do Produto Nacional Bruto (PNB) do país pelo número de habitantes. O índice varia entre 1 (desenvolvimento humano total) e 0 (nenhum desenvolvimento humano), e a ONU classifica os países da lista em três níveis: entre 0 e 0,499, baixo desenvolvimento humano; entre 0,500 e 0,799, médio desenvolvimento humano; entre 0,800 e 1, elevado desenvolvimento humano.

A ONU justifica e apóia o uso desse índice da seguinte forma:

[...] Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. [...] O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. [...] Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".⁵⁴

Apesar do uso bastante disseminado do IDH, ele sofre várias críticas quanto aos aspectos conceituais, à escolha de indicadores, ao uso em análises, entre outras. O IDH é criticado, por exemplo, por combinar variáveis de diferentes estruturas, tais como a alfabetização de adultos e expectativa de vida, com variáveis tais como a renda *per capita* anual e taxas brutas de alistamento escolar, e também porque combina indicadores sociais e econômicos indistintamente. Outra crítica

53 O IDH foi publicado pela primeira vez em 1990, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998). Através dos aspectos considerados no índice – educação, longevidade e renda –, é possível recalcular anos anteriores ao da sua criação.

54 Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

bastante recorrente deriva do fato de o IDH ser uma média nacional que se baseia em outras médias, como renda *per capita* e longevidade, criando uma visão deturpada da realidade, inclusive pelo “silêncio” dos tópicos sobre a distribuição de renda, por gênero e etnia inclusive, tratando-se de um indicador extremamente conciso.

É bastante comum encontrar em artigos comentários sobre a inclusão de novos aspectos para se chegar ao índice. Os mais comuns são: direitos civis e políticos, qualidade ambiental, *status* nutricional, exposição ao crime e à violência e oportunidade de ser criativo e produtivo. Alega-se que seria extremamente difícil estabelecer dados internacionalmente comparáveis, válidos e confiáveis, pois não existe um acordo claro sobre quais resultados deveriam ser julgados como desejáveis em todos estes critérios. Há ainda críticas específicas sobre os indicadores escolhidos para compor o IDH, quanto à validade, qualidade e principalmente à comparabilidade dos indicadores.

Apesar de todas as críticas, também há quem julgue o IDH um indicador positivo para as seguintes finalidades: auxílio ao direcionamento de gastos públicos, análise para estratégias alternativas de desenvolvimento, avaliação do impacto de políticas públicas, concessão de ajuda internacional, entre outras. Neste trabalho, a utilização do IDH se dará para a simples comparação dos países da América, e também para a comparação com os outros indicadores utilizados neste trabalho.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países da América

Posição na América	Posição no mundo	País	Índice
1	4	Canadá	0,961
2	12	Estados Unidos	0,951
3	31	Barbados	0,892
4	38	Argentina	0,869
5	40	Chile	0,867
6	46	Uruguai	0,852
7	48	Costa Rica	0,846
8	49	Bahamas	0,845
9	51	Cuba	0,838
10	52	México	0,829
11	54	São Cristóvão e Névis	0,821
12	57	Antigua e Barbuda	0,815

13	59	Trinidad e Tobago	0,814
14	62	Panamá	0,812
15	70	Brasil	0,800
16	71	Dominica	0,798
17	72	Santa Lúcia	0,795
18	74	Venezuela, República Bolivariana	0,792
19	75	Colômbia	0,791
20	79	República Dominicana	0,779
21	80	Belize	0,778
22	82	Granada	0,777
23	85	Suriname	0,774
24	87	Peru	0,773
25	89	Equador	0,772
26	93	São Vicente e Granadinas	0,761
27	95	Paraguai	0,755
28	97	Guiana	0,750
29	101	Jamaica	0,736
30	103	El Salvador	0,735
31	110	Nicarágua	0,710
32	115	Honduras	0,700
33	117	Bolívia	0,695
34	118	Guatemala	0,689
35	146	Haiti	0,529

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), *Human Development Report 2007/2008*⁵⁵. Organizado pelo autor.

Os dados a partir do IDH permitem destacar a liderança de Estados Unidos e Canadá delineando os contornos da porção rica da América. Ambos possuem índices elevadíssimos, acima de 0,900, atingidos apenas por 28 países na lista completa da ONU, nenhum deles latino-americano. Nenhum país da América encontra-se na zona de “baixo desenvolvimento humano” (na classificação proposta pela ONU, seria um IDH inferior a 0,500): com elevado desenvolvimento humano temos a sequência de países na lista a partir do Canadá até o Brasil, e com médio desenvolvimento humano os outros países do continente.

Percebemos, dentre os países da América Latina, a liderança exercida pelo caribenho Barbados. Apesar de ocupar uma posição modesta na listagem do PIB,

55 Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009.

ele apresenta uma bem sucedida política de bem-estar social e bons serviços educacionais, uma economia baseada no turismo e serviços financeiros, colocando o país em posição de destaque em desenvolvimento humano⁵⁶. Outros países caribenhos, de pouca expressão econômica, merecem destaque, por ocuparem posições à frente das principais economias da região: Bahamas (8º), Cuba – apesar do embargo comercial⁵⁷ – (9º), São Cristóvão e Névis (11º), Antígua e Barbuda (12º) e Trinidad e Tobago (13º), apenas para ficarmos entre os países de elevado desenvolvimento humano. México (10º) e Brasil (15º), apesar de estarem entre as maiores economias da América, ocupam posições ainda elevadas no IDH mas de menor destaque, sendo superados por outros países, além dos caribenhos, de menor poder econômico, de acordo com o PIB: Argentina (4º), Chile (5º), Uruguai (6º) e Costa Rica (7º).

A intenção é desmistificar a ideia de que poder econômico se traduz em qualidade de vida, fórmula geralmente adotada para explicar o desenvolvimento dos países. Barbados e Brasil mostram que há outras variáveis envolvidas, como estabilidade política, combate à pobreza, investimentos em infraestrutura, melhorias na distribuição de renda, entre outras.

Poderíamos regionalizar a América baseada no IDH? Existiria uma América Latina com características de desenvolvimento humano comuns? Ou mesmo uma de suas subdivisões largamente utilizadas, como América Andina ou América Platina? Demonstramos que não há possibilidade de uma unidade a partir desse outro indicador, o IDH, tampouco associações ou deduções entre indicadores de economia e desenvolvimento humano dos países, pois a diversidade é evidente.

3.3.3 Distribuição de riqueza

56 Quid (2009). Disponível em: <<http://www.quid.fr/monde.html/2004/pratique.html?mode=detail&iso=bb&style=fiche&nbphot=1>>. Acesso em: 17 maio 2009.

57 Trata-se de um embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos, que se iniciou em 7 de fevereiro de 1962. O embargo foi convertido em lei em 1992 e em 1995. Em 1999, o presidente dos EUA, Bill Clinton, ampliou o embargo comercial, proibindo as filiais estrangeiras de companhias estadunidenses de realizar transações comerciais com Cuba de valores superiores a 700 milhões de dólares anuais. A medida até hoje está em vigor, tornando-se um dos mais duradouros embargos econômicos na história moderna.

A distribuição da riqueza é um tema sensível para os países latino-americanos, geralmente associados à elevada concentração fundiária e imobilidade social acarretando uma péssima distribuição de renda. A distribuição de renda será objeto de análise neste tópico.

Para analisarmos a distribuição de riqueza dentro da América, utilizaremos o Índice Gini, que mede o grau em que a distribuição de renda entre indivíduos ou famílias em uma economia afasta-se de uma perfeita igualdade de distribuição. Assim, o Índice Gini de 0 (zero) representa a igualdade perfeita, enquanto o de 100 (cem) implica desigualdade total.

A desigualdade na distribuição de renda é refletida na participação percentual do rendimento ou do consumo provenientes de parcelas da população classificadas pelos mesmos níveis de renda ou consumo, fazendo do coeficiente de Gini um conveniente resumo da medida do grau de desigualdade.

Tabela 3 – Igualdade de renda nos países da América, de acordo com o Índice Gini

Posição na América	País	Índice
1	Canadá	32,6
2	Trinidad e Tobago	38,9
3	Estados Unidos	40,8
4	Nicarágua	43,1
5	Uruguai	44,9
6	Jamaica	45,5
7	México	46,1
8	Venezuela	48,2
9	Costa Rica	49,8
10	Argentina	51,3
11	República Dominicana	51,6
12	Peru	52
13	El Salvador	52,4
14	Equador	53,6
15	Honduras	53,8
16	Chile	54,9
17	Guatemala	55,1
18	Panamá	56,1
19	Brasil	57
20	Paraguai	58,4

21	Colômbia	58,6
22	Haiti	59,2
23	Bolívia	60,1
-	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Suriname não constam na lista do Índice Gini do PNUD/ONU.	

Fonte: PNUD/ONU. *Human Development Report 2007/2008*⁵⁸. Organizado pelo autor.

Evidenciamos novamente a liderança do Canadá, com a distribuição mais justa entre todos os países da América. A posição de Trinidad e Tobago, apesar de um PIB modesto, mostra que a distribuição de renda talvez alavanque o país para uma das melhores qualidades de vida do continente. Tomamos mais três exemplos dentro da América: Bolívia (14º PIB e 33º IDH) e Guatemala (12º PIB e 34º IDH) provavelmente apresentam péssimos indicadores sociais devido à má distribuição de renda. O Haiti (23º PIB e 35º IDH, último da América), possui uma renda extremamente concentrada. O Brasil demonstra uma riqueza no PIB que não é distribuído adequadamente entre sua população, o que certamente o coloca com uma qualidade de vida não compatível com a riqueza produzida.

Mas, como nos outros indicadores, poderíamos tentar regionalizar a América Latina com base na distribuição de renda? Seria tarefa muito difícil, primeiro porque o indicador não apresenta dados de vários países, sobretudo no Caribe; segundo porque teríamos de investigar as questões internas de cada país e suas disparidades regionais, como instabilidades políticas, liberdade de expressão, índices de corrupção e mal uso do dinheiro público.

É comum encontrar o argumento de que os países desenvolvidos apresentam menores disparidades entre ricos e pobres. Sendo assim, poderíamos classificar Trinidad e Tobago, Nicarágua, Uruguai e Jamaica como países desenvolvidos? Certamente teríamos uma regionalização da América Latina muito diferenciada, pois questionaríamos a ideia generalizante do “bolsão de pobreza” nessa parte continente, bem como as semelhanças entre os países que a integram.

Lembramos que as desigualdades sociais, a formação de periferias pobres, o desemprego e a miséria estão presentes nos países da América Latina, porém de forma heterogênea, vinculada às diferentes realidades dos diversos países. Assim,

⁵⁸ Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009.

na América Latina, a pobreza e a riqueza social convivem em diferentes graus de proximidade, de acordo com os diversos países.

3.3.4 Desenvolvimento e dependência

A mais recorrente das questões latino-americanas é aquela que tenta explicar as razões para o subdesenvolvimento e a dependência dessa parte do continente. Ainda que não seja simples encontrar parâmetros para avaliar o atual nível de dependência dos países latino-americanos, será de grande valia analisar a questão a partir de determinados autores. A intenção é criar uma base teórica e buscar elementos para a análise dos livros didáticos no próximo capítulo, pois certamente todos tocarão neste ponto. Longe de conseguir aprofundar o tema, esta seção do trabalho pretende somente expor a diversidade de ideias acerca das possibilidades de desenvolvimento e das razões do subdesenvolvimento na América Latina, a partir de autores recorrentemente citados nos estudos sobre as questões socioeconômicas latino-americanas.

Quando encontramos problematizações acerca desse tema, percebemos que há um debate muito acentuado, porém discordamos das explicações que atribuem unicamente o subdesenvolvimento latino-americano ao passado colonial. Essa linha de pensamento, aliás a mais conhecida, resolve a questão da seguinte forma: Estados Unidos e Canadá, com o inglês como língua predominante devido ao domínio britânico, foram colônias de povoamento, sistema em que a riqueza produzida permanecia nas colônias; já a América Latina, colonizada principalmente por Portugal e Espanha, vivenciou a colonização de exploração, sistema em que toda a riqueza era transportada para a metrópole, impedindo, conseqüentemente, a acumulação de riquezas na colônia. Há outras variáveis e contextos que contribuem para a formação socioeconômica de um país ou de uma região, ainda que não se negue a importância do papel dos modelos de colonização em cada parte do continente.

Em relação à questão histórica dos tipos de colonização – um dos argumentos mais recorrentes para explicar a “condição latino-americana” –, Karnal

(2008, p. 42) afirma que, nos primórdios da colonização, no século XVI, a ocupação do território do que hoje são os Estados Unidos deu-se com objetivos semelhantes ao de uma colonização de exploração:

O projeto que estava sendo montado no final do século XVI em muito se assemelhava ao ibérico. O soberano absoluto concede a um nobre um pedaço de terra assegurando seus direitos. Pouca coisa diferenciava *sir* Walter de um donatário brasileiro do período das capitânicas hereditárias. Além desta semelhança, notamos a mesma preocupação metalista no documento: a fome de ouro e prata que marca a era do Estado Moderno. A Coroa, impossibilitada de promover ela própria a colonização, delega a outros esse direito, reservando para si uma parte de eventuais descobertas de ouro e prata⁵⁹.

Mesmo com o fracasso dessas primeiras iniciativas, no século XVII o impulso colonialista seria retomado. Desta vez, a missão colonizadora ficava a cargo de companhias e não mais de nobres individuais, não mudando o fato de que a Coroa Britânica teria de delegar a tarefa da colonização. Karnal (2008, p. 42) afirma que essas companhias “apresentavam todas as características de empresas capitalistas”, definindo uma colonização de empresa e não de Estado, o que certamente faria aumentar a produtividade nas colônias para compensar os investimentos. Portanto a colonização de exploração também fez parte da história da América Anglo-Saxônica. Partindo desse fato, qual conjunto de fatores fez com que os Estados Unidos surgissem como potência industrial? Não pretendemos resumir toda a história dos Estados Unidos em poucas linhas, mas talvez apontar elementos que exerceram grande influência nos destinos dos países da América, principalmente na clivagem entre América Latina e América Anglo-Saxônica.

Nos Estados Unidos e Canadá, herdeiros de tradições anglo-saxônicas, o empreendedorismo foi possível graças ao respeito aos direitos de propriedade, criando condições para um crescimento acelerado. Os imigrantes artesãos e pequenos agricultores formaram uma ampla classe média, com uma boa distribuição de renda. A religião protestante também exerceu um importante papel na educação, uma vez que a leitura da bíblia era estimulada mesmo sem a intermediação de

59 *Sir* Walter Raleigh recebeu a permissão da rainha Elizabeth I para iniciar a colonização na América e estabeleceu três expedições entre 1584 e 1587. A cédula de doação afirmava de que ele poderia “[...] apropriar-se de todo o solo dessas terras, territórios e regiões por descobrir e possuir, [...] para utilizá-los com plenos poderes, para dispor deles, em todo ou em parte, livremente ou de outro modo, de acordo com os ordenamentos das leis da Inglaterra [...] reservando para nós, nossos herdeiros e sucessores, para atender qualquer serviço, tarefa ou necessidade, a quinta parte de todo o mineral, ouro ou prata que venha a se obter lá” (Karnal, 2008, p. 40).

sacerdotes, criando condições para que a educação básica fosse universalizada ainda no século XIX (KARNAL, 2008). Furtado (2007) e Karnal (2008) *ainda* destacariam o intenso comércio com as Antilhas e rotas interoceânicas com a Europa e África, e o conseqüente fomento da construção naval.

Nas palavras de Furtado (2007, p. 58-59):

Esse importante comércio se efetuava principalmente em navios dos colonos da Nova Inglaterra, o que veio fomentar a indústria da construção naval nessa região. Essa indústria, encontrando condições excepcionalmente favoráveis em razão da abundância de madeira adequada, se desenvolveu intensamente, transformando-se em uma das principais atividades exportadoras das colônias setentrionais. Por último cabe mencionar a instalação de uma importante indústria derivada da cana: a destilação de bebidas alcoólicas. Neste caso a integração se realizou com as Antilhas francesas. Estas, estando interdidas de usar a matéria-prima de que dispunham – para evitar a concorrência às indústrias de bebidas da Metrópole –, que vendiam-na a preços extremamente baixos. Os colonos do norte se prevaleciam desses baixos preços para concorrer vantajosamente com as próprias Antilhas inglesas nesse negócio altamente lucrativo. As colônias do norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior no qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais.

Portanto Furtado atribui ao comércio e, mais importante, à liberdade de comércio de que dispunham os habitantes da Nova Inglaterra, a inserção no sistema capitalista, que promoveu a acumulação de capitais. Complementarmente, Karnal (2008, p. 56-57) inclui a importância do papel do comércio triangular para o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos:

Nas colônias da Nova Inglaterra (parte norte das 13 colônias) surge uma próspera produção de navios. Desses estaleiros, favorecidos pela abundância de madeiras do Novo Mundo, saem grandes quantidades de navios que seriam usados no chamado comércio triangular.

O comércio triangular pode ser descrito, simplificadamente, como a compra de cana e melado das Antilhas, que seriam transformados em rum. A bebida obtinha fáceis mercados na África, para onde era levada por navios da Nova Inglaterra e trocada, usualmente, por escravos. Esses escravos eram levados para serem vendidos nas fazendas das Antilhas ou nas colônias do sul. Após a venda, os navios voltavam para a Nova Inglaterra com mais melado e cana para a produção de rum. Era uma atividade altamente lucrativa, entre outros motivos por garantir que o navio sempre estivesse carregado de produtos para vender em outro lugar. O comércio triangular também poderia envolver a Europa, para onde os navios levavam açúcar das Antilhas, voltando com os porões repletos de produtos manufaturados. Estabeleciam-se assim sólidas relações comerciais embasadas na próspera indústria naval das colônias da Nova Inglaterra.

Os autores mostram que essas atividades foram as principais causas para a inversão dos modelos de colonização, pois fica evidente certa autonomia das colônias no comércio e na indústria, possibilitando a prática de relações capitalistas com outras partes do mundo e conseqüentemente a acumulação de capitais e avanços tecnológicos ligados à produção. Diferentemente, nas colônias portuguesas e espanholas havia proibições quanto ao surgimento das manufaturas e ao livre comércio, este sempre ligado à metrópole.

Se analisarmos outro exemplo, veremos que as condições históricas podem moldar outra realidade, como a ocupação das ilhas caribenhas no início do século XVII, descrita por Furtado (2007, p. 46-47):

Estes dois países [Inglaterra e França] trataram de apoderar-se das estratégicas ilhas do Caribe para nelas instalar colônias de povoamento com objetivos militares. [...] Franceses e ingleses se empenham, assim, no começo do século XVII, em concentrar nas Antilhas importantes núcleos de população européia, na expectativa de um assalto em larga escala aos ricos domínios da grande potência enferma desse século. [...] Em razão de seus objetivos políticos, essa colonização deveria basear-se no sistema de pequena propriedade⁶⁰.

Portanto Furtado mostra que ligar o subdesenvolvimento da América Latina à colonização de exploração é negar as possibilidades de transformações históricas nestes territórios. O sul dos atuais Estados Unidos também possuía características de colonização de exploração, incluindo a *plantation* e a mão de obra escrava. No entanto conhecemos os caminhos para as transformações nessa parte do país, principalmente após a Guerra de Secessão. No caso das ilhas do Caribe, geralmente incluídas na América Latina da colonização de exploração, o sistema colonial iniciou-se com o povoamento e somente depois introduziram-se as culturas tropicais altamente lucrativas, modificou-se a estrutura de ocupação das ilhas.

Poderíamos refletir se a cultura e as instituições ibéricas eram propícias ao desenvolvimento na América Latina. A prosperidade estava baseada nas *plantations* e na mão de obra escrava, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, concentrando a riqueza nas mãos dos grandes proprietários de terra, o que configuraria, de início, as origens da elevada concentração fundiária. Além disso, na

60 Neste parágrafo, o autor destaca que “a grande potência enferma” era a Espanha, debilitada militarmente já no século XVII e abrindo caminho para o surgimento de três novas potências: Inglaterra, França e Países Baixos, com a conseqüente formação de colônias na América subordinadas a estes países.

América Latina figurava o “capitalismo dos privilégios”, em que o grau de parentesco e as relações de troca de favores – como numa relação entre compadres – determinavam as relações capitalistas, mesmo após o início da industrialização com base no modelo de substituição de importações, pois pouco foi feito para que a situação se modificasse. Como aliados desse fato destacamos a displicência com a educação e a falta de rigor com que foi tratada a desigualdade social, que contribuíram ainda mais para o aprofundamento da concentração de renda. Mendoza et al. (2007, p. 206) ainda acrescenta que

Na América Latina se estava reproduzindo um episódio que fazia parte da evolução quase natural da ilustração ocorrida no mundo ocidental. Simplesmente, as idéias que em 1776 haviam propiciado a revolução norte-americana e o surgimento da primeira república moderna, ou que provocaram a revolução de 1789, voltavam a se expressar, mas desta vez ao sul do equador.

Os autores demonstram que as ideias republicanas circulavam entre as elites que passaram a almejar a independência. A possibilidade de uma soberania popular, controle da autoridade, divisão de poderes e formas democráticas de selecionar governantes estimularam as lutas emancipatórias no século XIX. A reflexão que deve ser feita é: se partiram de ideias similares, com objetivos muito parecidos, por que os resultados se apresentaram diferentes com o passar do tempo?

Mendoza et al. (2007) destaca as múltiplas particularidades da América Latina que fizeram com que a história fosse escrita de modo diferente. Tentaremos apontar as principais causas, de forma sucinta:

Não existia, como nas treze colônias, uma tradição de autogoverno e *rule of law*. A legislação que imperava na América hispânica era ditada na metrópole [...]. A comunicação verbal e escrita no início do século XIX era um grande problema. Em 1820, de cada três habitantes da América Latina apenas um falava espanhol, e estes hispanófonos, a maior parte composta por analfabetos, se concentrava nas cidades. As zonas rurais costumavam ser território cujo único centro eram as *haciendas*, onde os proprietários agiam quase como senhores feudais. [...] Esta incomunicabilidade essencial e a mal forjada articulação dos novos países proporcionaram o surgimento de caudilhos e frequentes guerras civis, que, por falta de instituições, serviam para edificar um poder político fundado na força. [...] Nem a tolerância, nem a busca de compromissos, nem o respeito à lei eram especialmente apreciados. Admiravam-se, em troca, a valentia, a audácia, o primitivo vínculo regional e a solidariedade com os amigos. Os caudilhos fomentavam o clientelismo para criar suas zonas de apoio (Mendoza et al., 2007, p. 207).

Nesse ambiente pouco propício para o desenvolvimento de atividades empresariais e longe de formar bases para a constituição de repúblicas liberais, o poder político serviria para quem o detém obter e conceder vantagens aos seus pares. A população desses países ficaria à mercê dessa classe governante indolente e mal-intencionada. A abordagem dos autores em relação ao desenvolvimento econômico da América Latina, apesar de não desprezar a herança da colonização de exploração, reside principalmente no argumento de que “se somos assim, é porque não fizemos muito para mudar”, em que as elites locais pouco ou nada se esforçaram para criar condições mais igualitárias na sociedade.

Numa outra forma de análise, Galeano (1991, p. 5) afirma que:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta.

Galeano escreveu um clássico que ainda hoje consta nas bibliografias dos estudos sobre a América Latina. A pretensão de sintetizar quase quinhentos anos de ocupação europeia, sob a ótica do explorado, mostra uma história de confrontos sucessivos. O autor sugere que essa parte da América carrega o estigma da derrota desde o princípio da ocupação europeia no Novo Mundo. Mais adiante, afirma que os Estados Unidos são os continuadores de tal espoliação, logo após o domínio inglês que sucedeu à colonização das metrópoles portuguesa e espanhola. Essa visão é largamente adotada para explicar o subdesenvolvimento da América Latina, associada ao passado de colonização de exploração. Galeano (1991, p. 22-23) cita o economista brasileiro Celso Furtado para desenvolver esse assunto:

Celso Furtado adverte que os senhores feudais obtinham um excedente econômico da população por eles dominada e o utilizavam, de uma forma ou de outra, em suas próprias regiões, enquanto o objetivo principal dos espanhóis, que recebiam do rei minas, terra e indígenas na América, consistia em subtrair um excedente a fim de transferi-lo para a Europa [...]. No fim das contas, em nosso tempo, a existência dos centros ricos do capitalismo não poder ser explicada sem a existência das periferias pobres e submetidas: uns e outras integram o mesmo sistema.

Essa ideia sustenta que o subdesenvolvimento é um produto necessário do

imperialismo, e a impossibilidade de o capitalismo se desenvolver nos países periféricos é um dado dessa proposição, já que estes estariam impedidos de ter mercado interno, tornando-se variantes daquelas colônias de exploração dos séculos XVI e XVII. Cardoso & Faletto (2004) publicariam uma visão diferente, sustentando o contrário: a possibilidade do desenvolvimento do capitalismo nas nações dependentes. Sobre o subdesenvolvimento os autores explicam que

a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista (Cardoso & Faletto, 2004, p. 38).

De acordo com essa visão, não existiria uma simples diferença de etapas entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou mesmo de etapas do sistema produtivo, mas sim uma posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Haveria ainda a distinção entre “subdesenvolvimento” e “sem desenvolvimento”, quanto às relações que determinados países teriam com os centros hegemônicos. Os autores associam o conceito de subdesenvolvimento a um tipo de sistema econômico, “com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. Isso é [...] insuficiente” (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 39). Eles defendem que a noção de “centro” e “periferia” destaca funções que caberiam às economias subdesenvolvidas sem levar em conta fatores político-sociais específicos, e que não interessaria apenas analisar a integração das economias nacionais ao mercado mundial, mas também “o modo através do qual se logrou historicamente essa integração” (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 41).

Sendo assim, para os autores, vários países latino-americanos, incluindo Brasil e Argentina, empreenderam o processo de substituição de importações, obviamente com vistas ao mercado interno, e atingiram certa maturidade econômica a partir da produção de bens de capital. O mercado interno seria a base de um desenvolvimento continuado, inclusive com a instalação das “indústrias exportadoras”, que consideraram um novo passo da economia latino-americana. Os pressupostos para esse novo passo são, de acordo com Cardoso & Faletto (2004, p.

18-19):

- 1) um mercado interno suficiente para o consumo dos produtos industriais, formado desde o século XIX pela integração da economia agropecuária ou mineira ao mercado mundial;
- 2) uma base industrial formada lentamente nos últimos oitenta anos, que compreendia indústrias leves de consumo (alimentícias, têxteis etc.) e, em certos casos, a produção de alguns bens relacionados com a economia de exportação;
- 3) uma abundante fonte de divisas constituída pela exploração agropecuária e mineira;
- 4) fortes estímulos para o crescimento econômico, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia, graças ao fortalecimento do setor externo a partir da segunda metade da década de 1950;
- 5) e existência de uma taxa satisfatória de formação interna de capitais em alguns países, como, por exemplo, na Argentina.

Portanto, o modelo de substituição de importações teria fornecido os alicerces para um “novo passo” da industrialização na América Latina a partir desses cinco pressupostos, estando alguns países mais preparados que outros. Na avaliação de Furtado (1975), as indústrias de substituição de importações para abastecimento do mercado interno, internacionalizando seu sistema produtivo com ênfase na indústria, é uma atividade produtora e fonte de emprego que pode ser controlada de fora ou de dentro do país, em detrimento da proteção da economia nacional que ele consideraria essencial. Segundo ele,

Na América Latina impõe-se sem discussão a posição canadense, proporcionando-se o máximo de proteção a qualquer atividade produtiva tendente a substituir importações na suposição de que *qualquer* indústria instalada no território nacional coopera *igualmente* para a prosperidade do país. A implantação de filiais de empresas norte-americanas tendeu, em consequência, a realizar-se com extraordinária rapidez, independentemente das dimensões do mercado, do nível de desenvolvimento já alcançado, ou da intensidade do crescimento econômico na fase em que ocorria a penetração (Furtado, 1975, p. 80).⁶¹

Assim, de acordo com Furtado, a substituição de importações coincide com a expansão externa das grandes empresas estadunidenses, internacionalizando a produção manufatureira, mesmo apoiada no mercado interno. Essa internacionalização teria consequências em várias direções, geralmente no caminho do aprofundamento da dependência externa, como aponta o autor:

61 A “posição canadense” à qual se refere o autor é aquela com ênfase na proteção da indústria, enquanto a ênfase na proteção da economia nacional seria uma posição tradicionalmente adotada pelo Japão.

a) debilitaria o processo formativo dos centros nacionais de decisões, criando uma nova forma de desarticulação das decisões econômicas; b) criaria uma pressão crescente sobre a balança de pagamentos decorrente de transferências financeiras; e c) poria em marcha um processo de integração multinacional essencialmente baseado na articulação de decisões ao nível das grandes empresas estrangeiras que se instalaram na região (Furtado, 1975, p. 79).

Para Mendoza et al. (2007), os problemas atuais da América Latina são de outra ordem, aliás, como citado anteriormente, diametralmente oposta à visão de Galeano (1991), numa crítica aberta à ideia de que “se somos pobres é porque os ricos nos exploram”. Concordam que o principal problema da América Latina é a pobreza, porém discordam quanto à solução para tal problema.

Para os autores, o caminho preferencial para os governos latino-americanos de orientação esquerdista tem sido: fechamento das portas às multinacionais, nacionalização em vez de privatização, impugnação da globalização e dos tratados de livre comércio com os Estados Unidos ou países europeus, intervenção e elevada regulamentação por parte do Estado. Essas características compõem o que os autores chamam de “cartilha” da esquerda latino-americana:

Em vez de examinar como e por que países que tempos atrás eram mais pobres que os latino-americanos têm hoje uma alta renda *per capita* e participam de todas as vantagens do Primeiro Mundo, o nosso personagem repete falsos diagnósticos e os falsos remédios de sua cartilha [...] (Mendoza et al., 2007, p. 187).

Com base nesses argumentos, os autores atribuem aos governos dos países latino-americanos a principal causa para o atraso e a desigualdade social. Inclusive, para efeito de comparação, citam como exemplo países que se colocam atualmente numa condição privilegiada de desenvolvimento: os asiáticos Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong⁶², seguidos por China e Vietnã, que eram “ortodoxamente comunistas”; os europeus igualmente comunistas, como a Polônia, a República Tcheca e a Estônia, além da República da Irlanda do lado da Europa Ocidental; e, na própria América Latina, o Chile e El Salvador. Em seguida, enumeram as

62 Hong Kong não é propriamente um país. Antiga colônia britânica, agora administrada pela República Popular da China, Hong Kong é uma Região Administrativa Especial, possuindo um alto nível de autonomia: possui sistema legal, moeda, alfândega, direitos de negociação de tratados e leis de imigração próprias. Apenas a defesa nacional e as relações diplomáticas são responsabilidades do governo central em Pequim.

características em comum desse grupo de países, dentro de três segmentos: política econômica com vistas à conquista de mercados; busca por parcerias em blocos econômicos ou tratados de livre comércio; diminuição de impostos e incentivos operacionais aos investidores e investimento em educação, ciência e tecnologia.

Portanto os autores acreditam que esses seriam modelos a serem seguidos para o sucesso econômico e social, numa crítica aberta aos governos antineoliberalismo, para os quais as liberdades econômicas não são vistas como solução. Nas palavras dos autores, os países citados

Privatizam empresas públicas [...]. Não vêem a globalização como um risco ou uma ameaça, mas como uma oportunidade de conquistar mercados. Buscam criar produtos industriais de valor agregado ou oferecer serviços com vantagens competitivas, em vez de continuarem como simples vendedores de matérias-primas. Buscam apoiar-se em blocos regionais ou supranacionais cada vez mais flexíveis e abertos ao mundo [...]. Diminuem os impostos e dão incentivos operacionais aos investidores estrangeiros e nacionais. Asseguram flexibilidade trabalhista e diminuem os trâmites para o estabelecimento de uma nova empresa industrial. E, sobretudo, realizam grandes apostas nos campos da educação, ciência e tecnologia, nos quais a empresa privada desempenha um papel cada vez maior, uma vez que o conhecimento está destinado a ser a maior fonte de riqueza neste novo século (Mendoza et al., 2007, p. 188).

Nesse contexto, uma parte substancial da população e da classe governante dos países latino-americanos prefere amparar-se num modelo em que o Estado teria uma função protecionista, principalmente nos governos populistas. O que vale frisar é que os autores não explicitaram a que custo essas transformações se deram nos países citados, e não qualificaram os prováveis reveses em cada sociedade, principalmente para as classes mais pobres, quando o neoliberalismo foi adotado como uma outra “cartilha”. Ao expor suas críticas à “cartilha” da esquerda latino-americana, tentam apresentar a “cartilha” neoliberal como a mais justa e viável sem, no entanto, contabilizar suas sequelas.

Diante desta breve exposição, em que nossa pretensão foi expor algumas correntes de pensamento sobre a questão, a “condição latino-americana” coloca-se entre análises muito distintas de sua origem. Os fatores principais aparecem sempre na clivagem entre dois pólos: colonização de exploração ou povoamento; as instituições ibéricas não foram favoráveis, enquanto as anglo-saxônicas sim; incentivos à industrialização ou manutenção de economias agroexportadoras; produção para o mercado externo ou interno; neoliberalismo ou protecionismo;

privatização ou estatização. Não nos parece que seja tão simples.

Como vimos, em cada país houve especificidades históricas que os diferenciaram dos demais. Como podemos conceber que, no início da colonização da América do Norte, deu-se um processo muito parecido com a colonização ibérica? Que processos tornariam essa parte da América diferente do restante e hoje economicamente mais desenvolvida? O mesmo vale para as colônias de povoamento nas Antilhas, ou seja, quando pensamos nas *plantation*, na mão de obra escrava e na produção de cana-de-açúcar para exportação de seus derivados, deveríamos pensar nos contornos da história que transformou colônias de povoamento em colônias de exploração e vice-versa.

Quanto às diferenças de modelos de desenvolvimento, Beyhaut (1994, p. 188) destaca a impossibilidade de entender a região como um todo, sem considerar suas particularidades históricas, e atingir metas de desenvolvimento através de modelos “que deveriam levar a uma meta final quase utópica”.

A Cepal acreditava na construção de modelos economicistas, nos quais a industrialização, a proteção aos preços dos produtos locais, a unificação de mercados regionais e o desenvolvimento da capacidade empresarial apareciam como palavras mágicas, capazes de modificar situações de poder e promover grandes mudanças. (BEYHAUT, 1994, p. 189)

E ainda,

Deve-se refletir sobre o modo que nascem e evoluem os modelos desenvolvimentistas, mas como primeiro erro pode-se citar a falta de uma investigação histórica adequada a cada região. Em segundo lugar, não se tem em conta a necessária alteração de fatores de poder para permitir essas transformações. Em terceiro, é ilusão acreditar ser a formulação de um bom plano suficiente para que ele seja aplicado (Beyhaut, 1994, p. 189).

A partir dessas citações, podemos compreender que a ideia de um modelo de desenvolvimento único, bem como a dos países latino-americanos nivelados pelo mesmo nível de desenvolvimento, não atingirá meta alguma. As mudanças são específicas em cada região, no interior de cada país, e não são baseadas em “utopismos técnicos” que acabam se tornando um tipo de declaração de intenções.

Tentamos demonstrar que mais uma vez a generalização a partir de modelos não funciona para toda a região, assim como assumir a mesma história comum, os mesmos processos e análises, a busca das soluções comuns torna-se inviável,

exatamente porque a América Latina não é uma região homogênea, seja qual for o critério adotado. Aliás, os autores citados nesta última seção do capítulo não delimitaram a região latino-americana, deixando a tarefa para o leitor. No máximo, destacaram alguns países (Brasil, Argentina, México, Chile), mas desenvolveram os assuntos tratando a América Latina como algo geral, acima de tudo uma região problemática do ponto de vista econômico e social, em que cada Estado, ao se identificar com essas características, ou seja, sentindo-se unificado pelos problemas, faria parte da região. E assim se continua reforçando uma concepção da elite latino-americana.

4 O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA PRODUÇÃO DIDÁTICA

4.1 O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

No cotidiano escolar, o uso dos livros didáticos não é objeto de controvérsia, aliás percebemos que é extremamente desejável a adoção de uma coleção, colaborando para a perpetuação e naturalização das obras didáticas em sala de aula. Castellar e Vilhena (2009, p. 51) consideram que

em tempo de multimídia, computadores, ensino à distância e outras inovações tecnológicas na educação, o livro didático ainda continua sendo um dos suportes mais importante no cotidiano escolar e é, sem dúvida, o mais utilizado e solicitado.

No entanto encontramos posicionamentos contra o livro didático. Alguns defendem que são “instrumentos ideologizantes que veiculam mentiras a respeito do funcionamento da sociedade, perpetuando preconceitos e as relações de poder existentes”, enquanto outros consideram o livro didático o “primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora” (FUNARI, 2007, p. 71).

Apesar das controvérsias, a presença do livro didático é ponto pacífico como um dos instrumentos mais importantes na educação. Para Bittencourt (1996, p. 204), o livro didático é

compreendido como instrumento por intermédio do qual se viabiliza ou tem-se viabilizado a prática docente. É, igualmente, veículo privilegiado de transposição do *saber proposto* pelos textos oficiais dos programas em *saber a ser ensinado* na sala de aula. A efetivação de um projeto educacional tem ocorrido por intermédio do livro didático, e mesmo em face das variadas críticas de que tem sido objeto, este tem sido mais utilizado pelo professor para realizar sua tarefa, seja na classe com os alunos, seja como manual para preparação de suas aulas. O livro didático serve, ou tem servido, como um instrumento de sistematização e organização do saber escolar.

A forma como o livro didático é utilizado, de acordo com a autora, trouxe-nos certas preocupações, pois existiriam outros instrumentos que possibilitam o trabalho no cotidiano na sala de aula, e por isso mesmo preocupa-nos o uso limitador do livro

didático, como “modelo-padrão de conteúdo”, acarretando na modelagem dos professores pelo livro (RUA, 1992), fazendo deste o único meio pelo qual se dá o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, citamos Choppin (2004, p. 553), que apresenta quatro funções essenciais do livro didático: a) função referencial, como suporte privilegiado dos conteúdos; b) função instrumental, quando propõe exercícios ou atividades que visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais; c) função ideológica e cultural, quando o livro didático torna-se um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes, inclusive para a construção da identidade; e d) função documental, quando o livro didático fornece um conjunto de documentos cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.

Assim, longe de sustentar o livro didático como uma banalidade, o autor revela as potencialidades da sua utilização, tornando a análise mais complexa, situando-o no encontro de três gêneros que participam do processo educativo:

de início, a literatura religiosa de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos “por pergunta e resposta”, que retomam o método e a estrutura familiar aos catecismos; em seguida, a literatura didática, técnica ou profissional que se apossou progressivamente da instituição escolar, em épocas variadas — entre os anos 1760 e 1830, na Europa —, de acordo com o lugar e o tipo de ensino; enfim, a literatura “de lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais (Choppin, 2004, p. 552).

Além disso, não podemos nos esquecer da dimensão do livro didático como mercadoria, no contexto da disputa por mercado pelas editoras. No Brasil, o processo de avaliação de livros didáticos efetivou-se, em 1996, através do PNLD. As avaliações, de acordo com Sposito (2006b, p. 59), estão pautadas nos seguintes critérios:

- 1) coerência teórico-metodológica;
- 2) presença de erros conceituais ou de informação;
- 3) presença de preconceito ou indução a ele.

Mas tais avaliações geraram reações bem diferentes entre os envolvidos no

processo educacional. As editoras, por exemplo, como sujeitos diretamente interessados nesse processo, cujos livros didáticos são responsáveis por 60% do mercado editorial, passaram a se incomodar com o risco de verem suas obras eliminadas através da referida avaliação. Atualmente não se nega a necessidade da avaliação para a manutenção de um padrão qualitativo elevado dos livros didáticos, e assim evitar os erros grosseiros, falta de coerência e equívocos conceituais. Sposito (2006b, p. 60-61) cita alguns deslizes encontrados nos livros didáticos de geografia, cinco dos quais reproduzimos abaixo⁶³:

- “A vila transformou-se em cidade. Em volta dela apareceu a zona rural”;
- “Cabo é uma ponta maior e mais elevada”;
- “Ponta Grossa tem praia”;
- “A cana de açúcar é um produto amigo do calor e da umidade”;
- “Nos bairros residenciais, a maioria das casas são residências”.

O autor justifica a continuidade e o aperfeiçoamento dos processos de avaliação do livro didático exatamente porque exemplos como os acima continuariam caindo no “pente fino”, e estimulariam um maior cuidado com o que é lançado no mercado editorial, uma vez que dinheiro público é gasto na aquisição destes materiais, pois o Estado é o maior consumidor de livros didáticos no país. Concordamos com Sposito (2006b, p. 56), que diz:

- O livro didático, que exerce papel ativo quase como elemento autônomo no processo de ensino-aprendizagem, deve ser compreendido:
- a) como elemento de intermediação no referido;
 - b) como produto-continente do conhecimento que é comercializado e precisa ter qualidade em termos de conteúdo, formatação e durabilidade;
 - c) como mercadoria custeada, gratuitamente, por dinheiro público, e distribuída para milhares de escolas em todo o território nacional.

No Brasil, a avaliação governamental das publicações iniciou-se em 1996 e, desde então, segundo o autor, produziu-se uma sensível melhora no nível das publicações. Apesar disso, parece-nos que o livro didático pretende – ou “precisa” – assumir como verdade aquilo que nem sempre está claro do ponto de vista acadêmico, e conseqüentemente acaba contribuindo para o senso comum.

Castrogiovanni & Goulart (1999, p.130-131) consideram que um bom livro de geografia, na perspectiva da geografia crítica, implica: a) fidedignidade das

63 Frases extraídas da avaliação de 1998, dos livros didáticos de primeira a quarta séries. Ao todo, o autor citou 18 frases, entre as quais foram retiradas as citadas neste trabalho.

afirmações; b) estímulo à criatividade; c) correta representação cartográfica; d) abordagem que valoriza a realidade; e) o espaço como uma totalidade. Assim, os debates a respeito da contribuição dos livros didáticos para o professor, da sequência didática e da aprendizagem encontram farto material bibliográfico. Para nos pautarmos em alguns eixos de discussão sobre esse tema, iremos nos apoiar em alguns autores, como segue.

Para Rua (1992, p. 149),

Outros estudos [...] demonstram que o livro didático não serve aos professores como simples fio condutor de seus trabalhos, mas passa a assumir o caráter de “critério da verdade” e “última palavra” sobre o assunto.

E ainda, em outra contribuição do autor:

Há muitas circunstâncias que “empurram” o professor para uma dependência com relação ao livro didático: a precariedade das condições materiais de trabalho do professor que o obriga a uma vida de correrias e improvisações, tornando-o um executor “cego” de normas e preceitos; as péssimas condições materiais das escolas; a imposição dos programas oficiais distantes da realidade, interesses e necessidades dos estudantes; as estratégias de *marketing* das editoras impondo modismos, incentivando o consumo, iludindo consciências através do embelezamento do produto e de regras de mínimo esforço (RUA, 1992, p. 98).

Para Castrogiovanni & Goulart (1999, p. 129),

O livro didático, frente às atuais condições de trabalho do professor de geografia, torna-se cada vez mais um instrumento, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento às atividades didático-pedagógicas, devendo ser utilizado apenas como um dos recursos entre tantos disponíveis. [...] No entanto, não pode ser convertido em material didático.

Tanto Castrogiovanni & Goulart como Rua apontam o fato de que as condições de trabalho do professor são determinantes para a transformação do livro didático em manual para os alunos e na própria “aula preparada” para os professores. Dessa forma, o livro didático torna-se a única fonte de consulta na sala de aula e a base da relação ensino-aprendizagem. Nesse contexto, concordamos com Castellar e Vilhena (2009, p. 51) sobre o uso do livro didático como *meio* de aprendizagem,

O cotidiano escolar nos revela que o livro didático é um instrumento de ação constante e que ainda encontramos muitos professores que o transformam em um mero compêndio de informações, ou seja, utilizando-o como um *fim* e não com *um meio* no processo de aprendizagem.

Portanto o livro didático é um dos principais instrumentos utilizados em sala de aula, mas tem sido usado, como o ator principal no processo, justamente como um compêndio de informações, como observou Castellar & Vilhena, e como uma pauta rígida para o planejamento, em que o objetivo passa a ser o término do conteúdo e do livro.

Além disso, para Schäffer (1999, p. 133),

O caso é que não há livro que seja à prova de professor: o pior livro pode ficar bom na sala de aula de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor, repita-se mais uma vez, é apenas um livro, instrumento auxiliar de aprendizagem.

Concordando com Schäffer, deve-se levar em conta que o livro, por si só, não é determinante no processo de aprendizagem. Empurrar a responsabilidade do planejamento da aula para o autor do livro didático torna a relação ensino-aprendizagem mais impessoal, enfatizando o encadeamento de ideias adotado pelos autores do livro e não aquele que o professor julgou melhor para as especificidades de sua turma.

Num outro aspecto, Kaercher (2000, p. 136) expõe críticas aos conteúdos do livro didático de geografia:

Basta ler um livro didático de geografia para percebermos que o seu formalismo excessivo leva à construção de uma idéia que permanece em nós, mesmo depois de termos abandonado a escola: a geografia como um ensino árido, classificatório e distante da nossa realidade.

Finalmente compomos parte da rede de problemas que envolvem o livro didático e que nos preocupam especificamente para este trabalho da seguinte forma: se mal usado, torna-se o manual enfadonho, única fonte de consultas e detentor da verdade, único recurso do professor para pautar as discussões em sala e seu uso como principal diretriz de trabalho do ano letivo. A discussão sobre os conteúdos do livro didático se dará no capítulo apropriado, quando focaremos a América Latina. Analisando com mais cuidado, esse procedimento acrítico do uso do

livro didático produz uma massa de estudantes que repetirão os conteúdos, acreditando não haver outra explicação para os fatos e processos.

4.2 A AMÉRICA LATINA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Retornando ao tema deste trabalho, cabem algumas dúvidas, a partir dos livros didáticos analisados: a América Latina é formada por países de língua de origem latina? Todos foram colonizados por povos ibéricos? Todos os territórios foram ocupados com a colonização de exploração? São todos pobres e fadados ao fracasso porque sempre haverá um explorador? Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos exploraram os países da América Latina unicamente com o uso da força, ou haveria a participação efetiva das elites locais?

São questões que, se respondidas e trabalhadas, criariam o mínimo de criticidade neste conteúdo específico. Trabalharemos contra o empenho de suprimir diferenças e “reduzir os problemas a um problema só”, numa uniformidade incômoda. Retomando a principal hipótese deste trabalho: os livros didáticos trazem uma única visão acerca do assunto, buscando de qualquer maneira unificar a América Latina em torno de um rol de características comuns aos países que compõem a região. Se tais livros forem utilizados como “manual da verdade”, conforme discutimos acima, criarão visões distorcidas acerca dessa parte do mundo, inclusive aceitando-a com naturalidade *ab aeterno*, quando na verdade deveríamos recorrer à pergunta inicial: existe América Latina?

Todos os livros selecionados para esta pesquisa estão entre os mais vendidos e, por isso, suas propostas possuem maior alcance entre professores e alunos. São eles⁶⁴:

- ADAS, Melhem. *Geografia: o mundo subdesenvolvido, 8º ano*. São Paulo: Moderna, 2006.
- PROJETO ARARIBÁ. *Geografia, 8º ano*. São Paulo: Moderna, 2007.
- VESENTINI, José W. & VLACH, Vânia. *Geografia crítica: geografia do*

64 As edições dos livros didáticos utilizados neste trabalho foram fornecidos pelas editoras. Apesar de utilizarmos a avaliação do *Guia de livros didáticos PNLD 2008*, a estrutura dos livros e seus conteúdos não apresentam mudanças substanciais a ponto de inviabilizarem este trabalho.

mundo subdesenvolvido, 8º ano. São Paulo: Ática, 2009.

4.2.1 Geografia: o mundo subdesenvolvido, de Melhem Adas

O livro do oitavo ano do ensino fundamental de Melhem Adas está estruturado da seguinte forma: Unidade I - A formação dos mundos subdesenvolvido e desenvolvido: 1. Mundo: os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos; 2. As bases históricas do subdesenvolvimento (I); 3. As bases históricas do subdesenvolvimento (II); 4. Subdesenvolvimento: fatores internos e idéias falsas; Unidade II – O mundo subdesenvolvido: 5. América Latina; 6. América Latina: países de industrialização tardia; 7. Países americanos com economias baseadas em produtos primários; 8. África: um continente sofrido e explorado; 9. África: regionalização e economia; 10. A Ásia subdesenvolvida (I); 11. A Ásia subdesenvolvida (II); 12. Oriente médio; Apêndice – Antártida: na terra do gelo, o calor da cooperação internacional. Nessa coleção, a América Latina está inserida no contexto do mundo subdesenvolvido (Unidade II), juntamente com a África e a Ásia subdesenvolvida. Trata-se dela em três capítulos, o equivalente a 60 páginas.

“O que é a América Latina?” – com essa questão se inicia a discussão sobre o tema, no capítulo 5, seguida pela explicação da herança colonial das metrópoles que impuseram seu modo de vida e seus costumes. No entanto justifica-se o nome de América Latina da seguinte forma:

Tendo-se então por base as línguas oficiais faladas na atualidade e sua predominância, o continente americano pode ser dividido em:

América Latina – que corresponde aos países de língua neolatina (português, espanhol, francês);

América Anglo-Saxônica – que corresponde aos países da língua inglesa (ADAS, 2006, p. 74).

O autor cita o Suriname e a Guiana, por exemplo, como exceções à ideia de uma divisão entre América Latina e América Anglo-Saxônica, afirmando que essa não é uma classificação rígida para a América. Ele destaca que na parte denominada “latina” há países de língua inglesa ou holandesa, mas com características históricas semelhantes aos países de língua neolatina, como o

passado colonial e o tipo de colonização. Houve certa preocupação com a contradição de incluir países de línguas não-latinas na América Latina como região linguisticamente definida, através de outras características que não a linguística.

Em outro momento, o autor propõe uma divisão baseada na geoeconomia e no nível tecnológico, em detrimento da regionalização baseada em desenvolvidos e subdesenvolvidos, considerada generalizante por ele. Criam-se três níveis: a) conjunto dos países altamente industrializados e com domínio de tecnologia de alto nível ou avançada: apenas Estados Unidos e Canadá compõem esse grupo; b) conjunto dos países de industrialização tardia e com domínio de tecnologia clássica e de alguns setores de tecnologia avançada: formado por Argentina, Brasil e México; c) conjunto dos países e dependências cuja economia se baseia em produtos primários e apresentam dependência tecnológica: formado por todos os outros países da América. Este último conjunto ainda é subdividido em: economias de base mineral e petróleo, economias de base agropecuária e economias com base na pesca.

Percebemos, através dessa classificação, que os Estados Unidos e o Canadá são diferenciados em relação ao todo do continente, no entanto não podemos afirmar que a América Latina tem a dependência tecnológica como traço comum, uma vez que Argentina, Brasil e México não são classificados assim. Dentre os países com dependência tecnológica, como citado no parágrafo anterior, há três outras categorias que classificam os países com base no setor primário da economia: mineração, agropecuária e pesca.

De acordo com esses aspectos, concordamos com a diferença entre América Latina e América Anglo-Saxônica, sendo esta última formada pelos dois únicos países altamente industrializados e com tecnologia avançada, porém não podemos aceitar uma generalização para toda a América Latina. O autor ainda destaca a presença de países cuja principal fonte de receita é o turismo ou as transações financeiras nos chamados paraísos fiscais, todos no Caribe, encerrando assim a seção:

Considere que essa é apenas uma proposta de regionalização; outros critérios podem ser criados, com a finalidade de obter maior aproximação possível da realidade socioeconômico espacial dos países americanos (ADAS, 2006, p. 80).

Na sequência, com o subtítulo “América Latina: aspectos físicos gerais”, o autor trabalha a configuração do quadro natural. Pensamos que se trata de uma tarefa árdua, e nem sempre com resultados satisfatórios, definir “aspectos físicos gerais” para uma região com as dimensões da América Latina, pois é uma porção muito extensa do continente para possíveis generalizações. Resta então como alternativa enumerar as características do relevo, hidrografia, clima, vegetação, ou partir para uma “regionalização de exceções”, afirmando características gerais que, na verdade, passam a se destacar mais por aquilo que foge à regra.

O autor preferiu a primeira alternativa: primeiro com o relevo, a diversidade de clima e vegetação da América do Sul, e depois com os mesmo aspectos para o México e a América Central. Parece-nos contraditório discutir as características citadas da América Latina através da divisão físico-geográfica usualmente aceita em América do Norte, América Central e América do Sul. Talvez o autor reconheça, mesmo que indiretamente, as impossibilidades de generalizações do quadro natural da América Latina. Questionamos ainda a possibilidade de analisar ambientes naturais com base em fronteiras de países e regiões, pois são espacialidades diferentes. Portanto atribuir determinado fenômeno natural – relevo, clima, vegetação – à América Latina, que é definida, segundo o autor, por critérios socioeconômicos e pelo passado colonial, causa certa estranheza, da mesma forma que subdividir a América Latina em América do Sul, América Central e México.

No capítulo seguinte, o autor apresenta os países da América Latina de industrialização tardia, destacando a industrialização com a internacionalização da economia:

Os investimentos estrangeiros, particularmente no Brasil, no México e na Argentina, chegaram a diversos ramos industriais, comerciais e de serviços, permitindo que, por volta de 1980, esses países completassem a Segunda Revolução Industrial, com cerca de cem anos de atraso em relação aos países centrais (ADAS, 2006 p. 93).

Identificamos a ideia de centro-periferia associada à expansão das multinacionais após a II Segunda Guerra Mundial, sendo esse o contexto histórico a partir do qual o livro trata México, Argentina e Brasil. O autor justifica que os países centrais teriam interesse nesses países periféricos devido aos seguintes fatores:

- mão-de-obra abundante e barata;
- fragilidade das organizações sindicais dos trabalhadores para combater baixos salários;
- matérias-primas também abundantes;
- ampliação do mercado de consumo, representado por uma crescente classe média urbana;
- a construção de infra-estrutura [...] por parte de alguns países subdesenvolvidos, como Brasil, Argentina, México etc.
- a necessidade de expansão do capitalismo do centro para a periferia do sistema, como condição para a sua sobrevivência (ADAS, 2006 p. 93).

Apesar das justificativas, não fica claro por que especificamente Argentina, Brasil e México receberam essa industrialização. De qualquer forma, os países citados são tratados separadamente dos demais da América Latina, exatamente por seu poder econômico e diversificação industrial; no entanto o livro dará destaque apenas para México e Argentina. Perdeu-se a possibilidade de estabelecer paralelos entre todos os países desse conjunto, mesmo que o Brasil seja tratado em outro livro da coleção exclusivamente dedicado a ele. Como afirmou o autor: “como no caso da atividade industrial, também não estudaremos aqui a agricultura do Brasil, assunto já abordado no volume da sexta série desta coleção” (ADAS, 2006, p. 98) – o que de qualquer forma não justifica a ausência total nesta parte do livro. Sequer uma pergunta ou proposta de atividades foi sugerida para incluir o Brasil nesse contexto. O livro cita o conjunto dos três países desde a abertura do capítulo, em todas as páginas (pp. 91-94) até que, sumariamente, o Brasil é excluído.

Assim, México e Argentina foram trabalhados no livro didático sob dois aspectos: indústria, com destaque para a distribuição espacial da atividade (o eixo Buenos Aires-Córdoba, na Argentina, e os complexos industriais e indústrias *maquiladoras* no México), e agropecuária, com vasto material sobre o México (o sistema dos *ejidos*, o caso Chiapas e a penetração de empresas transnacionais de alimentos) e a relevância das exportações agropecuárias argentinas, representando 50% do total de exportações.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) aparece em seguida, momento em que o Brasil volta a ser citado – apenas – e o conteúdo fica sem conexão com o restante do capítulo. A possibilidade de ligação entre essa parte do livro e a parte imediatamente anterior se dá através da Argentina. Questionamos aqui a necessidade de uma seção exclusivamente para o Mercosul, e não para a

Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), por exemplo, ou de tratar o conteúdo Mercosul a partir do contexto argentino, como foi feito com o Nafta em relação ao México.

Finalizado o conteúdo sobre Argentina e México, o capítulo da sequência trata dos “países americanos com economia baseadas em produtos primários”, dividindo-os em dois subconjuntos:

1º Economias dominadas pelas transnacionais da mineração e do petróleo – Trinidad e Tobago (petróleo e gás natural); Antilhas Holandesas, formada pelas ilhas de Bonaire e Curaçao (petróleo), Aruba (petróleo e turismo); Jamaica (bauxita e turismo, principal fonte de renda); Guiana (bauxita) e Suriname (bauxita).

2º Economias diversificadas, porém de base mineral – Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Chile (ADAS, 2006, p. 109).

É importante frisar que o autor foi o único, entre os três livros analisados, que citou as dependências do Caribe, porém situando-as na América, sem a distinção entre América Latina ou Anglo-saxônica. No primeiro grupo temos apenas caribenhos⁶⁵; no segundo, apenas países da América do Sul. Essa regionalização possibilitaria um melhor entendimento do conjunto de países, pois parte do concreto, ou seja, utiliza-se de dados da economia, o que vai muito além da tentativa de entender os países latino-americanos através da divisão entre América Andina, América Central etc. Seria mais simples, porém menos eficiente, classificar o segundo grupo como América Andina, por exemplo, incluindo a Colômbia e resolvendo a questão. O autor não parte para este tipo de generalização.

Na sequência, ainda no capítulo sobre países com economias baseadas em produtos primários, temos a classificação dos países em dependência com economia de base agropecuária e pesca. Além do aspecto econômico, o enfoque é dado para as questões geopolíticas, como é o caso do Panamá, dos carteis na Colômbia, do advento da Revolução Cubana. O autor inseriu a discussão das ilhas Falklands nesta seção do livro, onde a Argentina não aparece, mas baseia-se na produção agrícola e pecuária do arquipélago e não abre espaço para a discussão sobre a disputa entre Argentina e Reino Unido em torno da soberania em relação a essa localidade.

65 Dependendo da maneira como se entende o peso entre relações comerciais e a posição geográfica de Guiana e Suriname, pode-se incluir os dois países tanto na América do Sul quanto na América Central.

Dentro desse último grupo de países, o destaque foi para a grande concentração fundiária em países como Colômbia, Uruguai, Paraguai e na América Central, onde predominam as *plantation* para atender ao mercado externo, os esparsos progressos na área social e as dificuldades na economia.

Ao encerrarmos as considerações sobre esse livro didático, vale frisar os principais pontos relativos à América Latina: o autor parte do princípio de que a América Latina sempre sofreu exploração e dominação externa por parte das grandes potências. Quando se deu a expansão das multinacionais no período pós-Segunda Guerra, Argentina, Brasil e México teriam sido os mais capazes de receber parques industriais diversificados, mas fizeram isso tardiamente e não provocaram o avanço tecnológico esperado, bem como os avanços sociais desejados.

No restante da América Latina, ainda com base no setor primário, a situação seria pior, pois seus produtos de exportação estariam sujeitos à variação internacional dos preços, provocando enfraquecimento da economia e imobilizando esses países quanto o progresso técnico, econômico e social. O neoliberalismo, aliado à presença do FMI, aparece sem críticas explícitas à política econômica sugerida, como as privatizações, cortes de gastos públicos e arrocho salarial. Por outro lado, pudemos identificar várias tentativas de evitar explicações generalizantes, apesar da atribuição do nome América Latina à herança colonial de Portugal e Espanha, países de língua latina, e também da complicada classificação dos aspectos físico-naturais da América Latina.

Observamos uma outra proposta de análise da América Latina que não as mais “tradicionais” – totalmente baseadas no subdesenvolvimento, na exploração e na perpetuação do domínio externo sem que os latino-americanos pudesse intervir –, mostrando-se o autor predisposto a formar uma outra visão acerca dos problemas do continente, sem abandonar a ideia de Norte-Sul na DIT e as mazelas sociais que atingem a América Latina. Nas palavras finais do autor, essas características ficam evidentes:

A América Latina e suas unidades políticas fazem parte do grande conjunto de países subdesenvolvidos do mundo. Se forem mantidas as atuais e históricas relações Norte-Sul, a teimosia de dirigentes e classes dominantes em não perceber a necessidade de mudanças, se estes continuarem a não ter preocupações sociais e se as classes populares não se mobilizarem, dificilmente se construirá uma América Latina ou um mundo melhor (ADAS, 2006 p. 127).

Percebemos um direcionamento para a discussão não só dos fatores externos – exploração e domínio –, mas também uma forte preocupação com o papel das elites locais e das classes populares para promover mudanças na sociedade. A última crítica é relativa à “construção de uma América Latina ou um mundo melhor”, pois não há interdependência econômica suficiente para avaliarmos os progressos em todas as unidades políticas desse conjunto regional, portanto aguardar melhoras na América Latina como um todo seria o mesmo que avaliar a região sem levar em conta suas especificidades, com os mesmos problemas e soluções modelares.

4.2.2 Projeto Araribá – Geografia

O volume da coleção *Projeto Araribá* destinado ao oitavo ano do ensino fundamental divide-se em: Unidade 1 – Geografia e regionalização do espaço; Unidade 2 – Economia Global; Unidade 3 – O continente americano; Unidade 4 – A população e a economia da América; Unidade 5 – A América do Norte; Unidade 6 – América Central, América Andina e Guianas; Unidade 7 – América Platina; Unidade 8 – O Brasil. Cada unidade é subdividida em quatro *temas* relativos ao assunto principal. Essa coleção de livros didáticos de geografia não possui um autor, pois é concebida, desenvolvida e produzida pela própria editora, como obra coletiva.

Como percebemos acima, a América Latina não apresenta uma unidade específica ou um *tema* que a comporte. Os autores preferiram então trabalhar a América valendo-se, sobretudo, de sua divisão físico-geográfica em América do Norte, América Central, América Andina, Guianas, América Platina e Brasil. Para questões como clima, relevo e vegetação, entre outras, preferiu-se trabalhar o continente americano como um todo, mas para o tratamento de questões relativas a população e economia distinguem-se América Anglo-Saxônica e América Latina.

No entanto, ainda na primeira unidade, a América Latina já aparece no livro. No *tema 3*, há um tópico sobre “os países do Norte e os países do Sul” situando a América Latina:

Já o Sul, de forma geral, é constituído por países da América Latina, África, Ásia (exceto Japão) e Oceania (exceto Austrália e Nova Zelândia). Todos eles apresentam problemas sociais em maior ou menor escala. O nível de desenvolvimento também varia: o desempenho econômico de países como o Brasil, México e África Sul, por exemplo, é bem maior que o dos países como Haiti, Moçambique e Bangladesh (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 29).

Os autores consideraram simbólica essa regionalização, uma vez que o Norte e o Sul não estão delimitados pela linha do Equador, mas os países desenvolvidos estariam na porção norte do planeta, enquanto os subdesenvolvidos na porção sul. Acrescentaríamos outros aspectos “simbólicos” dessa regionalização: Austrália e Nova Zelândia estão na porção norte do planeta? Cazaquistão, Turcomenistão, Moldávia, entre outros, pertenceriam realmente ao Norte desenvolvido? Consideramos que, se usarmos os mesmos critérios socioeconômicos, diríamos que: sim, Austrália e Nova Zelândia são desenvolvidos, mas estão longe da porção norte do planeta; e não, os países citados na segunda pergunta, além de outros, não fariam parte do Norte desenvolvido.

E a América Latina? O livro didático situa a América Latina, logo no primeiro contato com este conteúdo, no contexto do subdesenvolvimento e, mesmo que se ressalvem as diferenças dentro dessa massa gigantesca do Sul subdesenvolvido, essa classificação é acima de tudo generalizante, se não garantirmos os elementos necessários para diferenciações entre os países desse conjunto, para além do desempenho econômico.

Na unidade três, que trata especificamente do continente americano, a América Latina volta a aparecer através da regionalização da América por critérios socioeconômicos, dividindo-se esta entre latinos e anglo-saxões. A justificativa inicial levou em consideração a colonização por povos de línguas latinas, ampliando-se adiante para países de língua não-latinas, como a Jamaica e o Suriname, citados como exemplo.

Isso acontece porque o critério passou a levar em conta outros aspectos, tais como predominância da religião católica e desequilíbrio das condições socioeconômicas da população, com muitos de seus habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza.

Os integrantes da América Latina pertencem ao grupo dos **países subdesenvolvidos**. Caracterizados pelo baixo nível de desenvolvimento econômico, muitos deles produzem e exportam matérias-primas agropecuárias ou minerais para os países desenvolvidos e importam

tecnologia e produtos industrializados (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 66).

Lendo atentamente o texto citado, parece-nos que classificar os países como latino-americanos seria algo semelhante a classificar os países em Norte ou Sul, de acordo com sua condição. Seria como incluir na América Latina somente países que cumprissem tais requisitos de pobreza e dependência, criando e perpetuando um aspecto negativo definidor da região. Questionamos ainda o uso da religião para critério de regionalização e sua espacialidade: as regiões povoadas por hispânicos católicos nos Estados Unidos deveriam ser consideradas como parte da América Latina? Não acreditamos nessa possibilidade exatamente porque não se trata de um critério adequado para definir a América Latina, principalmente associada aos critérios de subdesenvolvimento, sem um estudo refinado da influência do catolicismo nos povos latino-americanos e sua consequência para o desenvolvimento dos países da região.

Além disso, posiciona-se com muita simplicidade a América Latina na DIT – “exportam matérias-primas e importam tecnologia e industrializados” –, sem considerar-se a diversificação das atividades econômicas, inclusive industriais, na região. A questão na colonização de exploração também é lembrada:

Na América Latina prevaleceu a colonização de exploração, cujas principais características eram: escravização dos povos indígenas da América e dos africanos, que eram trazidos à força pelos colonizadores; extração abusiva de recursos minerais e vegetais; e utilização de extensas propriedades rurais monocultoras para o plantio de produtos destinados ao mercado externo (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 66).

São evidentes as características marcantes da colonização de exploração, porém o trecho citado não está contextualizado e não explora o conteúdo. As informações permanecem em um quadro que tem um fim em si mesmo. Então por que não acrescentar que esses elementos também caracterizaram a porção sul dos Estados Unidos durante boa parte de sua história? Ou mesmo acrescentar as experiências de colonização de povoamento na América Latina? Seriam boas oportunidades para fugir do senso comum e estabelecer pautas menos rígidas para o entendimento da colonização da América.

No aspecto populacional, aparece novamente a clivagem entre América Latina e Anglo-Saxônica quando se trata da questão do crescimento demográfico.

Os autores apoiam a constatação de que as taxas de crescimento populacionais são desiguais nas duas partes do continente e argumentam que, ao contrário do que os especialistas da década de 1960 consideravam, as elevadas taxas de crescimento populacional na América Latina não são responsáveis diretas pelo subdesenvolvimento: “as razões dos problemas sociais na América Latina encontram-se fundamentalmente na distribuição desigual da riqueza” (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 89). A análise populacional através de dados demográficos, como as taxas de natalidade, mortalidade e expectativa de vida, indica grandes disparidades entre a América Latina e regiões mais desenvolvidas.

No entanto, observemos os exemplos citados a seguir: “[...] Argentina, o Uruguai e o Chile, apresentam pirâmides etárias parecidas com as dos países desenvolvidos do continente [...]” (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 91). Como estratégia para escapar das generalizações, os autores citam alguns países da América Latina que não se encaixam totalmente na afirmação de que na região predomina a população jovem. Criam-se assim exceções, tornando mais complicado estabelecer uma interpretação da população da América Latina: faz-se uma generalização para logo a seguir se afirmar que “não é bem assim”.

A divisão entre América Latina e América Anglo-Saxônica persiste nos tópicos sobre a exploração de recursos naturais, agropecuária e indústria – atentaremos apenas para a América Latina nesses tópicos. Quanto aos recursos naturais, o fato mais marcante é a dependência de capitais e tecnologias externas para a pesquisa, extração e beneficiamento, o que deixa os países latino-americanos sem alternativas a não ser conceder as referidas atividades às transnacionais, sediadas em países desenvolvidos. Os autores assim ilustram a situação:

Estados Unidos e Canadá utilizam modernas técnicas para a extração de minerais. Nesses países, as leis ambientais controlam a produção das empresas, por meio de fiscalização rigorosa e aplicação de pesadas multas aos infratores.

Para evitar este tipo de fiscalização, economizar suas reservas e obter mais lucros, várias empresas mineradoras da América Anglo-Saxônica migraram para a América Latina, onde encontraram grande quantidade de recursos minerais, poucas leis contra a exploração predatória e mão-de-obra barata (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 93).

O sentido de exploração e dominação, mesmo que não explicitado, está presente no trecho. Poderíamos acrescentar o papel das grandes empresas estatais

de mineração em vários países, ou as de administração mista com importante participação do Estado, para relativizar as afirmações e abrir caminhos para várias exceções a essa generalização.

Na agropecuária, afirma-se que a produção está voltada para o mercado externo, praticada sobretudo em grandes propriedades. São apresentados países totalmente dependentes da exportação de produtos agropecuários e com muitos problemas de infraestrutura e produtividade.

Em geral, utilizam-se de técnicas rudimentares na produção agropecuária, o que resulta em baixa produtividade. Seus investimentos em mecanização, fertilização, drenagem e recuperação dos solos são inexistentes ou escassos.

Em contrapartida, países como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile apresentam, em seus territórios, regiões onde a produção agropecuária emprega máquinas e tecnologia, o que os leva a obter alta produtividade (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 95).

Aqui encontramos duas maneiras diferentes de assumir uma interpretação geral, aliás o parágrafo começa afirmando isso: “em geral”, a agropecuária latino-americana é uma fracasso e, apesar de os países dependerem dessa atividade, não se obtém uma grande produtividade no solo. As exceções, mais uma vez presentes, caem em outro argumento generalizante: Brasil, Argentina, México e Chile possuem agricultura moderna em algumas regiões de seus territórios, sem contar os estágios desse tipo de uso do solo, sua espacialidade e as contrapartidas dessa modernização da agricultura, principalmente quando se compara com a produção de Estados Unidos e Canadá.

No mesmo capítulo, os autores apresentam o setor secundário da América Latina, afirmando que ela se industrializou tardiamente, e se “caracteriza pela grande dependência do capital e da tecnologia provenientes principalmente de empresas [...], sediadas na América Anglo-Saxônica, na Europa e no Japão”, porém admitem que “o processo de industrialização na América Latina ocorreu de maneira desigual” (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 99). Eles mostram que o Brasil, o México e a Argentina são países mais industrializados e possuidores do parque industrial mais diversificado e moderno em relação aos outros países da região, apontados como dependentes de tecnologia.

Acerca do setor terciário, o foco fica no “inchaço” populacional nos grandes centros urbanos e no agravamento dos problemas sociais nas grandes metrópoles

latino-americanas. Outro tópico levantado trata da relação entre tecnologia e desemprego com o mercado informal.

Terminadas essas discussões, o livro didático passa a tratar separadamente de cada unidade físico-geográfica da América – América do Norte, América Central e América do Sul –, e as análises através da divisão América Latina e América Anglo-Saxônica cessarão.

A leitura mais acurada dos capítulos relativos à América Latina no livro em análise leva a perceber as tentativas de generalizações a cada divisão entre latinos e anglo-saxões no continente. Optou-se pelo que chamamos de “regionalização de exceções”, quando se tentam traçar aspectos gerais, obrigando o surgimento uma leva de exceções à regra, como nas seguintes afirmações: a América Latina possui agricultura rudimentar, população jovem, economias dependentes do setor primário, linguisticamente ibérico, com colonização de exploração no passado colonial, mas com várias situações que se contradizem e são consideradas desvios do que a América Latina “deveria ser”, segundo os autores do livro. Pouco se enfatiza a processualidade dos fenômenos sociais na construção do espaço geográfico, dificultando a comparação, a reflexão e a criticidade, causados sobretudo pelas simplificações nos temas de cada capítulo em que a América Latina é abordada.

Um dos pontos positivos do livro refere-se ao tratamento dado ao quadro natural do continente. O relevo e a hidrografia são trabalhados juntos, bem como o clima e a vegetação, numa escala sem divisões associadas à América Latina ou Anglo-Saxônica, livrando-se da confusão entre critérios físico-naturais e socioeconômicos. No entanto, o esquema estrutural da sequência dos assuntos obedece ao padrão natureza-homem-economia (N-H-E), desfavorecendo ainda mais as interrelações entre os diversos fenômenos e processos.

4.2.3 Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido, de José W. Vesentini e Vânia Vlach

O livro proposto por Vesentini e Vlach para o oitavo ano do ensino fundamental apresenta quatro unidades e 16 capítulos, organizados do seguinte

modo: Unidade I. Como regionalizar o espaço mundial? – Capítulos: 1. O mundo atual: unidade e diversidade; 2. Continentes e paisagens naturais; 3. Norte e Sul: uma regionalização; 4. o Sul subdesenvolvido; 5. Os países do Sul: características e contrastes; Unidade II – América Latina – Capítulos: 6. A América Latina em conjunto; 7. México; 8. América Central; 9. América Andina e Guianas; 10. América Platina; 11. Brasil; Unidade III – África – Capítulos: 12. A África em conjunto; 13. África: conjuntos regionais; Unidade IV – Ásia – Capítulos: 14. Oriente Médio; 15. Sul da Ásia ou “subcontinente indiano”; 16. Sudeste e Leste da Ásia; 17. O Dragão e os Tigres Asiáticos.

Apesar de a América Latina ser assunto do capítulo 6, o capítulo 4 sobre o Sul subdesenvolvido já insere a região nesse conjunto:

Um dos traços mais marcantes do subdesenvolvimento é a industrialização precária. É o que acontece com grande parte dos países do Sul, em sua maioria localizados no continente africano, na América Latina e na Ásia: embora alguns deles sejam bastante industrializados e em outros o setor industrial esteja em franca expansão, sua economia baseia-se principalmente na agropecuária e na mineração. Assim, nesses países a atividade industrial é frágil e predominam as indústrias leves ou de bens de consumo não duráveis (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 57).

Trata-se de um texto introdutório acerca de uma grande parte do mundo, o Sul subdesenvolvido, que é o fio condutor de todo o livro. Curiosamente ficam fora do Sul subdesenvolvido os países da Ásia Central (Cazaquistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Quirguistão), entre outros, além de incluírem-se nesse grupo a Coreia do Sul e Cingapura, países que muitos especialistas acreditam pertencer ao grupo do Norte desenvolvido, dados os indicadores sociais e econômicos que apresentam. Preocupados com as evidentes diferenças entre os países do Sul, os autores dedicam dois parágrafos para elucidar a questão, podendo servir como base para outras discussões, tanto sobre aspectos econômicos quanto sobre os aspectos culturais.

Os países do Sul são bastante diferentes entre si: alguns são muito industrializados, ao passo que outros quase não têm atividade industrial; a renda *per capita* e o padrão de vida de alguns são relativamente elevados, mas há países em que esses indicadores apresentam níveis baixíssimos. As diferenças culturais entre os países do Sul também são grandes – em várias regiões, como o Oriente Médio, o norte da África e algumas localidades do sul e sudeste da Ásia, predomina a religião muçulmana; em outras, como a América Latina, o catolicismo é majoritário; em algumas,

como é o caso de boa parte da África, mesclam-se diferentes religiões (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 58).

Assim, nesses dois parágrafos, os autores estabelecem algumas diferenças entre os países do Sul. Pode-se considerar uma argumentação exageradamente breve acerca da problemática que envolve o agrupamento de regiões enormes, compostas por inúmeros países. No entanto os autores se empenham em traçar paralelos que justifiquem as semelhanças entre os países subdesenvolvidos, como nos tópicos acerca das origens do subdesenvolvimento. Chega-se a dizer que Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia “nunca foram colônias de fato” (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 58). Essa afirmação chega a desprezar momentos históricos pelos quais passaram esses países, como se a metrópole britânica nunca houvesse tido interesse por recursos provenientes dessas colônias, mesmo que elas fossem de povoamento. Quando nos deparamos com o argumento de que as origens do subdesenvolvimento devem-se ao tipo de colonização vigente durante a maior parte do período colonial, temos a impressão de que não há mais nada a ser feito, pois já teríamos todas as explicações. Vejamos nos trechos abaixo:

As colônias de exploração, como o México, o Brasil, o Peru e a Bolívia, em sua maioria localizadas em áreas tropicais, serviam exclusivamente de fonte de riquezas para os países da Europa ocidental, suas metrópoles. Contando com trabalho intensivo, mão-de-obra mal remunerada e preços baixos, produziam os gêneros mais procurados no mercado europeu, como ouro, prata, açúcar, fumo e algodão. Essas foram as colônias típicas do período. Como não constituíam áreas a serem povoadas, seu futuro pouco importava aos colonizadores (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 58).

Primeiro, questionamos o papel da Bolívia e do Peru como países tropicais, dada a altitude elevada de grande parte de seu território; depois, notamos certa contradição em apelar para as condições climáticas, situando os países dentro da zona tropical como fornecedores de riquezas como ouro e prata. Pensamos que não há qualquer relação entre clima e produção de recursos minerais, nesse caso. Outra questão é o desprezo pela formação de entrepostos de abastecimento, vilas e outros núcleos de povoamento necessários à ocupação, mesmo que de exploração. Sem esse elemento, tem-se a ideia de que os colonizadores, como pessoas físicas e não como Estado, chegariam aqui retirando tudo o que pudessem e retornariam para a Europa. Porém a discussão permanece:

Embora o território argentino também tivesse características de área temperada, abrigava grande quantidade de prata, que foi descoberta pelos espanhóis (daí a origem da palavra *argentina*, do latim *argentum*, que significa “prata”). Isso acabou atraindo aventureiros e exploradores desejosos de obter riquezas e voltar à Europa (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 59).

Em outras palavras: será que os autores tentaram justificar o porquê do subdesenvolvimento argentino, embora o país tivesse, no passado, condições para fazer parte do Norte desenvolvido, como Austrália e Nova Zelândia, principalmente por causa do clima temperado? Será que a presença de prata teria atrapalhado e se tornado fatal para o desenvolvimento argentino? Como justificamos o fato de que, nas primeiras décadas do século XX, a Argentina pertencia ao seletivo grupo das economias mais dinâmicas do mundo?

Destacamos que milhões de imigrantes recém-chegados da Europa transformaram a antiga colônia argentina numa potência agrícola. A exportação de alimentos para os mercados dos países ricos sustentou o crescimento econômico invejável e fez do país um ator central no comércio global. Donos da sexta maior renda *per capita* mundial, nas primeiras décadas do século XX seus habitantes desfrutavam de uma qualidade de vida sem paralelo na América Latina. Esses fatos justificaram as pretensões argentinas de rivalizar com os Estados Unidos pela influência na região (CERVO & RAPOPORT, 1998, p. 56; ALBUQUERQUE, 1999, p. 2). Ainda com base no tipo de colonização – povoamento *versus* exploração – os autores apresentam os motivos pelos quais os Estados Unidos se tornaram uma grande potência industrial:

As colônias de exploração se estabeleceram também no sul dos Estados Unidos, com base na cultura do algodão e emprego de mão-de-obra escrava. Entretanto, o tipo de colonização predominante no norte foi o de povoamento. Com a independência em relação ao Reino Unido, sua metrópole, e mais tarde a guerra civil (1861-65), que opôs o sul ao norte dos Estados Unidos, o norte industrializado acabou predominando sobre o sul agrícola atrasado. Isso fez com que os Estados Unidos se tornassem uma nação moderna em vez de um país do Sul subdesenvolvido (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 59).

Esses argumentos reduzem ao tipo de colonização o destino econômico de um país. Claro que há outras questões envolvidas, entre elas a liberdade de comércio e produção de manufaturados, a adoção de políticas favoráveis ao

desenvolvimento, os processos de independência e a relação com as antigas metrópoles, a educação etc. Os autores acrescentam outras características, como: democracia frágil ou inexistente, autoritarismo e corrupção, e industrialização fraca. Este último ponto volta a tocar à América Latina de maneira central, destacando-se a industrialização tardia, primeiro com o sistema de substituição de importações, que evoluiu com o passar das décadas para a fabricação e exportação de “automóveis, eletrodomésticos e até computadores, mas a maioria ainda importa tratores, locomotivas, máquinas e outros bens produzidos pelas indústrias pesadas, além da tecnologia avançada” (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 63).

Ainda no contexto da divisão Norte x Sul, as características e contrastes do Sul subdesenvolvido aparecem detalhadas em cada região assim classificada. São elas: América Latina, China e Tigres Asiáticos, África, Oriente Médio, Sul da Ásia, Sudeste da Ásia e Extremo Oriente e a periferia da Oceania, todos formando o Sul subdesenvolvido. Os destaques sociais na América Latina são: o baixo padrão de vida, em comparação à América Anglo-Saxônica, e a distância entre pobres e ricos na região, configurando uma elevada concentração de renda. No âmbito econômico, são apresentados os motivos para o papel secundário que os países latino-americanos viriam a desempenhar na segunda metade do século XX. Os autores citam como principais motivos para tal fato: baixo crescimento econômico dos países latino-americanos a partir da década de 1980, inclusive abaixo da média mundial, e a preferência por mão de obra barata dos países asiáticos, mesmo com os investimentos em infraestrutura dos latino-americanos. Além disso, há o baixo investimento em educação, os entraves burocráticos, a elevada carga tributária e mercado consumidor incipiente (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 68-69).

Insistimos em alertar para os argumentos generalizantes: os argumentos anteriores valem para os países com alguma industrialização, o que não significa que, se não forem industrializados, os países não terão possibilidade de alcançar uma boa qualidade de vida para a população. Foi o que notamos com o IDH elevado de Barbados, Costa Rica, Bahamas, Chile e Uruguai, para citar alguns exemplos, países que, no entanto, não apresentam uma industrialização forte. Se limitarmos a discussão do desenvolvimento industrial, abordando países como Argentina, Brasil e México no que concerne a esse aspecto, poderíamos obter mais sucesso em nossas análises, deixando essa parte da América Latina mais próxima de sua realidade, e o

mais distante possível das generalizações.

No capítulo específico sobre a América Latina, buscaremos nos concentrar nas razões para a divisão entre esta e a América Anglo-Saxônica, a situação de desenvolvimento e dependência dos países latino-americanos, e as diferenças entre eles, além da questão sobre uma América Latina unida. Todos esses assuntos são abordados na sequência do livro didático.

O capítulo sobre a América Latina inicia-se com duas importantes reflexões introdutórias: uma, muito recorrente, sobre a caracterização linguística da América Latina, e outra sobre a unidade latino-americana:

Inúmeras línguas de origem pré-colombiana são praticadas por pequenos grupos em vários países [...]. A colonização da América Latina não foi feita exclusivamente por espanhóis e portugueses, mas também por holandeses, franceses e ingleses. Além desses povos, veio para o continente um grande número de africanos, que foram trazidos como mão-de-obra escrava. É por isso que podemos observar nos países latino-americanos a presença marcante dos idiomas desses ex-colonizadores e sua mesclagem com línguas africanas ou indígenas [...]. Pode-se perceber que a América Latina não é exclusivamente latina – ao contrário, constitui uma multiplicidade de nações ou países com a presença de inúmeras línguas (por vezes essa variedade ocorre dentro de um mesmo país) (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 82).

Essa sequência aponta para a relativização da latinidade da região, ao considerar as línguas indígenas e de origem africana, e suas variações ao se mesclarem com o espanhol, inglês, francês e português. Em seguida, sobre o elemento unificador do conjunto de países da América Latina, os autores defendem que

A resposta é bastante complexa, porque a América Latina é formada por um conjunto de países bastante diferentes entre si. Os elementos que dão um certo sentido a esse conjunto, isto é, ao próprio nome *América Latina*, são basicamente a formação histórica e a atual situação de dependência e subdesenvolvimento, que serão estudadas a seguir (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 82).

Segundo os autores, a ideia principal para o subdesenvolvimento e dependência dos países latino-americanos reside, após passar pela experiência da colonização de exploração, na subordinação às potências de cada período histórico, sob o subtítulo “sai o Reino Unido, entram os Estados Unidos” (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 84). Apenas as elites políticas e econômicas continuariam a ser

beneficiadas nas alternâncias de poder, inclusive por possuírem intensas relações econômicas com o exterior.

Assim, teríamos a política econômica voltada para atender aos mercados externos influenciando a ocupação das terras agrícolas e a destinação dos produtos de melhor qualidade para exportação. Por isso, mesmo com a mudança da potência dominante, a situação pouco mudaria para as classes mais populares, que continuaria marginalizada, mas beneficiando as classes dominantes. A desigualdade social é apontada como um dos principais problemas latino-americanos, acarretando baixa qualidade de vida, se considerarmos o analfabetismo e a baixa expectativa de vida, por exemplo. No entanto os autores alertam para o seguinte fato:

A situação de carência dos povos latino-americanos, salvo raríssimas exceções, não se limita às taxas de analfabetismo e expectativa de vida – ela se estende a outros indicadores da qualidade de vida dos habitantes, como moradia, número de hospitais e consumo diário de alimentos. A América Latina possui inúmeros países e regiões que lembram as nações mais pobres do mundo, normalmente localizadas na África subsaariana. Contudo, possui também alguns países e áreas que se assemelham aos países menos ricos do Norte, como Espanha, Portugal e Irlanda (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 85).

É importante frisar que os autores procuram evidenciar os contrastes internos da América Latina, estabelecendo comparações com outras realidades, a título de ilustração, como em outro trecho no qual se aponta a expectativa de vida do Haiti, Bolívia e Belize entre 54 e 58 anos, confrontando-a com a do Uruguai, Bahamas e Chile onde ela pode chegar a 74 anos de idade. Apenas consideramos o encadeamento de ideias sem conexões visíveis, pois parte da ideia de subordinação às diversas potências que exerceram seus domínios sobre os territórios latino-americanos, seguindo para críticas às classes dominantes e sua política de atender ao mercado externo, chegando à discussão acerca da qualidade de vida e das desigualdades sociais, tudo em apenas nove parágrafos, em duas páginas (p. 84-85). Acrescentaríamos ainda a crítica de que a América Latina também possui regiões com indicadores socioeconômicos que se assemelham aos países mais ricos do Norte desenvolvido, não apenas aos menos ricos, como citado.

Uma outra causa apontada para o subdesenvolvimento da América Latina é o populismo, caudilhismo e coronelismo. Os autores apresentaram o tema como uma característica marcante para toda a América Latina, como no trecho seguinte: “por

isso, em geral, na América Latina as elites dominantes são antidemocráticas e extremamente autoritárias” (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 86). Não negamos o peso que os governos antidemocráticos desempenharam contra a melhoria da qualidade de vida dos latino-americanos, mas sempre observaremos as tentativas de soluções generalizantes para todos os países da América Latina, rotulando-os através de suas “semelhanças”, como o tipo de colonização, o subdesenvolvimento, a dependência e o autoritarismo político.

Um aspecto positivo nesse capítulo do livro é a tentativa de salientar as diferenças entre os países latino-americanos (“as grandes diferenças entre os países latino-americanos”, p. 87). O primeiro destaque vai para as disparidades entre as economias nacionais, em que os autores citam países de economia frágil como El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Haiti, ao lado de economias fortes, como as de México e Brasil.

Apesar da tentativa de expor as grandes disparidades, acrescentamos que as economias mais frágeis são dos caribenhos Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Granada, São Cristóvão e Névis e Dominica. Aqui pode estar implícita uma discussão sobre a inclusão ou não do Caribe na América Latina, ou pelo menos de seus Estados de menor extensão territorial, uma vez que eles pouco são citados para comparação, confrontação ou exemplificação das informações e argumentos discutidos.

Outro destaque vai para as disparidades dentro das grandes metrópoles da região, onde a pobreza extrema convive com o luxo da minoria. É certo que os autores poderiam ter explorado outros aspectos que apontassem para a maior diversidade de realidades na América Latina.

Uma inovação que detectamos no livro em análise foi a preocupação com a possibilidade de unificação latino-americana. As questões levantadas pelos autores são importantes para o início de debates sobre a integração: “que tipo de integração? Por quem será feita? Quem ela beneficiará? Como as particularidades de cada país serão respeitadas em uma unidade continental?” (VESENTINI & VLACH, 2009, p. 87). As questões são importantes, se bem trabalhadas, para evitarmos que o senso comum domine os debates acerca do assunto, e possamos assim fazer análises cuidadosas e sem preconceitos, perseguindo a formação de alunos críticos.

No seus capítulos seguintes, o livro trata das diferentes partes do continente valendo-se da divisão físico-geográfica – América do Norte, América Central e América do Sul –, em que as discussões acerca do conjunto da América Latina perdem sentido. Poderemos apontar este livro didático como o que mais utilizou elementos para uma caracterização adequada da América Latina, fugindo inclusive das armadilhas da caracterização do quadro natural da região, concentrando-se sobretudo nos aspectos socioeconômicos.

Ainda vale destacar a habilidade com que foi tratado o nome “América Latina” sem usar o limitador critério linguístico, mas não poderíamos deixar de reparar nas generalizações e simplificações, em grande parte para justificar determinada ideia apresentada, mas com poucos elementos para uma análise embasada, além da carência de encadeamento do conteúdo em vários pontos do texto.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

Os livros didáticos apresentaram muitas semelhanças em suas análises sobre a América Latina, usando praticamente os mesmos conceitos e bases teóricas para a compreensão da realidade dessa região. No entanto o enfoque de cada livro partiu de pontos de vista diversos, pautando-se por diferentes aspectos. Observamos que em todos eles aparecem as explicações generalizantes e a tentativa de entender a América Latina como única. Em algumas partes dos textos, havia análises mais específicas de determinados grupos de países, como os casos em que Brasil, Argentina e México foram citados – com frequência – como principais potências do continente, porém sempre ligados a uma explicação do “todo” latino-americano como ponto de partida.

O livro *Geografia: o mundo subdesenvolvido*, de Melhem Adas, foi o único que combinou a análise do quadro natural aos critérios de divisão da América Latina em relação ao continente, deixando a impressão de que há características gerais latino-americanas até no meio físico. Por outro lado, tentou fugir dos argumentos generalizantes, analisando a América Latina a partir da importância econômica dos países e dependências, criando uma alternativa de entendimento da região a partir

de um dado concreto.

O livro *Geografia*, do *Projeto Araribá*, valeu-se de explicações mais simplificadoras e próximas do senso comum, inovando pouco na contextualização da América Latina para além do conteúdo tradicional (colônias de exploração, dependência e problemas sociais). Ao dividir praticamente todas as análises da América entre latinos e anglo-saxões, favoreceu a criação de estereótipos de um lado e de outro. Diferentemente de outros livros, buscou a análise do quadro natural da América sem utilizar a divisão socioeconômica do continente.

Geografia Crítica, de Vesentini e Vlach, certamente foi o livro que incorporou mais fatores sobre a América Latina, enriquecendo as análises e favorecendo os debates. Criou-se uma possibilidade para a relativização de determinados argumentos, principalmente aquele que pretendem definir a América Latina como uma região homogênea e linguisticamente latina, pois recorreu a outras línguas, africanas e indígenas inclusive, numa postura que evita a exclusão de povos não-latinos. Apesar dessa proposta, os autores incorreram em procedimentos excludentes em várias oportunidades, sobretudo ao tentar abarcar vários temas num mesmo tópico, recorrendo a explicações mais generalizantes e desconexas entre si.

Como um esforço de síntese que finalize nossa análise dos livros didáticos, apresentamos o quadro que segue.

Formação da ideia de América Latina	<i>Geografia: o mundo subdesenvolvido</i>	<i>Projeto Araribá</i>	<i>Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido</i>
Origem do nome	Ausente	Ausente	Ausente
Caracterização da América Latina enquanto região	Baseado principalmente no aspecto linguístico, seguido pelo tipo de colonização predominante e situação de dependência.	Baseado principalmente no aspecto linguístico, seguido pelas condições socioeconômicas da população.	Baseado principalmente no tipo de colonização predominante, seguido pela situação de dependência.
Características socioeconômicas	Países com industrialização tardia (Argentina, Brasil e México) e países exportadores de produtos primários e com dependência tecnológica. Parte do Sul subdesenvolvido.	Integra o grupo dos países subdesenvolvidos, caracterizados pelo baixo nível de desenvolvimento econômico, exportadores de matérias-primas e consumidores de tecnologia e produtos industrializados.	Integra o Sul subdesenvolvido em situação de dependência de tecnologias do Norte desenvolvido.
Principais	Fome, miséria e	Fome, elevadas taxas de	Taxas de analfabetismo,

problemas sociais apontados	elevadas taxas de mortalidade.	analfabetismo, baixa expectativa de vida e mortalidade infantil.	baixa expectativa de vida, baixa qualidade de vida, falta de moradia e hospitais e baixo consumo diário de alimentos.
Aspectos positivos	Tratados como exceções a partir dos principais problemas sociais e econômicos.	Tratados como exceções a partir dos principais problemas sociais e econômicos.	Países com boa qualidade de vida e economias fortes, dentro do enfoque das diferenças entre países latino-americanos.
Conceitos	Região	Região	Região
Base teórica ao situar a região na ordem mundial	Divisão Internacional do Trabalho (DIT); divisão Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido; subdesenvolvimento e dependência.	Subdesenvolvimento (porém não permeia todo o conteúdo porque é apenas citado).	Divisão Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido; subdesenvolvimento e dependência.

Quadro 1 – Síntese do conteúdo sobre América Latina nos livros didáticos analisados
Elaborado pelo autor.

O quadro estabelece a síntese dos principais pontos observados nos livros didáticos analisados acerca da América Latina. A característica que provavelmente chama mais a atenção é a ausência total da discussão sobre por que existe uma América “latina”. Questões sobre a origem desse rótulo para uma parte do continente sequer foram sugeridas, pois se utilizou como argumento a língua dos colonizadores, principalmente portugueses e espanhóis. Mesmo assim, todos os autores refutaram esse argumento como explicação para a subdivisão do continente entre latinos e anglo-saxões, recorrendo a outros aspectos, como o tipo de colonização, a dependência e os dados socioeconômicos. Sendo assim, a construção da ideia de América Latina, a partir do contexto em que o nome surge, fica abandonada, e cria-se uma região unificada sobretudo pelos problemas.

A situação econômica da América Latina também é tratada como um marcante traço generalizante, embora com intensidades diferentes, pelo passado de colonização de exploração e pelo subdesenvolvimento. Descolam-se de tais traços, que os livros didáticos apontam como consequências, todas as situações de desigualdades sociais associadas à baixa qualidade de vida.

Os aspectos positivos foram apresentados como exceções às condições existentes, desvio ao “predomínio” de determinada característica: há o predomínio de países dependentes de tecnologia, mas há o destaque para Argentina, Brasil e

México; há o predomínio de baixa expectativa de vida, mas há os casos de Uruguai, Chile e Argentina; enfim, para o analfabetismo, o baixo IDH, a má distribuição de renda, entre outros indicadores.

Os livros didáticos foram unânimes em situar a América Latina no Sul subdesenvolvido. O livro *Geografia: o mundo subdesenvolvido*, de Melhem Adas, foi aquele que procurou estabelecer uma base teórica maior, discorrendo sobre outras formas de regionalização, como o Terceiro Mundo, durante a Guerra Fria, os países em desenvolvimento e os emergentes. Além disso, foi o que mais se esforçou para discutir o subdesenvolvimento não apenas como resultado da dominação externa, mas de causas internas importantes, como a influência das oligarquias, a corrupção e as ditaduras.

O livro *Geografia*, do *Projeto Araribá*, discute sucintamente a questão e apresenta o assunto em poucas linhas, sem estabelecer conexões significativas com o conteúdo sobre a América Latina, pois se preocupou mais em estabelecer diferenciações entre essa região e a América Anglo-Saxônica.

O livro *Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido*, de Vesentini & Vlach, assume como principal causa para o subdesenvolvimento a herança da colonização de exploração, fazendo esse argumento permear toda a discussão acerca da condição socioeconômica latino-americana. Apesar desse argumento limitador, os autores estabelecem outras relações associadas à ideia de exploração, como o populismo, o caudilhismo e o coronelismo como fatores internos importantes. Esse livro apresentou-se mais contundente para expor as grandes diferenças entre os países latino-americanos, inclusive questionando a unidade um grupo tão diverso de países.

Nenhum dos livros discutiu a pertinência da América Latina como região. Mesmo Vesentini & Vlach, que se mostraram mais atentos à questão das diversas realidades, procuraram elementos unificadores para justificar a ideia de América Latina. Para tanto, fez-se necessária uma enorme quantidade de generalizações e simplificações – e, por isso mesmo, várias exceções –, tratando a América Latina como uma região homogênea, assumindo-a como produto do período colonial que sempre existiu a partir da chegada dos europeus.

O silêncio acerca das origens do nome da região certamente leva os livros didáticos a procurarem elementos para uma caracterização geral da América Latina.

Percebemos, nessas obras, um procedimento de buscar justificar a existência da América Latina, uma vez que ela consta nos mapas, mesmo que não haja consenso sobre seus limites, países integrantes e as reais possibilidades de unidade. Consideramos que a busca pelas origens da ideia de América Latina seria uma das possibilidades de entendermos a região, a partir do contexto do século XIX com as pretensões francesas no México e em outras partes da América, com a ideia de unidade contra o imperialismo estadunidense e com o arielismo. No entanto os autores dos livros didáticos analisados assumem uma América Latina pós-Cepal, quando se populariza o nome mas ele perde toda a sua carga histórica, focando-se a região sob aspectos unicamente socioeconômicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

– *Cubanos, colombianos, bolivianos, argentinos, são todos mexicanos, certo?*
– *Não mesmo!*
– *...todos ao sul da fronteira!*
(trecho do filme *Um dia sem mexicanos*)

Durante todo o curso deste trabalho, consideramos elementos que possibilitaram a análise sobre a possível unidade da América Latina. Desde o princípio, acreditamos que essa pretensa unidade não existe, seja qual for o critério utilizado. Considerar que todos os países da região estariam inseridos em um mesmo contexto histórico, socioeconômico ou cultural seria extremamente generalizante. Do ponto de vista do contexto histórico, seria desprezar as particularidades na formação de cada país; segundo os critérios socioeconômicos, a situação é ainda mais grave, pois a maioria dos países sequer apresenta uma razoável homogeneidade no que diz respeito a sua própria população, muito menos seria possível agrupar Argentina e Bolívia ou Barbados e Haiti em uma mesma realidade; a diversidade cultural também é interna a cada país, complicando-se ainda mais com os debates acerca das identidades nacionais, das reivindicações identitárias indígenas e dos movimentos negros, entre outros fatores não trabalhados nesta pesquisa.

A hipótese norteadora deste trabalho vai ao encontro do exposto acima: os livros didáticos mostraram que há possibilidades de unidade, e a ideia de América Latina e sua existência não precisa ser discutida. Dentre os livros didáticos analisados, pudemos verificar que nenhum procurou a origem do nome América Latina, preferindo partir direto para sua caracterização, definindo seus traços mais gerais. Como vimos, a origem do nome seria fundamental para entender o contexto em que surge a ideia de América Latina. Em língua espanhola, *América Latina* nascia como uma forma de resistência aos interesses estadunidenses, portanto procurou-se criar a cisão entre os ameaçadores anglo-saxões do norte e os latinos ao “sul do rio Bravo”, seja nos poemas de Torres Caicedo ou no contexto do arielismo. Em língua francesa, *Amérique Latine* (no contexto de *race latine*) apareceu para justificar os interesses imperialistas de Napoleão III na América, sob o

pretexto de liderar a raça latina e fazê-la restabelecer sua liderança no mundo, perdida para os povos anglo-saxões e germânicos. No capítulo 2 deste trabalho, evidenciamos as discussões acerca deste ponto, aliás significativas demais para serem esquecidas nos livros didáticos, pois dariam melhor sentido ao nome da região e contextualizariam seu surgimento ainda no século XIX.

Sequer há referências de que o nome teria se popularizado com a Cepal, que deixou o Caribe de fora do que se entendia por América Latina. Deste o princípio, a região careceu de critérios para defini-la, o que certamente dificultou e dificulta sua delimitação geográfica. Durante parte de sua cronologia, a América Latina foi fundamentalmente sinônimo de América hispânica, fato que excluía o Brasil – mesmo porque este preferia alimentar um ideário europeu na América a unir-se às repúblicas americanas recém-independentes. Mesmo após a inclusão do Brasil nos debates latino-americanos, ou a inclusão da América Latina nos debates internos brasileiros, o que fazer com os países de línguas não-latinas ao sul do rio Bravo, os povos indígenas e os dialetos africanos? Seriam latinos?

Quando se perde o principal referencial que nomeou a região, a tarefa se torna mais complicada. Vários estudos, como os que citamos neste trabalho principalmente no capítulo 3 como: Beyhaut, Cardoso & Faletto, Furtado, Mendoza et al., entre outros, não se preocupam com a delimitação geográfica da América Latina. Ou trabalham com uma ideia geral de América Latina, ou limitam-se a um grupo determinado de países da América Latina. As dúvidas persistem: o Caribe é parte da América Latina? Jamaica, Bahamas, Porto Rico(!)?

Quanto aos elementos culturais, além dos aspectos linguísticos que por si só não permitiriam uma identificação *a priori*, encontramos outras dificuldades. Como elencar critérios para uma caracterização cultural da região? As manifestações culturais são muito variadas, nas artes, na música, nos hábitos alimentares, e a diversidade étnica é muito grande, fazendo-nos interrogar se os diferentes povos dentro de cada unidade política teriam o mesmo sentimento de pertencimento à América Latina. Quem é o latino-americano, gentílico que engloba mais de trinta denominações nacionais? O que é ser latino-americano?

Os critérios físico-geográficos também não são nada unificadores, dado o vasto território que englobaria a América Latina. A cordilheira dos Andes, a floresta equatorial Amazônica, o cerrado, a Patagônia, os pampas, apenas para ficarmos na

América do Sul, já complicariam demasiadamente a tarefa de estabelecer “aspectos gerais” dos ambientes naturais latino-americanos. Se ampliarmos para o Caribe, a América Central ístmica e o México, além de não conseguirmos avançar na tarefa, criaríamos uma confusão entre diferentes formas de se regionalizar a América, misturando critérios socioeconômicos com físico-naturais. Existiria, então, outra possibilidade de se estudarem as formações climatobotânicas, por exemplo, da América Latina? Acreditamos que não, pois a espacialidade dos fenômenos naturais é bem diferente de uma divisão artificial criada socialmente.

Em outra vertente, podemos afirmar que a ideia de América Latina surge antes das teorias sobre o desenvolvimento econômico, porém os livros didáticos fazem parecer o contrário. Através dos dados estatísticos, da qualidade de vida da população, do tipo de colonização, parece ter sido criada a América Latina. A partir daí, bastava definir padrões gerais para incluir os países que fariam parte deste conjunto. Nesse procedimento há um enorme problema: o que fazer com as exceções? Elas mereceriam fazer parte da América Latina? Quando afirmamos que a expectativa de vida é baixa nos países latino-americanos, deveríamos excluir Uruguai e Argentina, por exemplo? Quando afirmamos que o IDH dos países latino-americanos são medianos devido aos bolsões de pobreza, deveríamos excluir Barbados e Chile, entre outros? Seria correto dizer que as economias de Brasil, Argentina e México são latino-americanas como as de Granada, São Cristóvão e Névis e Dominica (e, para o caso de não incluirmos o Caribe na América Latina, citamos as economias de Suriname, Guiana e Belize)?

Os indicadores apresentados neste trabalho – PIB/PPP, IDH, distribuição de riqueza de acordo com o Índice Gini – mostram realidades tão díspares que seria necessário reagrupar os países de acordo com cada um dos indicadores, mostrando poucas “coincidências” entre um e outro. Portanto duvidamos de uma caracterização para o conjunto dos 33 países analisados nas tabelas 1, 2 e 3, cujos indicadores são frequentemente usados.

No entanto, para todas as questões anteriores não respondidas, temos os livros didáticos de geografia, que tentaram eliminar qualquer dúvida, fornecendo as certezas que serão reproduzidas por professores e alunos. O livro didático é um dos principais instrumentos utilizados no processo de ensino-aprendizagem e, como vimos no capítulo 4, normalmente são utilizados como manuais de consulta por

professores e alunos, quando constituem a única fonte de informação para as aulas, isto quando não são a própria aula. Ao pautar as aulas pelos conteúdos dos livros didáticos, estes ganham uma função para além do que foram concebidos.

Dessa forma, o conteúdo do livro didático e sua interpretação da realidade são disseminados através das aulas, ajudando a criar verdades e pouca ou nenhuma criticidade. Isso constitui um problema ainda maior quando o próprio livro didático não proporciona uma reflexão e assume certos argumentos que, ao contrário de serem confirmados, deveriam ser postos em dúvida para a construção do conhecimento e o exercício da crítica, para o estímulo à pesquisa e ao debate, fazendo do aluno um elemento ativo no processo de ensino-aprendizagem.

No caso da América Latina, que é um desses conteúdos controversos, os livros didáticos analisados respondem a todas as perguntas anteriores, sem nenhum constrangimento. Limitam-se a ser mais ou menos abrangentes em determinados aspectos. Segundo eles, a América Latina: abrange o México, a América Central (inclusive o Caribe) e toda a América do Sul, adicionando um gentílico para todos os habitantes incluídos nesses limites – latino-americanos; inclui todas as línguas dentro desses limites, de origens latinas ou não; possui como principais elementos unificadores a colonização de exploração, o subdesenvolvimento e a dependência, mesmo com todas as diferenças regionais internas a cada país e entre os países, bem como outras experiências coloniais, como o povoamento, e variantes históricas específicas; possui aspectos naturais característicos; entre outras características generalizantes.

O livro de Vesentini & Vlach, apesar de seguir um caminho parecido com os demais, é o único dos livros analisados a questionar essa unidade, conforme já discutimos, mas também busca elementos gerais para toda a região. O livro de Adas apresenta com mais ênfase que os problemas do subdesenvolvimento não possuem apenas causas externas, mas também internas – Vesentini & Vlach também apontam para este fato – e apresenta uma extensa, porém justificável, discussão sobre o que é o subdesenvolvimento, o Terceiro Mundo, o Sul subdesenvolvido, os países emergentes e em desenvolvimento. O *Projeto Araribá*, diferentemente dos outros dois livros, pouco embasa teoricamente a região latino-americana e sua situação na ordem mundial, mostrando conteúdos desconexos, apesar de sempre isolar a região do restante da América, preocupando-se mais em justificar suas

diferenças em relação à América Anglo-Saxônica.

Percebemos que todos assumiram a América Latina e procuraram justificá-la, cada um ao seu modo, e por isso voltamos à pergunta realizada nas páginas anteriores: existe América Latina? É um nome tão arraigado nos livros didáticos e acadêmicos, nas notícias de jornais televisivos e impressos, nas instituições financeiras, nas organizações internacionais, nas corporações e no senso comum de uma forma geral, que se banalizou, tornando-se inquestionável. Mesmo neste trabalho, decidimos usar o nome América Latina para que pudéssemos nos fazer entender, sem criar outras denominações, o que demandaria outro tipo de trabalho de pesquisa, com objetivos bastante diferentes dos nossos. Porém os livros didáticos não apresentaram nenhuma dúvida: a América Latina sempre existiu, desde que os europeus ocuparam seu território e formaram suas colônias de exploração. No entanto acreditamos que é preciso reformular e questionar essa visão, primeiro porque a América Latina, como região, não surge dessa maneira, depois porque ser latino-americano tornou-se sinônimo de subdesenvolvido, de falta de perspectivas – a não ser emigrar –, de gente pobre e explorada. Os livros didáticos poderiam dar outra contribuição, discutindo a pertinência da região e sua relação com as origens, e se suas características gerais são realmente unificadoras.

Não defendemos que a desigualdade social, os problemas econômicos, as causas internas e externas para o subdesenvolvimento sejam esquecidas nos debates em sala de aula. Mas consideramos que, ao traçar linhas gerais para uma região imensa, os resultados serão sempre insatisfatórios e criadores de estereótipos, assumindo seu lado mais negativo, no caso da América Latina. Certamente, ser latino-americano, se é que os povos da região realmente identificam-se dessa maneira, é também ser um produto desta América Latina genérica, afinal estão todos ao sul do rio Bravo.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, José L. **La idea de América: origen y evolución**. Madri: Ediciones Istmo, 1972.

ABELLÁN, José L. & MONCLÚS, Antonio (orgs). **El pensamiento español contemporáneo y la idea de América**. Barcelona: Anthropos, 1989.

ADAS, Melhem. **Geografia: o mundo subdesenvolvido – 8º ano**. São Paulo: Moderna, 2006.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhón. **Irrelevância mútua guia as relações de Brasil e Argentina**. *In*: Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de outubro de 1999, Caderno Especial, p. 2.

ALMEIDA, Paulo Roberto & CHALOUT, Yves. **Mercosul, Nafta e ALCA: a dimensão social**. São Paulo: LTr, 1999.

ALMEIDA, Rosângela D. **A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 8, p. 83-90, 1991.

ANDRADE, Manuel C. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.

ARARIBÁ, Projeto. **Geografia**. São Paulo: Moderna, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

AZEVEDO, Francisca L. N. & MONTEIRO, John M. (orgs). **Raízes da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **¿América Latina o Sudamérica?** *In*: Clarín, Opinión, 16 de maio de 2005. Disponível em <http://www.clarin.com/diario/2005/05/16/opinion/o-01901.htm>. Acessado em 20 de fevereiro de 2009.

BAUMANN, Renato (org.). **Mercosul: avanços e desafios da integração**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2001.

BEYHAUT, Gustavo. **Dimensão cultural da integração na América Latina**. *In*: IEA-USP, Revista de Estudos Avançados, nº 8, 1994.

BERNARDES, A. **América Latina: globalização e integração regional – o Mercosul e o novo recorte territorial**. *In*: Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n.º 11, 1997, pp. 151-162.

BITTENCOURT, Circe M. F. & IOKOI, Zilda M. G. **Educação na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BITTENCOURT, Circe M. F. **O percurso acidentado do ensino de história na América**. *In*: Bittencourt, Circe M. F. & Iokoi, Zilda M. G. Educação na América Latina. São Paulo: EDUSP, 1996.

BONFIM, Manoel. **A América Latina – males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRUIT, Hector H. **A invenção da América Latina**. *In*: ANPHLAC. Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, 2000.

CALLAI, Helena C. **O ensino de geografia: recortes espaciais para a análise**. *In*: Castrogiovanni, A. C.; Callai, H. C.; Schäffer, N. O. & Kaercher, N. A. (orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB Seção Porto Alegre, 1999.

_____. **A geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** *In*: Terra Livre, n.º 16, AGB, 2001, pp.133-151.

CARDOSO, Ciro F. S. **A afro-américa: a escravidão no novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Maria Eduarda Garcia. **O conceito de paisagem no livro didático e**

suas implicações para o ensino de geografia. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1999.

CASTRO, Iná E. de. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação.** *In:* Castro, Iná E. de; Gomes, Paulo César da C. & Correa, Roberto L. (orgs). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTELLAR, Sonia M. Vanzella (org.). **Educação geográfica – teorias e práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2005.

CASTELLAR, Sonia M. Vanzella & VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia.** São Paulo: Cengage, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antônio C. & GOULART, Lígia B. **A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise.** *In:* Castrogiovanni, A. C.; Callai, H. C.; Schäffer, N. O. & Kaercher, N. A. (orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB Seção Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

CERVO, Amado L. & RAPAPORT, M. (orgs). **Histórias do Cone Sul.** Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHEVALIER, François. **América Latina – De la independencia a nuestros días.** México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 30, nº 3, 2004.

CORREA, Roberto L. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 7ª ed, 2003.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

COUTO, Marcos A. C. **O conceito de espaço geográfico nas obras didáticas: o espaço viúvo do homem.** *In:* Pontuschka, N. N. & Oliveira, A. U. (orgs.) Geografia

em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

CUEVA, Augustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DALLEDONE, Nilson José. **A gênese do Mercosul: antecedentes e desdobramentos**. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 2001.

DAYRELL, Eliane G. & IOKOI, Zilda M. **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

DEVÉS VALDES, Eduardo. **Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo: Cortez, 1986.

FERES JR., João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC, 2005.

FONT, Joan Nogué & RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREITAG, Bárbara, MOTTA, Valéria R., COSTA, Vanderly F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FUNES, Patricia. **Del Mundus Novus al Novomundismo: algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina**. In: Dayrell, Eliane G. & Iokoi, Zilda M. América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1996.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvido da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 34^a ed., 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.

GALLUP, John L, GAVIRIA, Alejandro & LORA, Eduardo. **Geografia é destino?** São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século.** São Paulo: Iluminuras, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Enigmas do pensamento latino-americano.** In: IEA-USP, Textos, disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/iannienigmas.pdf>, sem data, acessado em 12 de dezembro de 2008.

KAERCHER, Nestor A. **Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em geografia para além do livro didático.** IN: Castrogiovanni, A. C. (org). Ensino de Geografia: práticas e contextualização. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KARNAL, Leandro *et alli*. **História dos Estados Unidos.** São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, Marcos Costa (org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial.** São Paulo: Cortez, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia: uma introdução ao estudo da noção de região.** Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

LEMOS, Amalia Inés G; SILVEIRA, María Laura & ARROYO, Mónica (orgs). **Questões territoriais na América Latina.** São Paulo: CLACSO/USP, 2006.

MALATIAN, Teresa M. **Metáfora e Nação: a identidade latino-americana em Manuel Bonfim.** In: Dayrell, Eliane G. & Iokoi, Zilda M. América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARTI, José. **Nossa América: antologia.** São Paulo: Hucitec, 1983.

MEC (Ministério da Educação, Brasil). **Guia de livros didáticos PNLD 2008: geografia**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MENDOZA, Plinio A.; MONTANER, Carlos A. & LLOSA, Álvaro V. **A volta do idiota**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**. Barcelona: GEDISA, 2007.

MOLINA, O. **Quem engana quem: professor x livro didático**. Campinas: Papyrus, 1987.

MORAES, Antonio Carlos R. **Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORENO, Cesar Fernandez. **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOYSÉS, L. M. M. **O cotidiano do livro didático na escola: as características do livro didático e os alunos**. Brasília: INEP, 1985.

NEMO, Philippe. **O que é Ocidente?** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1981.

OLIC, Nelson B. & CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 2004.

PEREIRA, Diamantino A. C. **Geografia escolar: conteúdos e/ou objetivos?** Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, n. 17, p. 62-75, jul. 1995.

PEREIRA, Raquel M. F. **Da gênese da Geografia à Geografia que se ensina**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PEZZATO, João Pedro. **Ensino de geografia: histórias e práticas cotidianas.** Tese de doutorado, São Paulo, FE/USP, 2001.

QUIJADA, Monica. **Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o uma variación heterodoxa em torno al tema de la construcción social de la verdad).** Madrid: Revista de Indias, vol. LVIII, número 214, 1998.

RECONDO, Gregorio. **Identidad, Integración y Creación cultural en América Latina. El desafío del Mercosur.** Ediciones UNESCO/Editorial de Belgrano, Argentina, 1997.

REGO, Nelson, SUETERGARAY, Dirce, HEIDRICH, Álvaro. **Geografia e educação – geração de ambiências.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

REICHEL, Heloisa J. **A identidade latino-americana na visão dos intelectuais da década de 1960.** *In:* Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XXXIII, n.º 2, dezembro de 2007.

RODÓ, José Enrique. **Ariel.** México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo ocidente: introdução à América Latina.** São Paulo, EDUSP, 1992.

RUA, João. **Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático.** Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.

SANTOS, Fabio M. **O arielismo nos escritos históricos de José Enrique Rodó.** Vitória: Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

SANTOS, Luís Cláudio V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington).** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma epistemologia existencial.** *In:* Lemos, Amalia G. de; Silveira, María L. & Arroyo, Mónica. Questões territoriais na América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, CLACSO, 2006.

SCHÄFFER, Neiva O. **O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto.** *In:* Castrogiovanni, A. C.; Callai, H. C.; Schäffer, N. O. & Kaercher, N. A. (orgs.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB Seção Porto Alegre, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **As diferentes propostas curriculares e o livro didático.** *In:* Pontuschka, N. N. & Oliveira, A. U. (orgs.) Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Livros didáticos de Geografia e História. Avaliação e pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006a.

SPOSITO, Eliseu S. **O livro didático de geografia: necessidade ou dependência? Análise da avaliação das coleções didáticas para o ensino fundamental.** *IN:* Sposito, Maria Encarnação B. (org.). Livros didáticos de Geografia e História. Avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006b.

STABB, Martin S. **América Latina en busca de una identidad: modelos del ensayo ideológico hispanoamericano, 1890-1960.** Caracas: Monte Avilla, 1969.

UGARTE, Manuel. **Nación latioamericana.** Caracas, Ayacucho, 1987.

UREÑA, Pedro Henriquez. **Historia de la cultura em la América Hispánica.** Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1959.

VESENTINI, José W. **Geografia e ensino: textos críticos.** Campinas: Papyrus, 2001.

VESENTINI, José W. & VLACH, Vânia. **Geografia Crítica: geografia do mundo subdesenvolvido – 8º ano.** São Paulo: Ática, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O cotidiano das populações coloniais da América.** *IN:* Bittencourt, Circe M. F. & Iokoi, Zilda M. G. Educação na América Latina. São Paulo: EDUSP, 1996.

VILLANUEVA, Maria & GONZALO, Carmen. **Una mirada particular sobre el mundo. Un ejercicio de deconstrucción de mapas mentales.** *In:* Iber, didáctica de

las Ciencias Sociales, Geografía e Historia, n.º 32, Barcelona, 2002.

ZEA, Leopoldo. **Filosofía de la historia americana**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.